

ESTADO DE GOIÁS
Governo Iris Rezende

*Plano Global
De Trabalho*

Marco 84/ Marco 87

Versão 2



**PLANO GLOBAL DE TRABALHO
1984/1987**

VERSÃO 2

**GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS
PLANO GLOBAL DE TRABALHO – VERSÃO 2 –
ESTADO DE GOIÁS
1984 – 1987 – GOIÁS**

**SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E
COORDENAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS**

**PLANO GLOBAL DE TRABALHO VERSÃO 2 (BA-
SES DO PLANO DE TRABALHO, METODOLOGIA,
OBJETIVOS GERAIS, ESTRATEGIA, PLANO SETO-
RIAIS) PARA O PERÍODO 1984 – 1987**

**GOIÂNIA GOIÁS
NOVEMBRO 1984**

O presente documento foi elaborado com o apoio financeiro da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, através da SAREM.

CAPÍTULO I

APRESENTAÇÃO

BASES DO PLANO DE TRABALHO

METODOLOGIA

OBJETIVOS GERAIS

ESTRATÉGIA

GOVERNADOR DO ESTADO

Iris Rezende Machado

VICE-GOVERNADOR

Onofre Quinan

EQUIPE DE GOVERNO

GABINETE DO GOVERNADOR: Olvanir Andrade de Carvalho

GABINETE CIVIL: Charife Oscar Abrão

GABINETE MILITAR: Ten. Cel. Geraldo de Carvalho

SECRETARIAS

DO GOVERNO: Antonio Francisco de Almeida Magalhães

DA ADMINISTRAÇÃO: Arédio Teixeira Duarte

DA AGRICULTURA: José Magno Patto

DE COMUNICAÇÃO SOCIAL: Servito Menezes Filho

DE CULTURA E DESPORTO: Iron Jayme do Nascimento

DA EDUCAÇÃO: Adhemar Santillo

DA FAZENDA: Osmar Xerxis Cabral

DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO: Walter José Rodrigues

DO INTERIOR E JUSTIÇA: Luiz Alberto Soyer

DE MINAS, ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES: Lazaro Ferreira Barboza

DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO: Flávio Rios Peixoto da Silveira

DE SAÚDE: Ronei Edmar Ribeiro

DA SEGURANÇA PÚBLICA: José dos Santos Freire

DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: Hagahús Araújo e Silva

DE TRANSPORTES: Radivair Miranda Machado

PROCURADORIAS

GERAL DO ESTADO: Everardo de Souza

GERAL DE JUSTIÇA: Amaury de Sena Ayres

COMANDO GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO: Cel. Álvaro
Alves Júnior

EQUIPE DE ELABORAÇÃO

1 – SUPERVISÃO GERAL

- Flávio Peixoto da Silveira – Secretário do Planejamento e Coordenação
- Luiz Augusto Sampaio – Chefe de Gabinete – SEPLAN-GO.

2 – COORDENAÇÃO

- Paulo Sidnei Antunes – Diretor de Planejamento da SEPLAN-GO.
- Sulamita de Aquino Porto – Consultor Técnico da Diretoria de Planejamento da SEPLAN-GO.

3 – EQUIPE TÉCNICA – SEPLAN-GO

Alice Fernandes Capel
Arbélia Covolo Gomes
Durval Fernandes
Diógenes Borges Cardoso
Eliezer João da Silva
Fause Gonçalves
Francisco Martins Benvindo
Giuseppe Vecci
Glória Maria Batista
Hercília Osório Maroclo
Maria Aparecida de Melo e Sales
Maria Raquel Machado de Aguiar J. de Amorim
Nilo Edgard de Faria
Silene Ribeiro de Souza

4 – CONSULTORES

- Elza Maria Staciarini e Corrêa – UFGO.
- Maria José Rezende Barreto – UFGO.

5 – REVISÃO

Jean Pierre Conrado
Maria Teresinha Curado de Freitas Teodoro Reis – Colaboração
Neusa Maria Cruz de Velasco Lima – Colaboração

6 – ARTE-CAPA

Dalel Aschar Petrillo

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

- A – APRESENTAÇÃO
- B – BASES DO PLANO DE TRABALHO
- C – METODOLOGIA
- D – OBJETIVOS GERAIS
- E – ESTRATÉGIA

CAPÍTULO II

DIAGNÓSTICO SÓCIO-ECONÔMICO

CAPÍTULO III

SETORES PRODUTIVOS
AGROPECUÁRIO
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO
MINERAL

INFRA-ESTRUTURA ECONÔMICA
TRANSPORTE
ENERGIA

INFRA-ESTRUTURA SOCIAL
SAÚDE
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
EDUCAÇÃO
CULTURA E DESPORTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL
DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA

CAPÍTULO IV

PROGRAMAS ESPECIAIS
MUTIRÃO DA TERRA
MUTIRÃO DA MORADIA
MUTIRÃO GOVERNO ITINERANTE
COMODATO
EMPRESAS COMUNITÁRIAS



APRESENTAÇÃO

Fiéis aos objetivos maiores que norteiam a atual filosofia de trabalho, a partir de um governo participativo, avaliamos o desempenho da ação governamental, decorrido o primeiro ano de administração.

Os resultados obtidos conduzem a um redimensionamento de metas, face às prioridades evidenciadas no período aquilatado, capazes de produzir efeitos de significado alcance social e econômico no processo de desenvolvimento do Estado de Goiás.

Este documento procura estabelecer políticas e diretrizes de ação para o setor público estadual compatíveis com os objetivos a atingir.

Constitui uma atualização do documento preliminar elaborado em 15 de março de 1983 e consolida os planos setoriais de trabalho apresentados pelos órgãos e entidades que integram o Sistema Estadual de Planejamento.

Este plano de trabalho retrata a preocupação maior de enfrentar e vencer, um a um, os desafios do desenvolvimento, mudando a face de Goiás e abrindo caminhos para que os goianos possam experimentar o progresso socialmente equilibrado.

Para isso serão envidados todos os esforços para abrir estradas, plantar redes de energia elétrica, multiplicar habitações, disseminar escolas, hospitais, postos de saúde e redes de água para a população.

A nova fronteira de Goiás tem horizontes ilimitados, tão grandiosos quanto a capacidade de sua gente.

O Governo do Estado sabe que para progredir na velocidade que o País necessita, não tem outro caminho senão o de enfrentar, com coragem e decisão, esta árdua luta em prol do progresso brasileiro.

Nessa luta, o Governo Iris Rezende já fixou e está perseguindo os objetivos do crescimento necessário à conquista de novos caminhos para o desenvolvimento: o caminho da obra eminentemente social, buscando a elevação do nível de vida dos goianos. E mais que tudo, o caminho da participação permanente, ativa e consciente de todos os goianos na tarefa que é de todos, de fazer o futuro chegar mais depressa e melhor.

Flávio Peixoto da Silveira
SECRETÁRIO DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

BASES DO PLANO DE TRABALHO

A taxa de crescimento da economia goiana na última década apresentou resultados altamente positivos. O produto interno bruto (PIB) de 1970 a 1982 foi de 11% ao ano, superando a média de todo o país (7%).

Este crescimento seria realmente invejável se, em seu bojo, não estivessem presentes duas características: a desordenada concentração de renda e uma perigosa deterioração da qualidade de vida do povo goiano.

Tais constatações exigem do Governo uma postura claramente definida, ou seja, a de assumir a liderança de um esforço político de mudança capaz de induzir a uma nova etapa de crescimento econômico, agora, porém, condizente com a necessidade de promover a generalização de melhores padrões de vida.

Deste modo, o Plano de Trabalho, a despeito da crítica conjuntura nacional, tem como base os seguintes postulados:

a) O crescimento só será socialmente justo se a ele estiver sintonizada a idéia da melhoria das condições de vida da população.

b) O objetivo da ação governamental terá sempre por principal condicionamento a geração de empregos — causa e efeito do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, elemento indutor da elevação dos níveis de qualidade de vida.

c) A redução da pobreza absoluta deve ser concedida a prioridade máxima, pois os atuais indicadores do bem-estar, sobretudo nas classes de baixa renda, são inquietantes e reclamam o fortalecimento urgente dos programas de efeito social mais imediato. A opção feita pelo método participativo na administração estadual confere ao Governo, para isso, o necessário aval da sociedade.

d) Todos os Programas e projetos do Estado ou por ele promovidos ou incentivados terão como base de avaliação o enfoque social. O lado humano de seus efeitos terá uma ponderação predominante, mesmo nos projetos tidos como tipicamente econômicos.

e) O método participativo é essencial para a valorização humana, pois uma comunidade que tem acesso ao sistema de decisões que afetam os seus próprios destinos está mais disposta a colaborar com o Governo na realização dos seus grandes objetivos e a vencer as dificuldades que terão de enfrentar.

Em síntese, o Plano de Trabalho foi elaborado visando essencialmente:

- crescimento econômico, com as ações compatíveis com uma trajetória auto-sustentada, de médio a longo prazo;
- distribuição justa dos frutos do trabalho, com a criação de empregos produtivos e redução dos níveis de pobreza;
- ações voltadas para a redução das desigualdades entre pessoas, regiões e setores de atuação governamental.

A partir desta visão, o Governo, em união com a comunidade, deverá implementar políticas fundamentalmente geradoras de empregos tanto formais quanto informais, incentivando atividades e métodos tecnologicamente compatíveis com este pressuposto, e que levem à retenção do homem na atividade rural nos pequenos centros urbanos. Políticas, enfim, que permitam controlar o processo de crescimento do ponto de vista territorial e distribuir equitativamente seus ônus e benefícios.

Estas são as grandes diretrizes que o Governo do Estado pretende através do Plano propor à sociedade goiana e que deverão nortear e orientar a ação da máquina pública durante sua gestão.

A proposição de um plano, medida que se tornou rotineira e legalmente exigível ao longo dos últimos anos, assume no momento presente uma importância sem precedentes, por força das profundas modificações experimentadas por Goiás na última década.

Daí não poder um plano governamental restringir-se à enunciação de objetivos, estratégias e decisões alocativas de ordem meramente administrativa, que determinem os setores ou investimentos que pretendam desenvolver ao longo do período de Governo. Mais que isto, deve o plano, dentro do contexto de uma ação integrada, aspirar a entender os contornos da situação nacional, seus impactos sobre Goiás, a inserção de nosso Estado no processo nacional de superação das dificuldades conjunturais e de modificações estruturais do país.

METODOLOGIA

A sistemática de planejamento aqui adotada foi a que contempla a compreensão do planejamento participativo. Nesse enfoque, o presente Plano de Trabalho constitui um instrumento formal que orientará as ações do Governo no período de 1984/1987.

Foram consideradas premissas orientadoras:

- A Participação, gerando uma consciência coletiva, cria um clima de comprometimento — motivação de todos pela possibilidade de contribuir, tanto para o estabelecimento das diretrizes governamentais, como para sua implementação;
- A Integração, possibilitando a vinculação entre os setores afins, impossibilitará a duplicidade e desintegração de esforços entre os organismos governamentais, além de permitir o direcionamento adequado dos recursos financeiros;
- A Retroalimentação, permitindo acompanhamento e redirecionamento do processo de planejamento, uma vez que, em razão da dinâmica social e das variáveis de natureza econômica, vão exigir ajustamentos da atuação do Poder Público.

Dentro deste processo de planejamento, num primeiro momento, foram constituídas, nas Secretarias e Órgãos vinculados, equipes coordenadas pelas Secretarias encarregadas de elaborar os Planos Setoriais de Trabalho. Assim, este documento foi formulado a partir de propostas apresentadas pelos setores do Governo Estadual, considerados os estudos e pesquisas disponíveis, sugestões críticas e reivindicações de diversos segmentos da sociedade, bem como suas representações.

O Plano decompõe-se em dois tipos de documento:

- Plano Global de Trabalho, constituído pelo presente volume, em que os programas, objetivos e estratégias são tratados de uma maneira geral;
- Plano Setorial de Trabalho, para cada setor de atividade, em nível de maiores detalhes, divididos em 12 setores:
 - . Agropecuário
 - . Indústria, Comércio e Turismo
 - . Mineração
 - . Transporte
 - . Energia
 - . Saúde
 - . Saneamento e Meio Ambiente
 - . Educação
 - . Cultura e Desporto
 - . Habitação e Urbanismo
 - . Assistência e Promoção Social
 - . Defesa e Segurança Pública

Esses planos setoriais, de circulação restrita por serem documentos internos de trabalho do Governo, serão revistos no fim de cada ano para se adaptarem às mudanças conjunturais, tornando-se assim, sempre coerentes com a realidade.

OS GRANDES OBJETIVOS

MELHORIA DAS CONDIÇÕES DE BEM-ESTAR SOCIAL

A situação de carência em que vive grande parcela da população estadual e suas manifestações mais ostensivas constituem, por certo, o maior desafio dentre os grandes problemas que estão sendo enfrentados pelo Governo do Estado, exigindo a adoção de medidas enérgicas e decididas por parte do setor público.

Consciente de que o crescimento não beneficia, automaticamente, todo corpo social — especialmente as populações de baixa renda — o Governo elegeu como seu principal objetivo o ataque direto às manifestações mais evidentes de pobreza, dirigindo para esse efeito grande parte de seus esforços e recursos.

Esse grande objetivo exige duas formas de intervenção: uma primeira, direta, com vistas à melhoria da satisfação das necessidades básicas através do aumento do rendimento real dos indivíduos, a ser alcançado a partir do apoio governamental às atividades produtivas geradoras de maior volume de emprego e renda, e outra, indireta, através do incremento da oferta de serviços públicos, garantindo a expansão do consumo.

Neste sentido, o papel do setor público estadual reveste-se de grande importância, uma vez que parte das necessidades da comunidade teria de ser satisfeita através de serviços públicos, fortalecendo-se, portanto, o papel do Estado como principal agente da redistribuição da renda.

Dentre os problemas mais aflitivos vivenciados pelas populações de baixa renda, destaca-se o habitacional, cuja solução representa uma das condições básicas para a melhoria do bem-estar social, vez que determina, em grande parte, os níveis de saúde e da capacidade produtiva da comunidade.

A extensão das reivindicações populares não permite ao Poder Público soluções definitivas, tornando-se necessário o estabelecimento de prioridades e estratégias que venham reduzir pouco a pouco as problemáticas existentes. A solução para o problema habitacional não será encarada de forma isolada, mas sim, como estratégia para a mobilização popular, uma vez que cada projeto aparece acompanhado de outras propostas em áreas diversificadas, tais como emprego, saúde, educação, lazer e desenvolvimento de comunidade.

Constitui preocupação fundamental a melhoria e ampliação dos equipamentos sociais básicos nas áreas de maior adensamento populacional, bem como nos municípios de pequeno porte, objetivando, com esta medida, contribuir para a redução gradativa do êxodo existente.

A fim de elevar a qualidade do ensino público, tornando-o compatível com os interesses da população, as linhas prioritárias deste setor, estão voltadas para a educação no meio rural e nas periferias urbanas, o desenvolvimento cultural, a valorização dos recursos humanos, o planejamento e modernização técnico-administrativa.

Ênfase especial será dada à ampliação da cobertura dos serviços de assistência médica-odontológica, ambulatorial e hospitalar, através de um sistema de atendimento regionalizado.

As ações voltadas à prevenção e tratamento das carências que abrangem a problemática do menor, da família e dos idosos, nos setores de saúde, educação, habitação, lazer e trabalho, serão consideradas prioritárias, mediante uma atuação integrada dos órgãos e entidades que militam no campo social.

FORTALECIMENTO DO SISTEMA PRODUTIVO

O fortalecimento do sistema produtivo estadual, pelas repercussões a serem alcançadas sobre os níveis de emprego e da produtividade da população empregada, constituirá um meio indireto de redução da pobreza, representando, no momento, uma necessidade imperativa do Estado de Goiás.

Nesse contexto, o Governo atuará como agente indutor da dinamização do aparelho produtivo do Estado, mediante ações diretas e indiretas, tornando-o mais capaz de apoiar a geração de empregos e de rendas.

Especial atenção e apoio serão dados às empresas que desejarem se estabelecer no Estado, criando-se, para tanto, mecanismos que possam contribuir para a implantação de indústrias, principalmente aquelas ligadas aos produtos agropecuários, tais como: incentivo à participação de capitais privados que se interessarem em investir na produção de insumos agropecuários, utilizando-se, ao máximo, da matéria-prima produzida no Estado; integrar as Carteiras Agrícolas do Banco do Estado, da Caixa Econômica do Estado e do Banco de Desenvolvimento no contexto da política agrícola estadual; promoção de feiras e mostras, com vistas à divulgação sistemática dos produtos industriais goianos; instituição de programas de assistência técnica e financeira, visando pequenas e médias empresas; consolidação do Distrito Agroindustrial de Anápolis — DAIA e promover a implantação dos Distritos

Industriais de Araguaína e Itumbiara; e estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Industrial, com vistas ao financiamento de indústrias que possibilitem ampla geração de empregos.

Será dada prioridade, em todo o período de Governo, ao desenvolvimento das atividades do setor primário que levem ao aumento da produção agropecuária e à melhoria das condições de bem estar social da população rural.

A opção pela nova política agrícola e fundiária será fundamentada em três pontos básicos:

- . viabilização do acesso à terra e aos meios para sua exploração aos que nela queiram viver e trabalhar, através do Programa "Mutirão da Terra";
- . apoio e incentivo ao setor alcooleiro;
- . aumento da eficiência do setor comercialização e industrialização dos produtos agrícolas, através de mecanismos e ações que possibilitem preços remuneradores para os produtores e, ao mesmo tempo, ofereçam aos consumidores produtos a preços acessíveis e de qualidade comprovada.

Serão adotadas, pelo Governo do Estado, medidas que proporcionem, simultaneamente, o crescimento econômico e social, abrindo-se estradas, plantando-se redes de energia elétrica, multiplicando-se habitações populares, disseminando-se escolas, hospitais, postos de saúde e redes de água para a população.

Sem o crescimento da economia do Estado, as possibilidades de intervenção do setor público estadual ficariam progressivamente mais reduzidas, já que a sua capacidade de atuação é predeterminada pela disponibilidade de recursos financeiros, estes dependentes, em grande média, da capacidade contributiva do aparelho produtivo.

DESENVOLVIMENTO ESPACIAL MAIS EQUILIBRADO

A expansão do desenvolvimento pelo interior do Estado adquire especial importância. Por razões históricas ou de localização, o processo de ocupação econômica e cultural do espaço goiano gerou uma ação convergente para a região sul do Estado, apresentando forte densidade econômica, e as demais refletindo ausência de dinamismo suficiente para permitir às suas populações a melhoria dos seus níveis de bem estar.

Durante muito tempo assistiu-se a uma concentração de oferta de serviços públicos à população residente na Capital e em municípios de médio porte. Estes serviços têm produzido benefícios que se tornam atrativos para o homem do campo, que abandona suas regiões com esperança de encontrar nas grandes cidades soluções para os problemas de educação, saúde e moradia, entre outros.

Sem menosprezar o adequado crescimento necessário à região sul, o Governo Estadual estimulará a estruturação e o fortalecimento do interior, em municípios de maior densidade econômica. Uma providência estratégica será a conservação e ampliação da infra-estrutura física, interligando os polos

de desenvolvimento aos pequenos municípios e às comunidades rurais em diversas regiões do Estado.

A ação do Estado no interior estará voltada para a eliminação de pontos de estrangulamento de atividades sócio-econômicas e, especialmente, para promover o desenvolvimento rural de maneira articulada, com estratégias voltadas para esse objetivo.

A administração estadual dará prioridade à descentralização espacial de desenvolvimento, executando programas e projetos que beneficiem as pequenas comunidades, sem descuidar-se da atenção merecida aos grandes centros urbanos.

O processo de tomada de decisões deverá fazer com que a máquina administrativa esteja continuamente se deslocando para o interior, onde serão, sempre que possível, atendidas as reivindicações municipais, especialmente aquelas de interesse regional. Será buscado, nessa sistemática de trabalho, o fortalecimento dos municípios, em termos econômicos, políticos e administrativos, respeitando-se as características e os interesses regionais. Será dado estímulo à criação de associações municipais e ao fortalecimento das já existentes.

Enfoque especial será dado aos Programas e Projetos que conduzam a estes objetivos, em especial o Mutirão Itinerante, que visa a interiorização da ação governamental às regiões, a partir das mais carentes, abrangendo, ao final, todo o Estado, com atendimento de no mínimo 12 (doze) municípios em cada Mutirão. O fortalecimento das vastas áreas do interior faz-se necessário e imperioso, não apenas como meio de promoção social das suas populações, independentes do seu poder de pressão ou de mobilização, mas também como um fator de dinamização de toda base produtiva do Estado.

Finalmente, a promoção de um desenvolvimento mais equilibrado espacialmente contribuirá, de forma significativa, para a fixação da população no local de origem e para redução dos custos crescentes de urbanização nas cidades de porte médio, beneficiando-se estas com um desenvolvimento mais ordenado e harmonioso.

ESTRATÉGIAS

Este Plano de Trabalho constitui uma atualização das "Diretrizes e Proposições do Governo Iris Rezende Machado – Versão I".

Contém basicamente as principais diretrizes e prioridades para o desenvolvimento econômico e social propostas pelo Governo.

No quadro de incertezas de ordem nacional e mundial torna-se difícil o estabelecimento, a médio prazo, de objetivos quantificados que reflitam a realidade, revelando-se imperiosa a adoção de práticas administrativas flexíveis, que acompanhem o dinamismo das transformações econômicas.

Assim, este é um documento normativo, de racionalização das ações governamentais e orientação aos diversos segmentos sociais.

É realista e pragmático, não ignorando a profunda crise nacional e

estadual, nem menosprezando as grandes potencialidades do desenvolvimento de Goiás.

Assim, o Plano pretende ser flexível, sem rigidez de métodos e metas, a fim de garantir-lhe a possibilidade de adaptação à conjuntura em contínua mutação.

A estratégia de desenvolvimento expressa os procedimentos e meios necessários à viabilização dos objetivos propostos.

Na sua formulação foram considerados os seguintes pressupostos: a escassez de recursos, limitando severamente a capacidade do Estado atender, pronta e plenamente, aos anseios e aspirações da comunidade e as dificuldades conjunturais da economia nacional, configurando uma situação que certamente influenciará no alcance dos objetivos preconizados pelo governo goiano.

A estratégia é explicitada em três categorias — a econômica, a social e a espacial.

ESTRATÉGIA SOCIAL

Esta estratégia constitui o caminho básico para a melhoria das condições de bem estar social da população de baixa renda.

Para alcançar este e os demais objetivos sociais foi conferida ênfase a empreendimentos com ampla viabilidade de implementação, baixo custo, e capazes de elevar o nível de emprego e promover melhor distribuição de renda.

Com base nessas proposições foram estabelecidas as seguintes diretrizes:

- a) — melhorar e ampliar os equipamentos sociais básicos (educação, saúde, saneamento, lazer e outros), nas áreas de maior adensamento populacional, sem descuidar dos demais.
- b) — fortalecer e ampliar os programas de saúde, especialmente aqueles dirigidos ao controle das enfermidades resultantes do baixo nível de vida, tendo como prioridade a população materno-infantil.
- c) — conceder prioridade à oferta de sistemas simplificados de saneamento básico, notadamente de esgotos sanitários e de tratamento d'água para consumo humano.
- d) — conferir prioridade às ações voltadas para erradicação do analfabetismo e para a educação fundamental.
- e) — enfatizar programas habitacionais de baixo custo — Mutirão da Moradia — que atendam a população cuja renda é inferior ao limite exigido pelo Sistema Financeiro da Habitação.
- f) — propiciar novas ocupações produtivas que diminuam o desemprego e subemprego.
- g) — elevar o nível de renda real das micro e pequenas empresas.
- h) — propiciar maior promoção ao agricultor e trabalhador rural, visando elevar seu padrão de vida, dando prioridade ao desenvolvimento agrícola, através de projetos regionais integrados;

ESTRATÉGIA ECONÔMICA

Enquanto a estratégia social fundamenta-se num novo sistema de valorização e numa nova postura do Governo, as escolhas da estratégia econômica são resultantes da constatação das possibilidades e potencialidades do sistema estadual.

Assim pretende-se:

- a) — fortalecer a base econômica já instalada no Estado, cuidando-se de elevar a sua produtividade e eficiência e da promoção de novos empreendimentos produtivos.
- b) — proporcionar melhores condições de transporte e de armazenagem, possibilitando o escoamento mais adequado de alimentos e matérias-primas destinadas ao consumo interno e à exportação.
- c) — ampliar o Sistema Rodoviário de Goiás, em termos quantitativos e qualitativos de forma a aumentar o uso da terra, incentivar a geração de novos núcleos produtores e fomentar o estabelecimento de atividades agropecuárias e industriais, para em decorrência, provocar a expansão de fronteiras econômicas, bem como a identificação e exploração de riquezas minerais ainda em potencial.
- d) — aumentar e diversificar a produção mineral goiana através de ações que conduzam a produtos com maior elaboração na região mineradora, visando, prioritariamente, ao abastecimento do mercado regional e nacional e à geração de novas atividades econômicas.
- e) — incentivar a criação e expansão de pequenas e médias empresas, cujas possibilidades de evolução se apresentam satisfatórias, face à qualidade de sua produção e mercado, como forma de melhoria da gestão operacional e expansão do emprego urbano.
- f) — expandir o sistema de transmissão no sentido de permitir o suprimento energético às áreas de interesse para a integração regional e à demanda de mercado.

ESTRATÉGIA ESPACIAL

Esta estratégia é decorrente das duas anteriores, onde o objetivo maior consiste em promover um desenvolvimento espacialmente mais equilibrado e socialmente mais justo em que será buscado a distribuição mais harmônica dos benefícios ofertados pelo Poder Público.

É explicitada nas seguintes diretrizes:

- a) – descentralização espacial das atividades econômicas, fortalecendo e dinamizando o sistema produtivo do interior goiano.
- b) – descentralização espacial da oferta de serviços públicos, implementando em áreas interioranas ações governamentais.
- c) – viabilização da descentralização administrativa, propiciando a presença e atuação do governo junto aos municípios.
- d) – ativação do planejamento regional participativo, incentivando a formação de associações municipais.
- e) – agilização de meios que propiciem a realização de mutirões itinerantes.



CAPÍTULO II

Perspectivas da Economia Goiana



SUMARIO

1. INTRODUÇÃO
 2. INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA AO CONTEXTO NACIONAL
 - 2.1 – Uma Perspectiva Global
 - 2.2 – Subordinação de Goiás à Dinâmica Nacional
 3. A DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO NO EIXO RELEVANTE EM GOIÁS
 - 3.1 – A Modernização como Estratégia no Agro
 - 3.2 – As Novas Relações de Produção Predominantes no Campo
 4. INDICADORES DA ECONOMIA GOIANA
 - 4.1 – Estrutura Fundiária e Mobilidade da População
 - 4.2 – Indicadores de Renda e Emprego
 5. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA ESTADUAL
 6. CONCLUSÕES
- REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



1. INTRODUÇÃO



Objetiva-se com este ensaio, oferecer uma visão dinâmica e global da economia goiana, detendo-se mais no enfoque da agropecuária, que ainda é o eixo relevante da acumulação em Goiás. A articulação da economia regional com a dinâmica capitalista a nível nacional mereceu tratamento especial, posto que a unificação do espaço econômico brasileiro, a partir do avanço dos meios de transportes e comunicações nos últimos anos, exige, que a categoria de análise básica das regiões brasileiras seja o espaço econômico nacional e, dentro desse, o centro hegemônico no processo de acumulação, sediado no Sudeste.

Adicionalmente, como produtos da análise, levantam-se algumas tendências que a economia goiana deverá apresentar nos próximos anos, como a intensidade da migração do capital para a atividade agropecuária, predomínio absoluto de relações de produção assalariadas no campo, ao mesmo tempo que os núcleos urbanos estaduais — virtualmente incapacitados de oferecerem respostas às crescentes demandas de equipamentos e empregos — se configurarão verdadeiros estuários de subempregados e desempregados.

O aparente “fechamento” horizontal da fronteira às frentes de ocupação agrícola nos últimos anos — fato inédito em Goiás — abre a possibilidade de maior capitalização na agropecuária — ao mesmo tempo que recrudescer o fluxo campo-cidade, diante da falta de alternativa para os migrantes rurais, que tinham nas frentes de expansão — sem o sentido capitalista da renda da terra — uma válvula de escape para os conflitos pelo domínio da terra. Neste aspecto, é previsível o renascimento, por algum tempo, de movimentos camponeses que, nos anos cinquenta e sessenta, foram protagonistas da cena política goiana.

O fechamento institucional — e não produtivo — da fronteira se deu em função da aquisição especulativa de terras no Norte do Estado e nos Estados que ali fazem fronteira com Goiás, em grande parte em decorrência dos grandes projetos incentivados da SUDAM.

Foi consolidada também a condição da terra como principal reserva de valor em Goiás — diante da falta de alternativa aos investidores, o que foi agravado com a instabilidade do mercado de capitais. Até 1970, a evolução do preço da terra em Goiás, segundo o Instituto de Estudos Agrícolas (IEA) da Fundação Getúlio Vargas, permaneceu inferior à inflação; depois dessa data, especialmente após a crise da Bolsa em 1971, os preços de terras subiram em média o dobro do índice inflacionário, ritmo que aumentou nos anos oitenta.

No entanto, o fechamento da “fronteira especulativa” não deve ser assumido como definitivo, pois a disponibilidade e utilização do espaço são ditadas pela reprodução do capital. E conforme a dinâmica de reprodução do capital, novas fronteiras são criadas ou não, dependendo da possibilidade de valorização do capital a uma taxa de lucro satisfatória. Por isso, embora historicamente as relações de produção capitalista tendam a invadir todos os poros da atividade econômica, devem ser consideradas, pelo menos a curto e médio prazo, como relativas as concepções de esgotamento de fronteira,

pois a migração do capital pode recriar, eventualmente, em antigas áreas (como cerrados, várzeas etc.) formas lucrativas de atividade econômica. O fechamento faz sentido apenas para os pequenos produtores de subsistência, que inexoravelmente tenderão a se transformar em força-de-trabalho disponível aos capitalistas no campo.

O caráter subordinado da economia goiana à dinâmica capitalista do Sudeste forjou um tipo de **especialização regional** que, apesar das variações no tempo, caracteriza-se essencialmente por produzir e exportar bens primários e importar bens manufaturados do Sudeste. Assim, a economia regional cumpre a função de complementar a demanda para realização dos excedentes produzidos pelos setores de bens de consumo duráveis e, marginalmente, bens-de-produção (basicamente voltados para a modernização agropecuária), enquanto supre parte das necessidades de bens primários demandados pelo Sudeste. É o exercício desta função que lhe tem expandido desproporcionalmente o setor terciário, principalmente naqueles segmentos que permitem uma maior **rotação do capital-mercadoria** (transportes e comércio), operando-se uma verdadeira **drenagem** dos produtos regionais e uma **distribuição** de produtos manufaturados, com nítida divisão inter-regional do trabalho.

2 – INTEGRAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA AO CONTEXTO NACIONAL



2.1. — Uma Perspectiva Global

A evolução da economia goiana neste século foi marcadamente influenciada por dois eventos na área de transportes: no início do século, através da ferrovia, que incorporou parte do Sul do Estado à dinâmica do Sudeste, definindo o perfil da distribuição populacional e de produção em torno da estrada-de-ferro; a partir do final da década de cinquenta, com a construção da rodovia Belém-Brasília, que desencadeou semelhante processo na parte Norte do Estado. A integração da economia estadual ao espaço econômico nacional se tem dado fundamentalmente como fronteira agrícola, exportadora de bens primários e importadora de produtos industrialmente elaborados.

O processo de acumulação do capital no Brasil, baseado nos últimos 30 anos na industrialização retardatária e tendo como centro hegemônico o Sudeste — em especial o Estado de São Paulo — apresenta a particularidade de reforçar as estruturas agropecuárias das economias regionais no País, que passaram a gravitar em torno do eixo dinâmico de reprodução ampliada do capital: a parte relevante das indústrias transplantadas para o Brasil era de bens-de-consumo, que promoveram a “substituição de importações”, não existindo praticamente indústrias de bens-de-produção, ou seja, fábricas de fábricas. Esse desajuste dificultou as relações de complementariedade inter-setorial e levou a industrialização concentrada no Sudeste brasileiro a uma dependência em relação ao dinamismo das economias regionais, que tinham por base a agropecuária: dependência não só quanto ao fornecimento de gêneros necessários à reprodução da força-de-trabalho e matérias-primas, mas principalmente de mercado para a realização de parte de seus lucros.

A inserção de Goiás no mercado brasileiro de alimentos tem sido estatisticamente inexpressiva, desenhando um perfil sem maiores transformações desde o início deste século, a não ser no que se refere aos produtos arroz e milho. Em 1927, Goiás respondia por 6,5% da produção nacional de arroz, por 3,82% da de milho e por 3,46% da de feijão. Em 1980, a produção estadual significava 14,88% do arroz nacional e 8,6% do milho. Em 1935 o valor da produção bovina goiana significava 8,10% do total nacional; em 1980 supira para 12,36%. A participação relativa de Goiás (quadro 2.1) vem crescendo nesses produtos básicos para o mercado interno que acusam, no entanto, grande instabilidade de preços, historicamente favorecendo os segmentos ligados à intermediação comercial, em detrimento dos pequenos produtores, em particular.

QUADRO 2.1.

PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO ESTADO DE GOIÁS NA PRODUÇÃO
AGRÍCOLA NACIONAL — 1927 — 80

PRODUTOS	MÉDIA 1927/31 % DA PRODUÇÃO	1935 % DA PRODUÇÃO	1955 % DA PRODUÇÃO	1980 % DA PRODUÇÃO
Arroz	6,50	6,63	11,34	14,88
Milho	3,50	3,56	3,37	8,60
Feijão	4,43	2,93	7,14	1,86
Cana-de-Açúcar	2,50	1,96	2,15	0,83
Café	0,50	0,03	1,73	0,93

FONTE: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil.

Sem quase nenhuma vinculação com a agro-exportação, os limites da economia estadual têm estado definidos pela dimensão do mercado consumidor interno. A necessidade de comercialização dos excedentes agropecuários goianos para obtenção de capital-dinheiro para fazer face à importação de bens manufaturados criou uma condição de **recorrência**, que tem reforçado a estrutura primário-exportadora em Goiás.

No intercâmbio inter-estadual, Goiás leva nítida desvantagem diante da sua baixa produtividade e pequena agregação de valor à sua produção. Uma evidência disso é que em 1967, nada menos que 26,04% do valor de suas exportações era constituído de **animais vivos**, percentual que baixou para 21,25% em 1980. Neste ano, Goiás atendia 5% do consumo nacional de carne bovina, historicamente o seu principal produto de exportação. Esse percentual chegaria a 14% se a maior parte da exportação bovina não fosse de boi em pé.

Embora lentamente, processa-se contudo uma maior elaboração da produção estadual. Segundo Anuários Estatísticos, em 1939 Goiás participou com 3,31% da **quantidade exportada** do comércio interno, mas recebeu apenas 2,42% do **valor** do comércio interno naquele ano. Já em 1971, a **quantidade exportada** situou-se em 3,44% do total nacional, representando, porém, cerca de 4,88% do **valor transacional** no mercado interno.

O intercâmbio dos excedentes goianos se dá basicamente com o Sudeste, estabelecendo portanto relações de valor entre mercadorias de formações sociais de níveis de desenvolvimento desigual. Se em 1947 aquela região significava o mercado para 95,89% das exportações estaduais, em 1980, essa participação baixou para 63,10%, tendo crescido o intercâmbio com outros Estados. Assim, o mercado de São Paulo, que, sozinho, comprava 65,36% das exportações goianas em 1947, no ano de 1980 baixou essa participação para 38,40%, mais que o dobro, porém, de Minas Gerais, que historicamente tem absorvido em torno de 18% das exportações goianas.

A partir dos anos cinquenta, com sucessivas capturas de regiões de fronteira à dinâmica da acumulação no Sudeste, através da abertura de rodovias interligando todo o território nacional, processou-se a **unificação** do mercado brasileiro de alimentos. Nesse contexto, a urbanização acelerada forjou a formação de grandes áreas metropolitanas, que aumentam as necessidades de abastecimento interno. A produção agro-alimentar goiana tenderá a se inserir crescentemente nesse espaço mercadológico.

2.2 – Subordinação de Goiás à Dinâmica Nacional

A unificação do espaço econômico brasileiro, fundamentalmente através de avanço dos meios de transporte, determinou a substituição de uma economia formada por várias economias regionais para uma economia nacional localizada em diversas partes do território nacional.

Neste aspecto, a industrialização no Sudeste agravou o processo de concorrência intercapitalista por parcelas do mercado nos ramos que produzem os mesmos produtos, fato que se refletiu nas demais regiões: não tanto em Goiás, cujo processo de emergência de indústrias é incipiente e

basicamente voltado para a transformação de matérias-primas locais, em especial agro-indústrias.

No entanto, o esforço estadual de promover uma certa "substituição de importações", com a criação de distritos industriais, tem encontrado resistência de efetivação. Possivelmente porque os capitais que disputam um mesmo mercado tendem a distribuir-se ao longo de um espectro de eficiência. Os mais avançados tecnologicamente, mais eficientemente geridos e melhor localizados no espaço produzirão como mais baixos custos unitários, terão as mais altas margens de lucro e provavelmente também realizarão as maiores taxas de lucro naquele ramo (1) — como é da lógica da concorrência intercapitalista — o que resulta no desenvolvimento desigual de regiões e setores da economia nacional.

A posição relativa das taxas de expansão da produção de uma região frente à das demais dependerá, em primeiro lugar, do escalonamento de taxas de expansão dos diversos mercados nacionalmente considerados; em segundo, da estrutura produtiva de cada região; e, em terceiro, da eficiência produtiva das diversas empresas naquelas regiões. Neste aspecto, a economia goiana poderá obter significativas vantagens comparativas em certos segmentos da agropecuária e da mineração, potencializando suas riquezas naturais.

Se o mercado interno tem sido o limite para a expansão da economia goiana, exportadora de bens-salários por excelência, as vicissitudes da política econômica nacional têm reflexos imediatos no nível da atividade econômica estadual. O aprofundamento da concentração da renda e o violento achatamento salarial ocorridos nos últimos anos significaram uma restrição de demanda para produtos voltados para o consumo popular. É claro que essa restrição colocou-se indistintamente para todas as regiões e empresas que produzem esse tipo de bens. Ocorre, porém, que essa é quase exclusivamente a produção predominante em Goiás.

A essência da subordinação da economia goiana à dinâmica nacional fica aí evidenciada. O processo de acumulação do capital a nível nacional determina as posições da indústria, da agricultura, do comércio e das finanças goianas nas suas estruturas produtivas e financeiras. A especialização regional surge, assim, como alternativa para os capitais regionais, porém, a sua condição de possibilidade vem da acumulação nacional.

Por outro, a intervenção do Estado na área econômica, centralizando e distribuindo parcela do excedente produzido, de forma a assegurar o prosseguimento da reprodução ampliada do capital, opera discriminadamente em relação aos próprios segmentos do capital. Como as regiões não têm a mesma estrutura de produção, a política econômica do Governo Federal não incide de forma espacialmente neutra. Assim, produzem potenciais de dife-

(1) — ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha & LIMA, Rubens Soares de. "Apontamentos Para uma Discussão Sobre a Questão Regional", *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (1): 151-166, 1983, p. 153.

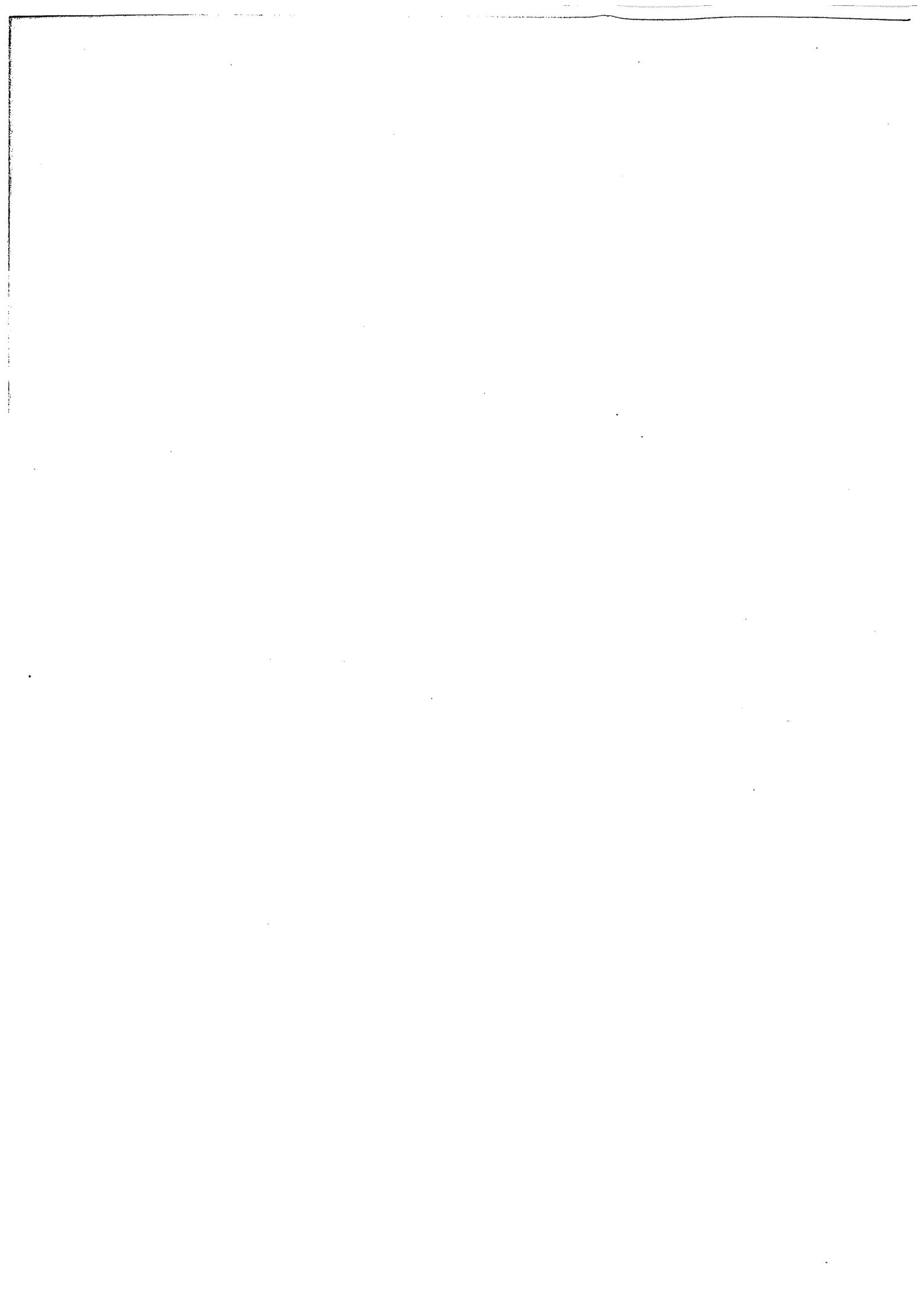
renciação regional estímulos decorrentes de uma política cambial ou de subsídios agrícolas para uma ou outra região. Produzindo essencialmente para o mercado interno, Goiás pouco se tem beneficiado desses estímulos federais.

Mesmo os programas especiais do Governo Federal (Polocentro, Proterra, Polamazônia, Pergeb, Prodoeste etc) revelam claramente que as orientações básicas voltam-se mais para a exploração dos recursos naturais e do potencial de mercado em benefício de maiores taxas de acumulação de capital, setorial e espacialmente concentrados do que do desenvolvimento regional em sentido amplo. (2)

(2) — JATOBÁ, Jorge et al. "Expansão Capitalista: O papel do Estado e o Desenvolvimento Regional Recente", in PPE, Rio, 10 (1): 273.318, p. 274, 1980.



3. DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO NO EIXO RELEVANTE EM GOIÁS



3.1 — A Modernização Como Estratégia no Agro

A agropecuária goiana, sobretudo nos últimos 16 anos, experimentou inusitado processo de modernização, com a generalização do uso de máquinas e insumos agrícolas, facilitada pela implantação e consolidação no Brasil da indústria de tratores no final dos anos sessenta. A busca de valorização do capital tende à redução da composição orgânica (relação entre capital variável e capital constante), para manter taxas de lucros satisfatórias. Assim, ainda que lentamente, o capital migra para a agropecuária, diante da falta de melhor alternativa nos demais setores da economia.

A tecnologia imposta ao campo pelo complexo agro-industrial é, portanto, uma resultante da procura de redução do tempo de trabalho e do tempo de produção, que constitui o caminho para a extração de excedentes. Mas é também uma decorrência da luta entre capital e trabalho no centro do sistema capitalista, que motiva a geração de máquinas e equipamentos, visando aumentar a produtividade e reduzir a massa global de salário.

Diante do baixo custo da força-de-trabalho em Goiás e no Brasil em geral, para que a introdução de máquinas e equipamentos se apresente como alternativa ao capitalista no campo, foi necessário baratear o capital constante através da concessão de subsídios, condição também fundamental para viabilizar a indústria de tratores emergente no País. Não por acaso, o número de tratores teve crescimento de 12,33% ao ano entre 1970 e 1980 no Brasil como um todo e de 16,80% ao ano em Goiás.

A introdução de uma tecnologia de alta composição técnica, mas significativamente barata, tem evitado, por outro lado, um precoce superinvestimento no setor agropecuário, que se configuraria como fatal frente à estreiteza do mercado interno e à dificuldade de exportação de grãos, dada a superprodução agropecuária realizada pelas grandes potências capitalistas (Europa Ocidental e Estados Unidos), que vêm estabelecendo crescentes excedentes no mercado mundial. E os espaços econômicos tendem a ser ocupados pelos mais eficazes.

Dentro desse raciocínio, observa-se que em Goiás (quadro 3.1) a relação estabelecimento/trator baixou de 716 em 1950 para 5,7 em 1980, enquanto para o Brasil a queda foi de 246 para 10. Em termos de produtividade, se em 1950 cada trabalhador rural respondia por 1,55 ha, em 1980, esta relação subiu para 4,15 (contra 1,74 e 2,17 respectivamente para o Brasil).

QUADRO 3.1

GOIÁS/BRASIL: EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DE TRATORES - 1950/1980

ANOS	TRATORES (Nº)		HA LAVOURA/TRATOR		ESTABELECIMENTO/TRATOR		PESSOAL OCUPADO/TRATOR		/HA LAVOURA/		TRAB
	GO	BR	GO	BR	GO	BR	GO	BR	GO	BR	
1950	89	8.372	5.224	2.281	716	246	3.363	1.313	1,55	1,74	
1960	1.349	61.324	733	468	82	54	370	255	1,98	1,83	
1970	5.692	165.870	287	205	25	30	96	106	2,98	1,93	
1975	13.634	323.113	188	124	11	15	50	63	3,70	1,97	
1980	26.875	530.691	199	87	5,7	10	29	40	4,15	2,17	

FONTE: CENSOS AGROPECUÁRIOS

A modernização tem-se dado, todavia, em Goiás, de modo diferenciado em termos de regiões (mais no Centro-Sul do Estado), de produtos (mais nas culturas voltadas para exportação, como soja e algodão) e de categorias de produtores (mais nos médios e grandes estabelecimentos) (3). Essa diferenciação de níveis de penetração de relações de produção capitalista no campo torna Goiás bastante heterogêneo como totalidade espacial, subsistindo simultaneamente diversos processos de produção e apropriação dos excedentes.

O crédito rural tem funcionado no sentido de reforçar a discriminação entre pequenos e grandes produtores e entre produtos voltados para o mercado interno e produtos exportáveis. No entanto o crédito — um fenômeno monetário, portanto, derivado — não deve ser a causa principal da dissociação dos produtores no meio rural; a causa básica tende a ser a **má distribuição da estrutura fundiária**, sobre a qual se assenta a política de crédito subsidiado. Enquanto não for alterada a tendência à concentração da propriedade rural, pouco pode ser feito em relação à distribuição do crédito ao campo.

Entretanto — em que pese a introdução de novas técnicas no agro goiano e o acesso ao crédito por parcelas de produtores — a **posição relativa da renda do setor primário não tem crescido em relação ao conjunto da economia estadual**; deduz-se que os recursos apenas **passeiam pelo setor agropecuário**, retornando, com lucros, aos segmentos financeiro e industrial. O crédito rural diferencia os produtores rurais, mas a renda interna setorial não é beneficiada; ao contrário.

Por outro lado, a tecnologia, ao mesmo tempo que “cria” novas terras agrícolas (cerrados, várzeas etc), revolucionando o conceito de fronteira agrícola, aumenta os custos de produção, comprometendo, paradoxalmente, a própria lucratividade do setor, quando não constitui uma ameaça ao equilíbrio ecológico — situação em que todos podem perder.

3.2 — As Novas Relações de Produção Predominantes no Campo

A crescente migração do capital para a agricultura em Goiás tornou, a partir do início dos anos setenta, a relação de trabalho assalariado predominante no campo, reduzindo, em consequência, a participação relativa das categorias trabalhadores permanentes, parceiros, meeiros e posseiros no conjunto da população economicamente ativa no campo.

A dinâmica da acumulação do capital tende a eleger, como preferencial, o processo de trabalho que permite maior margem de valorização. Por facilitar esse processo de maior extração de excedentes, o trabalho assalariado temporário no campo (bóia-fria) tem-se expandido no Brasil e em Goiás:

“O regime de trabalho volante, dada a forma de pagamento da força-de-trabalho e os vínculos de instabilidade que o acompanham, oferece aos empresários agrícolas, nas condições atuais de produção, vantagens diferenciais sobre as demais modalidades de relações de trabalho, sejam assalariadas ou semi-assalariadas” (4) (Grifos nossos)

O trabalho volante é uma modalidade de **trabalho por tarefa**, que não passa de uma forma metamorfoseada de venda da força-de-trabalho. A diferença quanto à forma de determinação, entre salário por tempo e salário por tarefa, não altera em nada a natureza da relação de trabalho assalariado.

Contribui para engrossar as fileiras da superpopulação relativa o excedente populacional expulso das áreas minifundiárias. Com efeito, a relação hectare/homem (quadro 3.2.1), depois de apresentar um crescimento significativo no período 1950/1970, no final da década de setenta voltou a apresentar índices decrescentes, como resultante do processo simultâneo de minifundização/latifundização da propriedade. A relação hectare/homem em Goiás, nos estabelecimentos com menos de 10 ha, caiu de 2,35 para 1,70 entre 1970 e 1980; nos estabelecimentos de 10 a menos de 20 ha desceu de 5,11 para 4,29. Certamente a concentração de mão-de-obra rural é bem maior do que sugerem esses coeficientes, se se levar em conta que grande parte dos estabelecimentos com área inferior a 20 ha não passa de "chácaras de fim-de-semana", modalidade que se expandiu enormemente nos últimos 15 anos e que não tem, portanto, um sentido efetivo de exploração econômica. Para o Brasil os coeficientes se mostram igualmente decrescentes.

QUADRO 3.2.1.

GOIÁS/BRASIL – RELAÇÃO HECTARE/HOMEM, SEGUNDO OS CENSOS DE 1950, 1970 e 1980

GRUPOS DE ÁREA (ha)	BRASIL			GOIÁS		
	1950	1970	1980	1950	1970	1980
Menos de 10	1,35	1,27	1,14	1,70	2,35	1,70
10 a menos 20	3,65	4,00	3,63	4,50	5,11	4,29
20 a menos 50	6,57	7,90	7,08	9,60	10,70	8,83
1000 e mais ha	149,40	232,30	187,65	349,11	390,90	271,80

FONTE: IBGE. Censos Agropecuários.

Em Goiás, enquanto a área total dos estabelecimentos de até 10 ha se manteve constante entre 1970 e 1980, o pessoal ocupado aumentou 37,50%; nos estabelecimentos de 10 a 20 ha, a área total foi reduzida em 10,30%, quando a mão-de-obra ocupada cresceu 6,85%. No mesmo período, a área total dos estabelecimentos com 1000 ou mais hectares teve um incre-

mento de 62,38%. Para o Brasil a tendência foi a mesma, valendo destacar que os estabelecimentos de 1000 ou mais hectares acusaram crescimento da área total de 45,68%.

Assim, os minifúndios tendem a funcionar como verdadeiras reservas de mão-de-obra para as unidades produtivas maiores, crescentemente modernizadas pelo acesso ao crédito subsidiado e pela aquisição de máquinas e implementos agrícolas. De um lado, a criação das condições de exploração da propriedade em bases capitalistas; de outro, a crescente oferta de mão-de-obra cevada nos minifúndios, a custo zero, para os empresários. A proletarianização, como trabalhador eventual, é uma consequência direta.

Em que pesem as evidências empíricas do crescimento do número de trabalhadores assalariados temporários no campo, as pesquisas do IBGE, tanto do Censo Demográfico (realizado em 10./9) como o Censo Agropecuário (realizado em 31/12) não captam bem o contingente de trabalhadores rurais temporários. O censo demográfico não apreende o contingente que, embora residente nas cidades, trabalha no campo; o censo agropecuário, por sua vez, é realizado em época de reduzido emprego desse tipo de força-de-trabalho, além de encontrar dificuldade para obter informações precisas das unidades empregadoras, uma vez que o sistema de trabalho volante induz à interposição de intermediários ("gato", turmeiro, "empreiteiro" etc) entre o capitalista e os trabalhadores. Quando da realização da pesquisa, o capitalista tem dificuldade de quantificar o emprego de mão-de-obra na sua propriedade. Uma pesquisa realizada pela (FETAEG/77) constatou que 77,3% da "contratação" de trabalhadores volantes se dava através do "empreiteiro/gato". Isso reduz a confiabilidade dos dados disponíveis.

Embora influam de algum modo, os fatores legislação, tipo de culturas, mecanização etc, são elementos apenas colaterais à determinação do processo de trabalho na agricultura. Isto porque o processo de trabalho, as relações de trabalho não se determinam entre coisas, mas entre pessoas; no capitalismo o processo de trabalho relevante é aquele que valoriza o capital.

A relação que tende a se generalizar é aquela que permite aos empresários agrícolas valorizarem seu capital mais eficazmente. A parceria, o colonato e até mesmo o trabalho permanente tornam-se formas anti-econômicas, diante das novas condições materiais da produção. "A utilização do trabalho assalariado espúrio não é, portanto, uma questão de geografia, de área ou de culturas, mas uma questão de capital" (5).

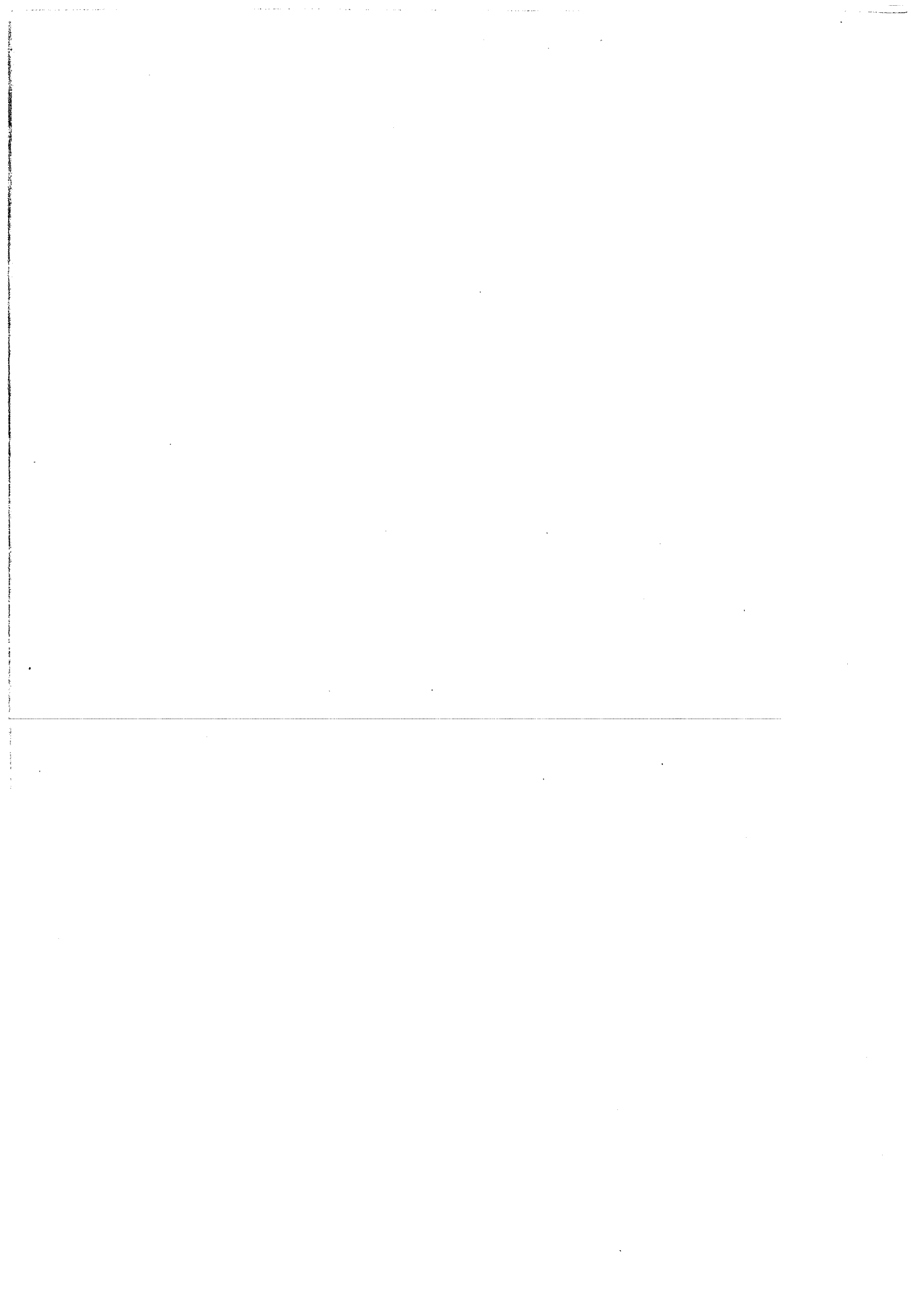
Em função do tipo de atividade e condições sociais do trabalho na área, a parceria no produto secundário pode conviver, até certo ponto, em meio a certo volume de capital, porque o parceiro (ou agregado, na formação de pastos na agropecuária), antes de ser um **trabalhador autônomo**, é um fornecedor de trabalho excedente. Assim se tem um parâmetro para explicar porque, se em 1970 Goiás tinha apenas 1337 estabelecimentos explorados na condição de parceria, em 1980 — depois de intensa penetração de relações capitalistas na agropecuária estadual — o número de estabelecimentos subiu para 4.158, depois de ter alcançado 4.804 em 1975. O quadro fica mais claro quando se agrega outra variável: a formação de "pastagem artificial"

teve o crescimento notável de 193% entre 1970/1980, enquanto a área de pastagem em geral cresceu apenas 32%.

É a conveniência de redução de custos (administrativos, financeiros etc) que permite a convivência com formas não puramente assalariadas na agropecuária; no entanto, toda a sua dinâmica fica condicionada à reprodução do capital no setor.

-
- (3) — BERTRAN, Paulo. "Estruturação e Processo de Crescimento na Economia Goiana", in **Cadernos da Fundação INDUR**, Volume 3, p. 88, janeiro-junho, Goiânia, 1983.
- (4) — GONZALES, Élbio & BASTOS, Maria Inês. "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira", in **Capital e Trabalho no Campo**, p. 31, HUCITEC, São Paulo, 1979.
- (5) — GONZALES, Élbio & BASTOS, Maria Inês. OP. Cit. p. 41.

4. INDICADORES DA ECONOMIA GOIANA



4.1 – Estrutura Fundiária e Mobilidade da População

O processo de distribuição espacial da população e, em especial, da força-de-trabalho tende a ajustar-se à tendência estrutural de criação de superpopulação relativa, em meio à acumulação de capital. O deslocamento do capital para as atividades agropecuárias no Estado, determinando novas relações de produção no campo, tem provocado a migração crescente no sentido campo-cidade nos últimos 30 anos em Goiás, acusando níveis elevados de urbanização, em geral superiores aos alcançados pelo País como um todo.

Dada a condição subordinada da economia goiana à dinâmica nacional, essa urbanização distante e interior – evidencia-se numa região classicamente referenciada como fronteira agrícola – deve ser associada ao processo de acumulação do capital, hegemonicamente determinado pelo Sudeste brasileiro.

Igualmente se atribui à dinâmica capitalista do Sudeste a persistência da estrutura fundiária arcaica em Goiás, em face do perfil primário-exportador decorrente da necessidade de complementariedade inter-setorial, imposto pela natureza peculiar inicialmente mono-setorial da industrialização retardatária no Brasil.

Pressionada pela modernização da agricultura de um lado e pela rigidez da estrutura fundiária, de outro, a população rural ganha mobilidade forçada, deslocando-se para a periferia dos centros urbanos, configurando o cenário de marginalidade crescente e sobrecarregando a disponibilidade de equipamentos urbano-sociais. Assim, só na década 70/80, mais de 713 mil (quadro 4.1) migrantes líquidos (mais de 20% da população estadual e mais de 48% da população rural) deixaram o campo em Goiás, tendo o Estado, pela primeira vez neste século, perdido cerca de 76 mil pessoas, em termos de saldo migratório líquido.

4.2 – Indicadores de Renda e Emprego

Embora a renda seja mais concentrada na zona rural, a acumulação de riqueza dá-se mais na área urbana, para onde se dirigem os excedentes de população à procura de ocupação e ascensão social.

Uma visão setorial da renda em Goiás evidencia uma inversão de posições entre os setores primário e terciário no período 1939-82 (quadro 4.2.1), embora o processo de geração de valor no Estado seja predominantemente na agropecuária. A crescente integração da agricultura ao complexo agro-industrial a jusante (aquisição de máquinas, implementos agrícolas, insumos etc) e a montante (venda de produção agro-indústrias) estabelece uma matriz de relações inter-setoriais onde o valor da produção agropecuária tende a ser muito superior ao valor agregado especificamente pelo setor primário.

QUADRO 4.1
GOIÁS: ESTIMATIVA DO SALDO MIGRATÓRIO LÍQUIDO
*** SEGUNDO A POPULAÇÃO URBANO E RURAL – 1940/1950.**

CENSOS	POPULAÇÃO TOTAL (A)	INCREMENTO TOTAL NA DÉCADA (B)	INCREMENTO LÍQUIDO NA (C)	% RELAÇÕES		POPULAÇÃO TOTAL (D)	INCREMENTO NA DÉCADA (E)	INCREMENTO LÍQUIDO NA DÉCADA (F)	% RELAÇÕES	
				(B/A)	(C/A)				(E/D)	(F/D)
1940	142.110	—	—	—	—	684.304	—	—	—	—
1950	245.667	103.557	66.654	42,15	27,13	969.254	284.950	107.253	29,40	11,06
1960	575.325	329.658	243.932	57,30	42,40	1.337.964	368.710	30.488	27,55	2,27
1970	1.237.108	661.783	472.374	53,49	38,18	1.701.569	363.605	(- 76.879)	37,41	(- 4,51)
1980	2.403.234	1.166.126	821.689	48,52	34,19	1.462.248	(- 239.321)	(- 713.073)	(- 16,36)	(- 48,76)
1940/80	—	2.261.124	1.992.887	—	—	—	777.944	(- 513.696)	—	—

FONTE: CENSOS DEMOGRÁFICOS.

*No cálculo do Saldo Migratório Líquido, assumiu-se a taxa de crescimento observada para o Brasil nos respectivos Censos. A rigor, a taxa de natalidade em Goiás é superior à média nacional. Os resultados obtidos são, portanto, moderados.

QUADRO 4.2.1
GOIÁS: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DOS SETORES NA RENDA INTERNA – 1939-82

ANOS	PRIMÁRIO	SECUNDÁRIO	TERCIÁRIO	TOTAL
1939	70,36	5,78	23,86	100,00
1959	59,15	5,60	35,25	100,00
1982	20,00	18,90	61,10	100,00

FONTES: FGV e IPES-Go.

Como os insumos são formalmente comercializados – posto que produzidos por empresas de grande porte – em geral depois de adquiridos fora do Estado, há uma ativação do segmento comercial, sugerindo, aos menos avisados, excepcional desempenho do setor terciário. As relações inter-setoriais variam de acordo com as condições históricas concretas da economia regional. Uma economia voltada basicamente para a exportação de bens primários fatalmente tem um terciário com dimensões desproporcionadas, tanto mais avança a modernização no campo, liberando força-de-trabalho.

Embora em termos de agregados macro-econômicos a renda do setor primário tenda relativamente a cair, a agropecuária ainda é o “locus” privilegiado da acumulação em Goiás, constituindo o verdadeiro negócio, em torno do qual gravitam os demais (dinamismo comercial, especulação imobiliária, impulso à construção civil, receita governamental etc).

A desproporcionalidade do terciário se dá também em razão do caráter subordinado da economia regional à dinâmica da acumulação a nível nacional, à medida em que a colocação na periferia dos excedentes produzidos no centro hegemônico (leia-se São Paulo) há de ser realizada através da comercialização – a não por acaso os segmentos “comércio” e “comunicações e transportes” são os mais dinâmicos no conjunto do terciário. Neste caso, os centros urbanos regionais “periféricos” (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Itumbiara etc) – espaços privilegiados para inchamento do terciário – constituem-se em autênticos “entrepostos comerciais” coletores dos excedentes agropecuários produzidos a nível regional e repassadores dos bens elaborados oriundos do Sudeste. Essa divisão inter-regional do trabalho cumpre a função de facilitar a rotação do capital-mercadoria. Por isso, são os segmentos “comércio” e “transportes” os que mais crescem.

Na década 1950/60, época do maior pique, a urbanização cresceu a 9,34% ao ano em Goiás, enquanto no Brasil atingiu 5,47%

ao ano. Se se confrontam esses dados com a participação relativa do setor secundário na renda interna e no emprego (quadro 4.2.2), nota-se que a indústria emprega pouca gente e é inexpressiva em termos de produto, evoluindo de 5,4% em 1950 para 18,90% em 1980, enquanto o emprego subiu de 6,03% para apenas 16,47% nesses trinta anos. Para o Brasil como um todo, a indústria tem uma participação relativa considerável tanto no produto como na absorção de mão-de-obra, em média mais que o dobro em Goiás. No entanto, seus índices de urbanização são inferiores aos de Goiás.

QUADRO 4.2.2

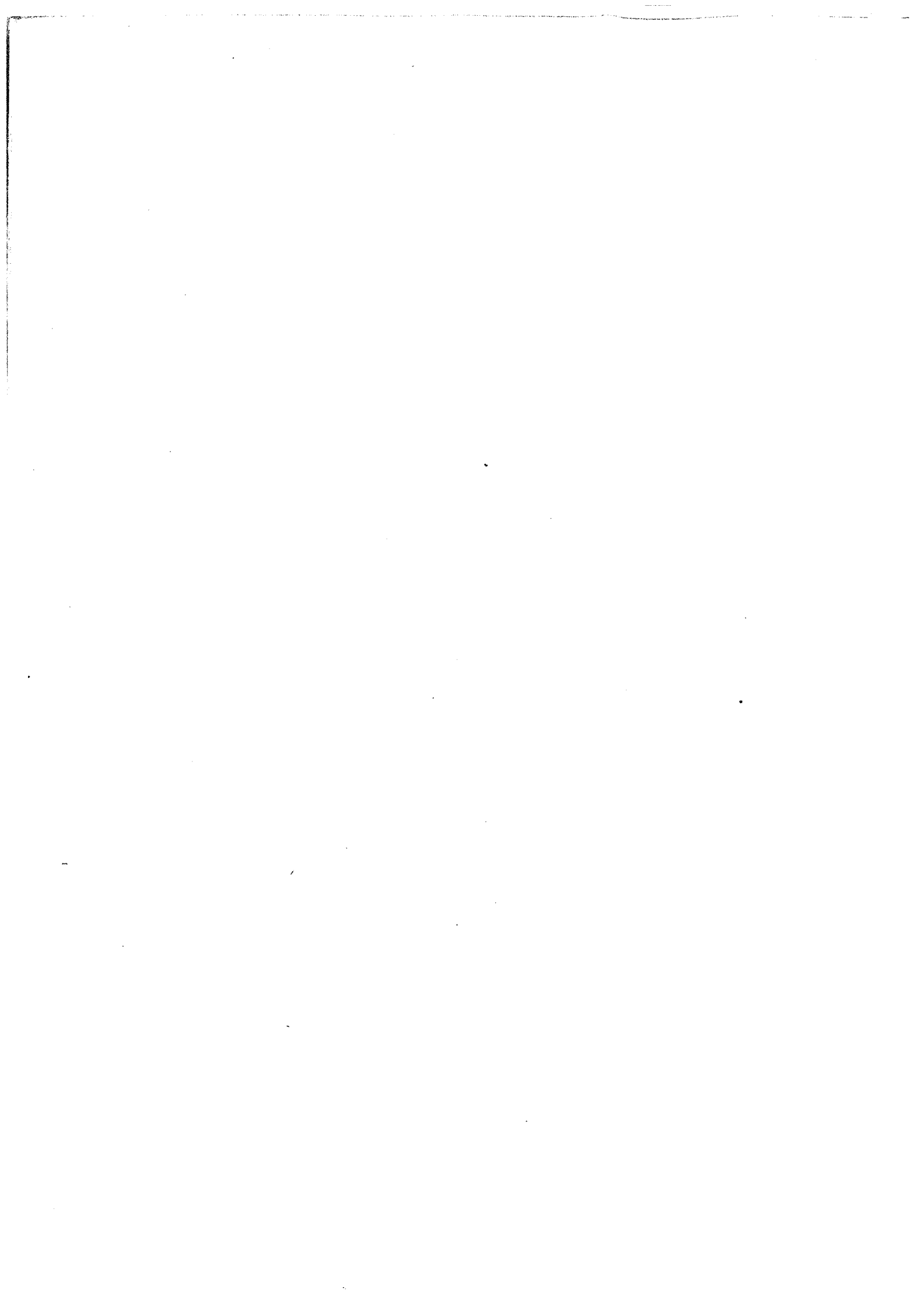
GOIÁS/BRASIL – PARTICIPAÇÃO RELATIVA DO SETOR SECUNDÁRIO NA RENDA INTERNA E NO EMPREGO – 1950-80

UNIDADES	1950		1970		1980	
	RENDA	EMPREGO	RENDA	EMPREGO	RENDA	EMPREGO
Goiás	5,47	6,03	17,90	8,91	18,90	16,41
Brasil	26,82	14,18	36,26	17,95	34,02	24,41

FONTE: Dados sobre renda: FGV (Conjuntura Econômica) e IPES-Go.
 Dados sobre emprego: Censos Demográficos

A pouca absorção de mão-de-obra pelo setor industrial – provavelmente em decorrência da adoção abrupta de tecnologia poupadora do fator trabalho – reduz as expectativas de solução do desemprego nos países periféricos, que não contam – ao contrário da Europa Ocidental no final do século XVIII e XIX – com a alternativa da emigração em massa da população excedente. Desse modo, a marginalidade urbana tenderá a crescer no Brasil e em Goiás.

5. PERSPECTIVAS DA ECONOMIA ESTADUAL



Com o asfaltamento da Rodovia Brasília-Salvador, depois de plenamente consolidada a Belém-Brasília, basta que se interliguem essas duas espinhas dorsais para que o Estado de Goiás se integre por inteiro ao espaço econômico nacional. A captura dessas regiões de fronteira, no marco de relações de troca entre mercadorias de valores desiguais, reforça o domínio do centro hegemônico de reprodução do capital sediado no Sudeste.

Embora os solos goianos não sejam tão bons quanto geralmente se propala, são ainda relativamente baratos — e é nesse aspecto que vêm viabilizando a expansão da modernização agropecuária (em especial no Sudoeste e planalto central com a produção de soja), bem como atraíndo investimentos na área de produção de álcool.

São fundamentalmente ilimitadas as possibilidades de aumentar a produção agrícola no Estado (que vem perdendo seguidamente espaço para a pecuária), mas não há conveniência capitalista nessa expansão. Se a produção agro-alimentar goiana (exceção da soja) se destina ao mercado interno — o futuro da produção regional dependerá da dimensão desse mercado e da posição relativa na competição em relação às outras unidades da Federação. O problema da produção de alimentos não é de falta de técnica nem de capital: é **estreiteza de mercado**.

O setor de mineração poderá se constituir numa alternativa não convencional para a arrancada do Estado, pois se prende a outros segmentos de demanda. Se na década passada teve crescimento médio de 30% ao ano, é plausível admitir um ritmo decrescente, porém, ainda bastante significativo, com efeitos multiplicadores a nível regional.

A posição central do Estado no conjunto da Federação oferece oportunidades ainda inexploradas para o seu desenvolvimento, tanto na intermediação comercial, como na produção de gêneros que são pesadamente onerados com custos de transportes quando importados do Sudeste e Sul do País.

Ao nível do aparelho de Estado, não houve grandes transformações nos últimos 20 anos em Goiás, permanecendo defasado em relação à burocracia federal, que, depois da reforma administrativa do Decreto-Lei 200/67, melhorou sensivelmente seus quadros. São imensuráveis as perdas que o processo de desenvolvimento de Goiás, ao nível institucional, vem sofrendo em função dessa letargia de seus recursos humanos. É necessária uma obstinada decisão política a nível de Governo para investir em quadros profissionais e tentar reduzir o fosso.

Os problemas a serem enfrentados pela sociedade goiana são enormes. Tomando-se como referência as variáveis renda e população (quadro 5), nota-se uma tendência ao empobrecimento do campo, porém com renda mais concentrada.

QUADRO 5

GOIÁS: TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO SETORIAL DA RENDA E DA POPULAÇÃO – 1970-1982

SETORES	REND A	POPULAÇÃO
Rural	7,39	(- 1,42)
Urbana +	11,92	6,87
TOTAL	11,65	2,83

FONTES: FGV e IPES-GO

+ Engloba a renda dos setores secundário e terciário.

Com a penetração crescente de relações de produção capitalista no campo, a liberação de população rural deverá continuar firme até, pelo menos, o ano 2000, deslocando o desafio para o meio urbano, onde a renda tem uma dinâmica superior à da zona rural, mas o crescimento da população (6,87% a.a. de 1970 a 1982) aí compromete os resultados finais.

Embora significativa, a taxa de crescimento da renda urbana (11,92% a.a. de 1970-82) não atende as necessidades de geração de emprego, deixando entrever crescentes contingentes de subempregados e de totalmente desempregados. Para dar uma resposta satisfatória à demanda urbana de ocupações, deverá a economia urbana crescer a uma taxa anual superior a 15% (6), desempenho que estará condicionado à dinâmica da economia a nível nacional.

Desse modo, o horizonte é crítico, pressupondo crescente pressão junto aos governos estaduais e municipais para que encontrem saídas para o desemprego e subemprego em Goiás. Como a não resolução desse problema implica o aumento de vários outros (criminalidade, marginalidade, doenças etc) ele deve se inscrever como prioritário para Goiás.

(6) – Admitindo-se uma relação produto/emprego de 0,4% de expansão no nível de emprego para cada 1% de crescimento do produto interno bruto. Esta relação foi obtida pelo IPEA para a economia brasileira no período de 1967-1979.

6 – CONCLUSÕES



Apresentam-se como conclusões deste ensaio:

6.1 — A inserção de Goiás no mercado brasileiro de alimentos se dá de modo ainda inexpressivo em relação às potencialidades regionais. O Sudeste é o mercado relevante para os excedentes agropecuários goianos, mas a participação relativa daquela região no conjunto das exportações estaduais vem decrescendo, abrindo-se, em consequência, novos mercados (Brasília, Mato-Grosso, Pará e Nordeste brasileiro), que tenderão a ser mais significativos a partir da unificação do espaço econômico brasileiro, facilitada pelas rodovias que interligam os mais diferentes quadrantes do País. Nesse contexto, Goiás tenderá a ocupar maior espaço na produção agro-alimentar que se destina às áreas metropolitanas; ao mesmo tempo, valendo-se de sua privilegiada posição geográfica central, será um entreposto significativo dos excedentes do fluxo Sul-Norte do País, além de provavelmente se constituir em produtor de produtos industriais que, em razão do custo dos transportes, ficam onerados em excesso quando importados do Sul ou Sudeste do País. Nesse campo, Goiás ainda engatinha, mas a lei de reprodução do capital tenderá a elevá-lo a essa condição de subpolo de irradiação para o Norte do País, elaborando algumas matérias-primas eventualmente abundantes — e desde que não ameace a concorrência intercapitalista oriunda dos capitais instalados no Sudeste, em especial em São Paulo.

6.2 — Em função da homogeneização do espaço econômico brasileiro, com a dinâmica da reprodução do capital instalado no Sudeste, Goiás se pontifica como uma economia subordinada à lógica dessa reprodução do capital, tendo o seu espaço determinado, até agora, pela dimensão do mercado interno para bens-salários alimentícios. Assim, pouco se tem beneficiado dos favores tributários e cambiais que o segmento voltado para as exportações geralmente recebe, fato que reduz o nível da acumulação no Estado. Além disso, limitada ao mercado interno, a economia goiana sofre as consequências diretas da recessão econômica e da redução do poder aquisitivo do povo brasileiro.

6.3 — O triunfo da penetração do capital na agricultura em Goiás apresenta como contraface o expressivo contingente de trabalhadores assalariados temporários no campo (bóias-frias), que, assim como a propriedade rural e a monocultura, também se concentram nas grandes unidades produtoras. Este cenário é bem diferente do prevalecente nos anos cinquenta e sessenta, quando os pequenos proprietários rurais e posseiros constituíam a maioria da força-de-trabalho no campo. A modernização da agricultura, facilitada pelos subsídios à aquisição de máquinas e implementos agrícolas, altera as relações de produção no campo, liberando, sazonalmente, imensos contingentes de trabalhadores rurais, que passam a engrossar a periferia dos centros urbanos regionais, “urbanizando-se” e, de certo modo, estabelecendo um mercado de trabalho quase homogêneo entre campo e cidade em Goiás, com a superpopulação relativa forçando os salários para baixo, tanto no meio urbano (construção civil, limpeza urbana etc) como no

meio rural (época de colheitas, plantio etc.). Toda essa competição inter-setorial de trabalho beneficia os empresários tanto urbanos como rurais. Mas é uma etapa histórica necessária à acumulação do capital, assim como é necessário haver a afirmação para gerar a negação.

6.4 — Por uma situação particular do capitalismo brasileiro, abre-se para Goiás — onde as terras são ainda relativamente baratas se comparadas com as do Sudeste e Sul do País — a possibilidade de produção de álcool em grande escala e esse processo delineará, a nosso ver, a dinâmica no meio rural em Goiás nos próximos anos. Como a cana-de-açúcar é exigente em terras de boa qualidade, prevê-se uma apropriação das melhores manchas por essa cultura, em detrimento da produção de alimentos voltados para o consumo popular (arroz, feijão mandioca e até o milho).

Simultaneamente — também de maneira diferenciada em relação às demais unidades da Federação — o potencial mineral em Goiás poderá provocar um dinamismo mais acelerado na região, embora não se deva esperar daí grande efeito multiplicador, em razão da sua tendência a enclave.

6.5 — Como decorrência da natureza subordinada da economia, da migração crescente do capital para o campo, da rigidez da estrutura fundiária no Estado, da reduzida absorção de mão-de-obra pelas indústrias, o horizonte mostra-se sombrio quanto à plethora urbana que caracterizará as cidades do Estado, em especial as de médio e grande porte, que serão sobrecarregadas de desempregados de modo crescente. Não se vislumbra, no marco do capitalismo periférico, saída para essa grave situação de falta de ocupações, mesmo se a economia regional apresentar desempenho excepcional. Trata-se de problema estrutural maior, inerente à natureza da reprodução do capital nos países de industrialização retardatária.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha & LIMA, Rubens Soares de. "Apontamentos para Uma Discussão Sobre a Questão Regional", *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (1):151-166, 1983
- BERTRAN, Paulo. "Estruturação e Processo de Crescimento na Economia Goiana". *Cadernos da Fundação INDUR*, Goiânia, Volume 3:87-91, janeiro/junho/1983
- GONZALES, Élbio & BASTOS, Maria Inês. "O Trabalho Volante na Agricultura Brasileira" in *Capital e Trabalho no Campo*, HUCITEC, São Paulo, 1979.
- JATOBÁ, Jorge S. et al. "Expansão Capitalista: O Papel do Estado e o Desenvolvimento Regional Recente", in *Pesquisa e Planejamento Econômico*, Rio de Janeiro, 10(1):273-318, abril, 1980.
- MUELLER, Charles Curt. "Fronteiras, Frentes e a Evolução Recente da Ocupação da Força-de-Trabalho Rural no Centro Oeste". Texto para Discussão n. 104. Departamento de Economia da UNB, Brasília - 1982.

CAPÍTULO III

SETORES PRODUTIVOS

AGROPECUÁRIO

INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

MINERAL



SETOR AGROPECUÁRIO



SETOR AGROPECUÁRIO

DIAGNÓSTICO

A agricultura em Goiás, apesar dos problemas que vem enfrentando, tem exercido o seu papel na produção de alimentos, matérias-primas e geração de empregos.

Entretanto, sua crescente subordinação aos setores comercial, industrial e financeiro tem acelerado a acumulação de capital no setor urbano — industrial em detrimento do próprio setor agrícola. Persistindo a política governamental para o setor e sua crescente subordinação às estruturas oligopolistas, a agricultura se tornará uma atividade pouco atrativa do ponto de vista econômico, o que agravará ainda mais os problemas de natureza social, uma vez que a produção de alimentos será afetada e o desemprego e o êxodo rural ampliar-se-ão.

Em Goiás, os problemas enfrentados pelo setor agrícola referem-se principalmente ao crédito rural, estrutura fundiária, utilização da terra, controle de qualidade dos insumos, estrutura das propriedades, infra-estrutura de armazenagens e transporte e apoio do setor público agrícola do Estado.

Em relação ao crédito rural, este ainda não se democratizou e é, na sua maioria, direcionado, forçando a disseminação de tecnologias nem sempre compatíveis com a realidade, o que vem gerando uma rápida modernização da agricultura com o agravamento do desemprego. A retirada total dos subsídios, tornou-o ainda mais inacessível ao pequeno produtor que, por várias razões, inclusive falta de assistência técnica efetiva e suporte da pesquisa agrícola, continua praticando uma agricultura não competitiva e incapaz de remunerar os elevados custos financeiros atuais.

A estrutura fundiária do Estado permanece fortemente concentrada no que diz respeito tanto à propriedade quanto à exploração da terra gerando, conseqüentemente, concentração da renda.

Quanto à utilização das terras, os dados evidenciam que apenas 22% da área do Estado são explorados intensivamente com atividades agropastoris. Com relação às lavouras, que ocupam 5% desse total, há de se destacar a inexpressividade dos cultivos permanentes, a pequena diversificação de produtos cultivados, que gera uma maior vulnerabilidade aos reveses climáticos e de mercado; a persistência de baixos rendimentos físicos; a lenta ampliação de áreas cultivadas com produtos básicos para a alimentação e a expansão dos cultivos comerciais.

A criação de animais no Estado se apoia basicamente na bovinocultura e suinocultura de métodos tradicionais com pouco estímulo a outros rebanhos tanto de pequeno como de grande porte. A falta de uma política governamental adequada aliada a medidas imediatistas e paliativas são fatores que contribuem para persistência desses métodos.

A pecuária vem sofrendo de problemas relacionados a carências alimentares do rebanho, manejo inadequado, baixo padrão racial, alta incidência de doenças, sazonalidade e alto custo de produção e baixa produtividade refletindo na qualidade dos produtos. Aliam-se a esses fatores, a fraca estrutura de estocagem e comercialização.

A falta de um controle eficiente da qualidade dos insumos agrícolas afeta sobremaneira a atividade agro-pastoril, uma vez que produtos de qualidade discutível vêm sendo comercializados no Estado.

A nível das propriedades agrícolas há a destacar a precariedade das instalações e o absenteísmo dos proprietários que contribuem para os baixos níveis de produtividade.

O setor público agrícola do Estado, de estrutura complexa, excessiva descentralização de trabalho e falta de integração dos diversos órgãos, dificulta a compatibilização das ações.

No Estado de Goiás é a Secretaria da Agricultura que coordena o setor público agrícola, tendo sob sua jurisdição os seguintes órgãos: Empresa Goiana de Pesquisa Agro-Pecuária (EMGOPA), Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Goiás (EMATER-GO), Companhia Agrícola do Estado de Goiás (CAESGO), Companhia de Armazéns e Silos do Estado de Goiás (CASEGO), Goiás Hortigranjeira S.A., Centrais de Abastecimento de Goiás (CEASA). Além desses, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-GO) é a unidade permanente de planejamento do setor de assessoramento do Secretário da Agricultura, estabelecendo ainda a vinculação com a área correspondente no Ministério da Agricultura.

OBJETIVOS GERAIS

- Ampliar a oferta de emprego no campo e aumentar a renda das famílias rurais;
- Criar condições efetivas para a organização, fortalecimento e ampliação das entidades representativas da agropecuária (associações, cooperativas, sindicatos), com ênfase especial na organização dos pequenos produtores;
- Aumentar a eficiência da comercialização de forma a garantir preços remuneradores aos produtores e menores custos para os consumidores;
- Facilitar o acesso à terra e aos meios para sua exploração para os que nela queiram viver e trabalhar;
- Melhorar a qualidade de vida das famílias rurais através da interiorização de infra-estruturas e serviços públicos (saúde, educação, lazer, habitação etc.);
- Direcionar os instrumentos e ações da política agrícola estadual

prioritariamente para a melhoria da distribuição da renda no campo.

ESPECÍFICOS

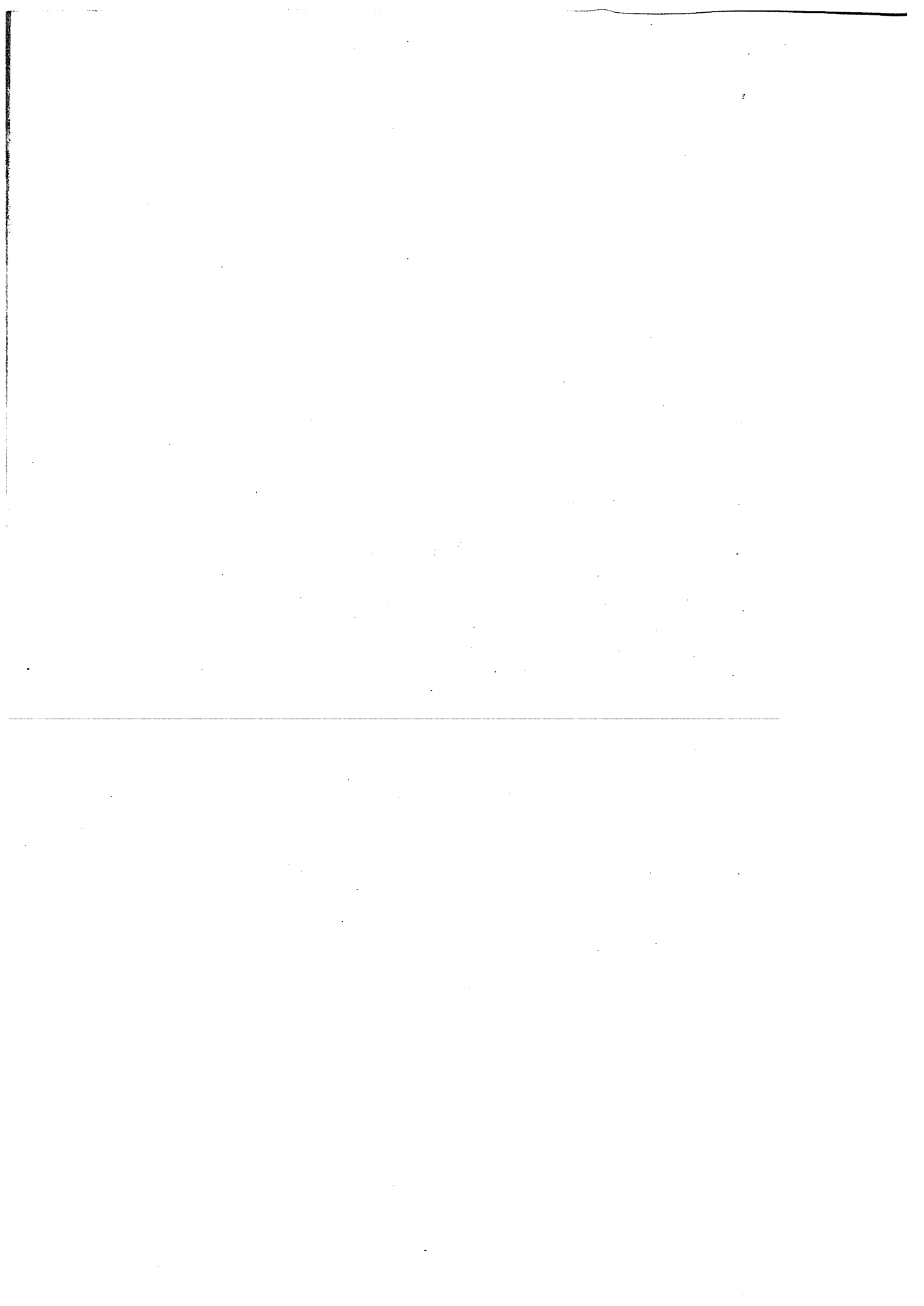
- Estimular a organização, especialmente dos mini e pequenos produtores rurais, visando a racionalização das ações de Governo em seu benefício, promovendo o associativismo, bem como proporcionando o surgimento entre esses segmentos da população, de instrumentos que lhes permitam participar ativamente do encaminhamento de soluções sobre assuntos de seu interesse;
- Promover a integração das ações dos órgãos que compõem o SPAE, basicamente através do Conselho de Desenvolvimento Agrícola — CDA e da implantação de mecanismos eficientes de acompanhamento, avaliação e controle dessas ações;
- Fortalecer o sistema de pesquisa e experimentação agropecuária, executando projetos adequados à realidade, necessidades e ao potencial do Estado, bem como, gerando tecnologia compatíveis com as disponibilidades de fatores das propriedades rurais, notadamente as pequenas;
- Introduzir ações na área da produção e mercado de insumos e produtos agrícolas, com vistas à sua racionalização, buscando alcançar progressiva e simultaneamente, melhores preços para os produtores e preços mais acessíveis aos consumidores, notadamente os de menor renda, estimulando, em decorrência, a produção agrícola;
- Executar, em conformidade com a legislação pertinente e de acordo com os órgãos competentes, medidas alternativas de defesa do produtor rural, na área da fiscalização, do comércio e uso de insumos agrícolas;
- Fomentar, através de medidas específicas, a introdução e o desenvolvimento de culturas potenciais no Estado, notadamente as perenes e/ou grandemente demandadoras de mão-de-obra, abrindo novas perspectivas econômicas e ao mesmo tempo, gerando empregos no campo e reduzindo a sua sazonalidade;
- Atuar em estreito entendimento com os demais setores da administração do Estado, particularmente os estabelecimentos creditícios e aqueles ligados à produção de insumos agropecuários, ao processamento de matérias-primas agrícolas, bem como à conservação de estradas vicinais, visando a melhor compatibilização de propósitos e interesses;
- Apoiar as iniciativas e promoções das entidades de classe do setor, voltadas para o incremento de tecnologias destinadas ao desenvolvimento da agropecuária goiana, abrindo-lhes condições de participarem da discussão e formulação da política agrícola estadual, tornando a Secretaria da Agricultura o estuário das suas reivindicações;

- Desenvolver ações na área da defesa vegetal e animal, com vistas a garantir condições de pleno desenvolvimento e competitividade da agricultura e da pecuária goiana;
- Acelerar os trabalhos de discriminação de terras, alienando as áreas arrecadadas a lavradores sem terras ou a trabalhadores organizados em cooperativas;
- Sensibilizar os proprietários de terras a cederem, gratuitamente, pequenas parcelas às famílias sem terra sob a forma de contratos de Comodato;
- Assistir técnica e financeiramente as famílias assentadas pelo sistema de Comodato;
- Estimular, por todos os meios possíveis, a difusão de práticas conservacionistas e a preservação dos recursos naturais;
- Modernizar a rede estadual de armazenagem, através da granelização dos armazéns existentes e expandí-la, visando atender às áreas pioneiras carentes que apresentem viabilidade econômica;
- Fomentar a criação de pequenos animais, com vistas a ampliar a renda das pequenas propriedades e a uma melhor utilização dos fatores de produção ociosos nessas unidades produtoras;
- Reativar os trabalhos de zoneamento agrícola no Estado aproveitando estrutura já montada e gerando informações da maior importância de há muito requeridas pela agricultura;
- Fomentar a ampliação da área ocupada por cultivos irrigados promovendo o maior e melhor aproveitamento dos solos propícios a esse tipo de exploração agrícola, abundantes no Estado;
- Pleitear, junto às autoridades federais, maiores recursos para o desenvolvimento da atividade florestal, com vistas ao aproveitamento das excelentes condições de solo e infra-estrutura existentes nas áreas do Estado já selecionadas para essa finalidade;
- Atender às demandas de serviços pesados de mecanização nas regiões de abertura de novas áreas, verticalizando a prestação desses serviços nas áreas já estabelecidas;
- Fomentar a difusão e uso de equipamentos agrícolas a tração animal nas zonas de concentração de pequenos produtores;
- Dinamizar os serviços de Extensão Rural e Assistência Técnica, através de métodos de trabalho adequados, principalmente os grupais, de forma a atender, com os recursos existentes, a um maior número de agricultores, satisfazendo suas necessidades;
- Promover cursos de reciclagem e atualização profissional de todo o pessoal do Setor Público Agrícola, objetivando alcançar uma melhoria contínua dos serviços prestados;
- Apoiar a difusão do uso de energia elétrica no meio rural através do estímulo à formação de cooperativas de eletrificação e da demonstração da viabilidade do uso de fontes alternativas;
- Dinamizar os serviços de apoio executados pela Secretaria da Agri-

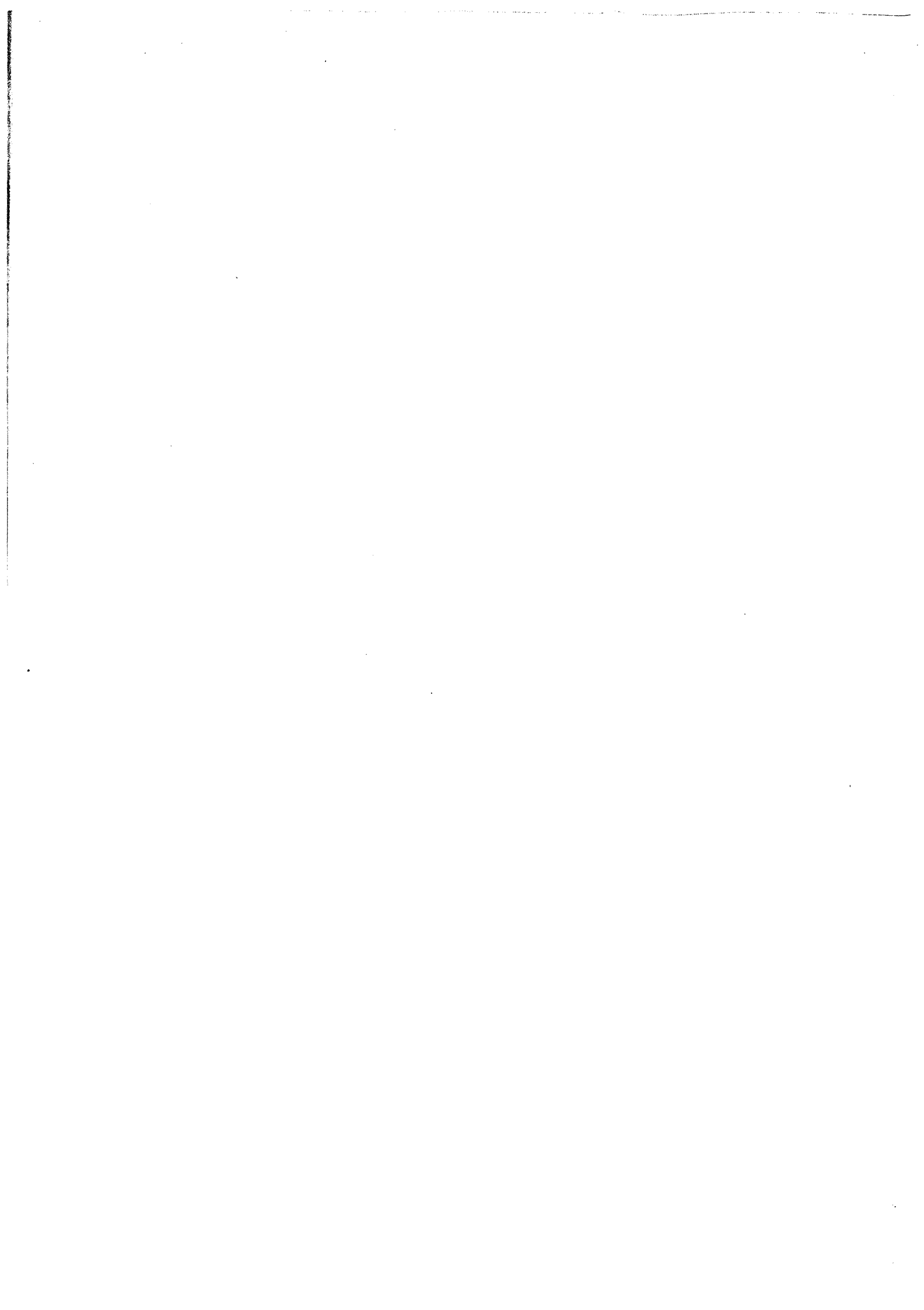
cultura, tais como: operação e manutenção dos laboratórios de sementes, os serviços de classificação de produtos, operação e manutenção das usinas de beneficiamento de sementes, entre outros, com vistas à sua contínua melhoria.

ESTRATÉGIAS

- Encaminhamento das aspirações, necessidades e reivindicações do setor junto às autoridades estaduais e federais, através da Secretaria da Agricultura;
- Criação de uma entidade que congregue os Secretários de Agricultura de todos os Estados para, em conjunto, discutirem e defenderem junto ao governo federal os interesses específicos e comuns da área;
- Incentivo à organização dos pequenos e médios produtores rurais com vistas a promover sua ativa participação nos assuntos ligados à agricultura;
- Implantação do Projeto de Acompanhamento, Avaliação e Controle das Ações do SPAE;
- Reativação do Conselho de Desenvolvimento Agrícola — CDA;
- Promoção de discussões sobre as dotações orçamentárias, visando ao estabelecimento de uma escala de prioridades;
- Introdução de ações no campo do abastecimento com vistas a proteger produtores e consumidores;
- Dinamização dos trabalhos de discriminação, demarcação e titulação de terras, bem como de assentamento rural de famílias;
- Desenvolvimento de esforços no campo de diversificação das explorações agrícolas, buscando a redução de riscos e geração de empregos e renda para a população;
- Apoio à produção e comercialização de insumos agropecuários básicos, visando a redução de custos de produção e disciplinamento do mercado;
- Promoção de uma efetiva integração entre os órgãos vinculados à pasta da agricultura e, desta, com as demais secretarias e órgãos do governo, buscando a sintonia e complementariedade das ações relativas ao setor.



PROGRAMAS E PROJETOS



I – PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL

OBJETIVO: promover a realização efetiva de assistência técnica e de extensão rural aos agricultores do Estado.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

— ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- Sub-Projeto Arroz
- Sub-Projeto Algodão
- Sub-Projeto Feijão
- Sub-Projeto Soja
- Sub-Projeto Milho
- Sub-Projeto Cana-de-Açúcar
- Sub-Projeto Café
- Sub-Projeto Administração Rural
- Sub-Projeto Mecanização
- Sub-Projeto Tração Animal

— EXTENSÃO RURAL

- Sub-Projeto Desenvolvimento Municipal Participativo
- Sub-Projeto Organização dos Produtores em Núcleos e Centrais de Serviços
- Sub-Projeto Juventude Rural
- Sub-Projeto Cooperativismo
- Sub-Projeto Sindicalismo

II – PROGRAMA DE PESQUISA E EXPERIMENTAÇÃO AGRO-PECUÁRIA

OBJETIVO: promover a pesquisa e a experimentação, com vistas à melhoria da rentabilidade das explorações agrícolas e preservação dos recursos naturais.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

— EXECUÇÃO DE PESQUISA

- Sub-Projeto Sistemas de Produção Alternativa para Produtores de Baixa Renda
- Sub-Projeto Fontes Alternativas de Energia
- Sub-Projeto Olericultura
- Sub-Projeto Arroz de Sequeiro e Irrigado

- Sub-Projeto Feijão
- Sub-Projeto Algodão
- Sub-Projeto Fruteiras de Clima Temperado e Clima Tropical
- Sub-Projeto Milho
- Sub-Projeto Soja
- Sub-Projeto Sorgo
- Sub-Projeto Trigo
- Sub-Projeto Bovinocultura de Corte e de Leite
- Sub-Projeto Competição de Clones de Seringueiras nas condições do Médio Norte do Estado de Goiás
- Sub-Projeto Fomento à Aquicultura em Goiás
- Sob-Projeto Pesquisa para Solos de Várzeas
- Sub-Projeto Aproveitamento e Diversificação Agropecuária do Cerrado
- Sub-Projeto Zoneamento Agrícola
- APOIO À PESQUISA
- Sub-Projeto Contribuição à EMGOPA (Operação da Sede Administrativa)
- Sub-Projeto Operação da Unidade de Pesquisa em Goiânia
- Sub-Projeto Operação da Estação Experimental de Anápolis
- Sub-Projeto Operação da Unidade de Pesquisa de Jataí
- Sub-Projeto Operação da Estação Experimental de Araguaína
- Sub-Projeto Suporte à Pesquisa

III – PROGRAMA DE ARMAZENAMENTO

OBJETIVO: propiciar o aumento da capacidade armazenadora do Estado e modernizar e reequipar a rede existente.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Ampliação e Modernização da Rede Armazenadora do Estado.

IV – PROGRAMA ABASTECIMENTO

OBJETIVO: desenvolver ações no sentido de melhorar o abastecimento de gêneros alimentícios em quantidade e qualidade.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Adequação de Equipamentos de Comercialização e Abastecimento/Revenda de Alimentos a populações carentes;
- Classificação de Produtos de origem vegetal.

V – PROGRAMA DE FOMENTO À PECUÁRIA

OBJETIVO: melhorar e diversificar o rebanho, criar excedentes exportáveis, contribuindo para minimizar as diferenças regionais, fixar o homem no campo e elevar a renda do produtor.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Pecuária de Corte e Leite
- Pequenos Animais e Explorações Complementares
 - Sub-Projeto Suinocultura
 - Sub-Projeto Avicultura
 - Sub-Projeto Ovino-Caprinocultura
 - Sub-Projeto Piscicultura
 - Sub-Projeto Sericicultura
 - Sub-Projeto Apicultura
 - Sub-Projeto Ranicultura

VI – PROGRAMA DE DEFESA SANITÁRIA ANIMAL

OBJETIVO: aumentar a eficiência dos serviços de controle de zoonoses executados pela Secretaria da Agricultura, no combate às principais enfermidades que atacam o rebanho goiano, visando o aumento da produção e produtividade, facilitar o acesso ao mercado internacional e preservar a saúde da população.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Sanidade Animal.

VII – PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DAS EXPLORAÇÕES AGRÍCOLAS

OBJETIVO: intensificar a diversificação das explorações agrícolas no Estado, com vistas a diminuir as perdas por reveses climáticos ou de mercado, dando novas opções ao agricultor.

PROJETOS E SUB-PROJETO

- Fomento de Culturas Potenciais
 - Sub-Projeto Olericultura
 - Sub-Projeto Fruticultura
 - Sub-Projeto Heveicultura
 - Sub-Projeto Mandioca
 - Sub-Projeto Oleaginosas
 - Sub-Projeto Trigo
- Desenvolvimento Florestal

VIII – PROGRAMA DE ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA

OBJETIVO: desenvolver ações no sentido de regularização fundiária e concretização de projetos de Colonização e Assentamento com vistas a facilitar, aos agricultores, o acesso à terra e aos meios de produção, contribuindo para conter o êxodo rural e as tensões sociais.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Regularização Fundiária e Colonização;
- COMODATO;
- Assentamento em Áreas Irrigáveis do Vale do Paranã.

IX – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS

OBJETIVO: orientar o agricultor para uma melhor utilização do solo segundo a sua capacidade de uso e as técnicas recomendáveis, visando a conservação e o aumento da produção e da produtividade agrícola.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Conservação e Recuperação do Solo.

X – PROGRAMA DE PLANEJAMENTO AGRÍCOLA GOVERNAMENTAL

OBJETIVO: dinamizar o acompanhamento, o controle e avaliação de programas e projetos do setor.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Acompanhamento, Avaliação e Controle de Ações e Projetos do Setor Público Agrícola Estadual;
- Acompanhamento Conjuntural dos Produtos Agrícolas;
- Informação do Mercado Agrícola.

XI – PROGRAMA IRRIGAÇÃO E DRENAGEM

OBJETIVO: – incorporar novas áreas ao processo produtivo, utilizar adequadamente os recursos hídricos e aumentar a produtividade agrícola.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Aproveitamento de Várzeas

XII – PROGRAMA DE APOIO À PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

OBJETIVO: desenvolver ações no sentido de um apoio efetivo à produção agro-pecuária.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

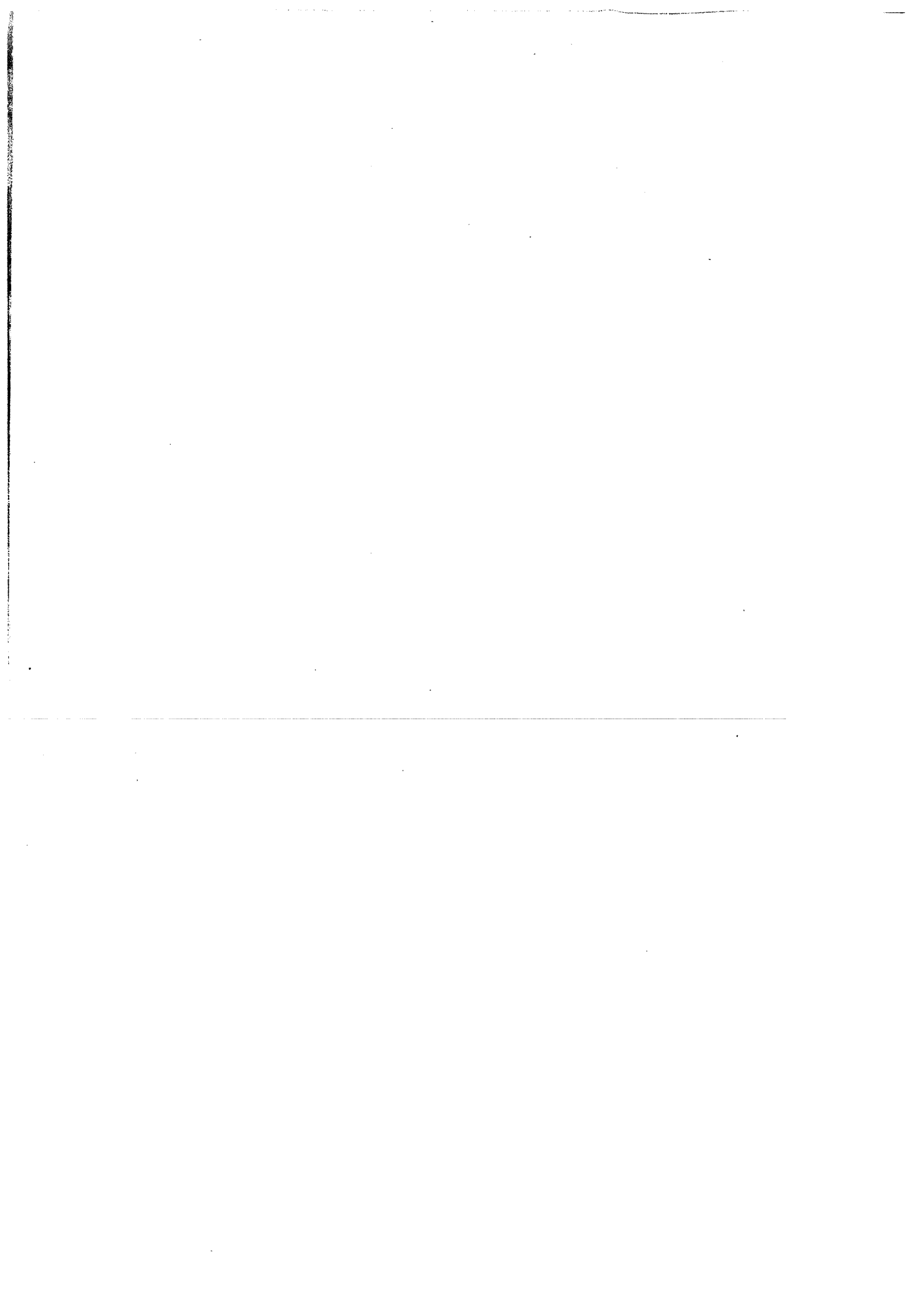
- Apoio à Produção e Comercialização de Insumos;
- Aprimoramento da Fiscalização ao Comércio e do uso de insumos agrícolas
- Mecanização Agrícola;
- Crédito Rural;
- Eletrificação Rural – Formas Alternativas de Energia;
- Manutenção e Desenvolvimento das Usinas de Sementes;
- Desenvolvimento do Sistema Laboratorial de Sanidade Animal;
- Melhoria da estrutura Laboratorial para Análise de Sementes.

XIII – PROGRAMA DE COORDENAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO GERAL

OBJETIVO: planejar, coordenar, executar e controlar as atividades de serviços gerais, financeiros e administrativos, gerir o fundo de economia rural e assessorar o titular da pasta.

PROJETOS E SUB-PROJETOS

- Coordenação e Manutenção dos Serviços Administrativos e de apoio da Secretaria da Agricultura.



SETOR INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO



SETOR INDÚSTRIA E COMÉRCIO

DIAGNÓSTICO

O Setor industrial no Estado de Goiás apresentou, nas décadas de 60/70, um intenso crescimento resultante de fatores infra-estruturais aliados a instrumentos legais de incentivo.

A participação relativa das atividades industriais na composição da Renda Interna do Estado evoluiu de 6% em 1969, para 18% em 1970, sendo que no ano de 1982 a participação do setor foi de 19,2%.

A evolução do produto industrial apresentou uma taxa de crescimento de 12,2% ao ano entre 1970 e 1980 graças à contribuição dos sub-setores extrativo-mineral, de transformação, construção civil e utilidades públicas. Essa evolução pode ser mensurada através do número de estabelecimentos abertos, criação de empregos, aumento no consumo de energia elétrica e na arrecadação de ICM.

A implantação do Distrito Agro-Industrial de Anápolis (DAIA), em novembro de 1976, possibilitou significativas mudanças ao Estado que, de importador, passou a exportador de determinados insumos/produtos.

Este Distrito concentra mais de 20 indústrias já implantadas, propiciando 3.000 empregos diretos embora, atualmente, em função da crise econômica, tem havido redução no nível de investimentos e na capacidade produtiva das empresas, ocasionando desemprego.

Além do DAIA estão em fase de implantação o Distrito Agro-Industrial de Itumbiara e o Distrito Mínero – Industrial de Catalão.

A partir da elaboração em 1979, pela Secretaria da Indústria e Comércio, de um estudo de zoneamento de áreas para implantação de destilarias de álcool em Goiás, houve intensa procura de investidores na implantação de projetos no Estado.

No período 80/82, tramitaram pela Comissão Executiva Nacional do Alcool (CENAL) 44 projetos dos quais 16 já estão implantados e em pleno funcionamento e 14 em instalação. No corrente ano deram entrada naquela Comissão 21 cartas-consulta.

O reflexo da implantação destes projetos diz respeito, principalmente, à geração de novos empregos diretos e indiretos e no aumento da arrecadação de ICM.

No que concerne ao setor terciário a sua taxa real média de incremento para o período 1970/82 foi de 13,47% ao ano, o que indica um crescimento acelerado uma vez que a taxa do Produto Global, para o mesmo período foi de 11,65%. A sua participação na renda interna do Estado foi superior a 60% em 1982. Os principais responsáveis pelo grande crescimento do setor terciário foram os sub-setores comércio e bancário – financeiro, que vieram consolidar a indústria de bens duráveis e alimentícios apoiados na crescente demanda interna.

Dentro da atividade comercial o maior destaque cabe ao comércio varejista, em especial de produtos agrícolas.

Em Goiás, o comércio e a indústria são desenvolvidos pela micro, pequena e média empresas, que são responsáveis por 98% destas atividades. Essas empresas enfrentam inúmeras restrições que vão desde a falta de capacidade gerencial e dificuldade de acesso aos campos de troca, até problemas financeiros e de tecnologia, o que resulta numa baixa produtividade e qualidade dos produtos, altos custos e pouca competitividade, entre outras.

À Secretaria da Indústria e Comércio cabe uma participação ativa no processo de desenvolvimento do Estado de Goiás, através da incrementação dos setores industrial, comercial e turístico.

Essa dinamização dos diferentes setores diz respeito não só ao econômico — aumento da produção e da produtividade, dos lucros — mas, principalmente, ao social — gerador de novas fontes de emprego.

OBJETIVOS

GERAIS:

- Reestruturar a Secretaria de Indústria e Comércio introduzindo procedimentos na tomada de decisões e instrumentos de coordenação efetiva, no que se refere à política industrial, comercial e de turismo para o Estado de Goiás.

ESPECÍFICOS:

Setor Industrial:

- promover o crescimento industrial com ênfase na produção de bens de consumo essenciais;
- incentivar o desenvolvimento tecnológico;
- promover o fortalecimento da empresa privada goiana e a adequada presença do capital nacional nos novos empreendimentos.

Setor Comercial, Turístico e Serviços:

- fortalecer as empresas comerciais de turismo e de serviços, notadamente as de pequeno e médio porte;
- orientar a melhoria do sistema de comercialização e o disciplinamento das relações de troca no mercado interno;
- promover o parque hoteleiro goiano e a descentralização turística, folclórica e artesanal;
- incentivar a melhoria da mão-de-obra para atendimento das necessidades do mercado;
- facilitar o acesso das empresas aos serviços de registro do comércio, marcas e patentes;
- desenvolver o sistema de informações cadastrais sobre o universo empresarial.

Setor Agroindustrial:

- promover a industrialização dos produtos agropecuários de maior expressão;

- incentivar a substituição de fontes energéticas alternativas;
- promover a regionalização da agroindústria sucro-alcooleira.

Setor Tecnológico:

- fortalecer o desenvolvimento da tecnologia industrial do Estado;
- promover o apoio tecnológico para as empresas exportadoras;
- incentivar a importação de tecnologia nacional para o fortalecimento das indústrias montadoras de peças e partes;
- adequar os produtos goianos às exigências técnicas e econômicas dos mercados consumidores.

ESTRATÉGIAS

Setor Industrial

- adoção de instrumentos de apoio preferencial basicamente através da reorientação das políticas fiscal, financeira e de expansão industrial;
- adoção de medidas que permitam manter a regularidade na oferta de matérias-primas de origem agrícola, pecuária e outras;
- utilização da capacidade produtiva do setor industrial, em particular ao que se refere ao segmento de bens de capital, através de investimentos públicos a médio e longo prazos;
- promoção e apoio a novos empreendimentos, envolvendo associação de capitais nacionais, elegendo setores prioritários da indústria e regiões preferenciais de instalação.

Setor Comercial, Turístico e Serviços

- adoção de medidas que visem a melhoria da estrutura de capitalização da empresa comercial e a sua maior participação nas compras governamentais, a implantação de consórcios, as exportações, a redução dos custos e maior utilização do fator trabalho;
- incentivo ao turismo interno, através de eventos de natureza folclórica e histórico-cultural, da divulgação do potencial turístico do Estado, da implantação de infra-estrutura hoteleira e de treinamento de recursos humanos;
- divulgação dos serviços de registro do comércio e apoio técnico-financeiro à abertura de escritórios regionais e propostas das juntas comerciais.

Setor Agroindustrial:

- adoção de medidas que estimulem a agro-indústria de produtos de origem animal e vegetal;
- implantação e expansão da agro-indústria canavieira e aprimoramento no sistema de estocagem e transporte dos produtos;
- apoio às agro-indústrias cooperativas, através de mecanismos de poupança e de capitalização cooperativa.

Setor Tecnológico:

- intensificação da pesquisa tecnológica interna, orientando-a para a disponibilidade de recursos naturais, humanos e necessidades do mercado, visando o aumento da produtividade industrial e a qualidade do produto;
- seleção criteriosa na importação de marcas, de modo a evitar a sua utilização como instrumento de controle de mercado;
- estímulo à interação Universidades – Centros de Pesquisa – Empresas, com vistas à criação e adaptação de tecnologia industrial.

PROGRAMAS E PROJETOS

SETOR INDUSTRIAL:

I – PROGRAMA DE APOIO E ASSISTÊNCIA AS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS JÁ INSTALADAS.

OBJETIVO: inventariar as deficiências de natureza gerencial, tecnológica e financeira dessas empresas, buscando diretrizes e recursos destinados a superar essas deficiências.

PROJETOS:

- Levantamento do Parque Industrial e seu desempenho;
- Assistência e Consultoria técnico-gerencial à pequena e média empresas.

II – PROGRAMA ADEQUAÇÃO DOS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

OBJETIVO: adequar os produtos goianos aos perfis de demanda dos mercados interno e externo e implantar serviços ou extensão tecnológica e mercadológica.

PROJETOS:

- Apoio ao desenvolvimento de melhoria da qualidade e aumento da produtividade da pequena e média empresa;
- Assistência tecnológica à Indústria para melhoria de qualidade;
- Apoio ao desenvolvimento de maquinarias para o setor rural.

III – PROGRAMA DE INFORMAÇÕES EMPRESARIAIS

OBJETIVO: revisar e atualizar os diagnósticos setoriais como insumos básicos aos empresários, com a finalidade de definir as oportunidades e vocações industriais, além de reativar as atividades empresariais paralisadas ou em vias de paralisação.

PROJETO:

- Matriz de vocações Industriais

IV – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DAS VOCAÇÕES INDUSTRIAIS

OBJETIVO: definir as áreas industriais do interior do Estado, com vistas a ampliar o parque industrial goiano.

PROJETOS:

- Óleos vegetais
- Curtumes e Calçados
- Ração animal
- Frigoríficos
- Álcool e Açúcar
- Aguardente
- Beneficiamento de madeira

SETOR COMERCIAL, TURISMO E SERVIÇOS

I – PROGRAMA DE INFORMAÇÕES COMERCIAIS, TURÍSTICAS E DE SERVIÇOS

OBJETIVO: montar um sistema de coleta de informações relativas aos setores comercial, turístico e de serviços do Estado, com vistas a organizar o catálogo empresarial, o catálogo de produtos e o cadastro industrial, comercial e de serviços.

PROJETOS:

- Acompanhamento conjuntural do comércio, turismo e serviços;
- Catálogo de produtos e serviços das empresas goianas;
- Informações técnico-empresariais.

II – PROGRAMA DE PROMOÇÃO COMERCIAL

OBJETIVO: promover e agilizar a comercialização de produtos goianos.

PROJETOS:

- Feiras Itinerantes;
- Exportação de Matérias-Primas e produtos industrializados.

III – PROGRAMA DE EXTENSÃO COMERCIAL

OBJETIVO: aprimorar os mecanismos e os processos de troca dos produtos goianos.

PROJETOS:

- Desenvolvimento Empresarial Comunitário;
- Bolsa de Negócios Goianos;
- Micro-Empresa Familiar;
- Centro Estadual de Comércio Exterior.

IV – PROGRAMA DE PROMOÇÃO E EXTENSÃO TURÍSTICA, FOLCLÓRICA E ARTESANAL

OBJETIVO: apoiar a iniciativa privada e divulgar o potencial turístico, folclórico e artesanal do Estado.

PROJETOS:

- Pesquisa e Divulgação Turística, Folclórica e Artesanal.

SETOR AGRO-INDUSTRIAL

I – Programa de MICRO-DESTILARIAS

OBJETIVO: promover o associativismo agroindustrial com vistas à geração de empregos, maior produtividade do capital empregado, desenvolvimento de uma mentalidade empresarial no campo e melhor distribuição espacial da agro-indústria.

PROJETO:

- Implantação de micro-destilarias.

II – PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DA AGRO-INDÚSTRIA DE ALIMENTOS

OBJETIVO: industrializar os produtos agrícolas goianos básicos destinados ao consumo interno, visando o maior consumo desses produtos, a correção das distorções de abastecimento, transporte e perecibilidade de alimentos "in-natura" e a promoção das indústrias caseiras de alimentos e conservas.

PROJETOS:

- Farináceos
- Laticínios

SETOR TECNOLÓGICO

I – PROGRAMA DE TECNOLOGIA INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E DE FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA

OBJETIVO: promover a modernização e divulgação de tecnologia que contribuam para a melhoria de produção, das condições de vida e redução das disparidades regionais.

PROJETOS:

- Apoio ao desenvolvimento de maquinaria e Equipamentos para o setor rural;
- Divulgação tecnológica industrial;
- Substituição de energéticos importados.

ENTIDADES JURISDICIONADAS

GOIASINDUSTRIAL (INDI)

I – PROGRAMA RACIONALIZAÇÃO DA IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO PARQUE INDUSTRIAL GOIANO

OBJETIVOS:

- Implementar os distritos industriais existentes;
- Implantar galpões multifabris para arrendamento às pequenas e médias empresas e orientar as prefeituras na localização de zonas industriais.

PROJETOS:

- Implementação dos distritos industriais existentes;
- Galpões multifabris para pequena e média empresas;
- Assistência técnica às Prefeituras.

II – PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DAS OPORTUNIDADES AGRO-INDUSTRIAIS

OBJETIVO: caracterizar as vocações agroindustriais que possam ser exploradas sob patrocínio do Estado.

PROJETOS:

- Estudos e projetos de viabilidade econômico-social.

GOIASTUR (SUTUR)

I – FORTALECIMENTO DO SISTEMA NACIONAL DE TURISMO

OBJETIVO: integrar Goiás no circuito nacional de turismo, promovendo, incentivando e divulgando os locais e áreas de interesse turístico ou folclórico do Estado.

PROJETOS:

- Turismo social e de massa;
- Produção de material promocional;
- Intensificação dos fluxos turísticos para Goiás;
- Apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura dos polos turísticos;
- Capacitação dos recursos humanos para o turismo;
- Planejamento das atividades turísticas.

II – DESENVOLVIMENTO DO ARTESANATO GOIANO

OBJETIVO: orientar as vocações naturais da coletividade, no sentido de atuar em benefício próprio.

PROJETOS:

- Cooperativismo artesanal;
- Centro de gemologia.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE GOIÁS (JUCEG)

I – PROGRAMA DE DESCENTRALIZAÇÃO DO SERVIÇO DE REGISTRO DO COMÉRCIO

OBJETIVO: dar apoio técnico-financeiro à abertura de escritórios regionais, bem como à sua penetração no interior do Estado.

PROJETO:

- Promoção e Divulgação dos serviços de registro do comércio;
- Interiorização dos serviços de registro do comércio.

SISTEMA ESTADUAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

I – PROGRAMA DE TREINAMENTO DE PESSOAL

OBJETIVO: aumentar a competência do pessoal

PROJETOS:

- Treinamento de pessoal

II – PROGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO

OBJETIVO: implantar, na SIC, o sistema de articulação e planejamento, com vistas a coordenar ações entre os órgãos federais, estaduais e municipais de Indústria e Comércio e executar funções de planejamento, acompanhamento e avaliação de programas e projetos e atividades ligadas a este setor.

SETOR MINERAL



SETOR MINERAL

DIAGNÓSTICO

Ao setor mineral podem ser atribuídas funções de vital importância para as economias regional, estadual e nacional, na medida em que dele provem os insumos necessários à agricultura, à pecuária, à construção de obras e à indústria em geral.

Por outro lado, a mineração traz em si mesma uma forte característica propiciadora de desenvolvimento regional, já que as jazidas minerais encontram-se onde as condições geológicas foram favoráveis a sua formação, independentemente da vontade do homem.

Aliando-se estes fatos, fica evidente que somente uma política mineral integrada com outros setores dinâmicos da economia poderia satisfazer ao anseio de desenvolvimento regional harmônico, visando minimizar os desequilíbrios verificados no território goiano e propiciar a elevação de renda e do bem estar de sua população.

Um panorama do setor mineral goiano é mostrado a seguir, através das principais etapas que envolvem o aproveitamento dos recursos minerais, incluindo ainda a atividade garimpeira.

Os Levantamentos Geológicos Básicos constituem um instrumento fundamental para a descoberta de novos depósitos minerais e para o planejamento governamental. Tais serviços compreendem os mapeamentos geológicos, os aero-levantamentos geofísicos, os levantamentos geoquímicos regionais, as coberturas aerofotogramétricas e as cartas temáticas, entre outras.

No Brasil estas atividades são coordenadas pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e executadas, na sua maior parte, por organismos federais. Tais atividades encontram-se bastante desativadas, refletindo negativamente na avaliação e/ou descoberta de ambientes geológicos promissores, estrangulando as opções de pesquisa e aumentando o grau de risco inerente aos investimentos no setor.

Atualmente, em Prospecção e Pesquisa Mineral atuam em Goiás, Empresas Internacionais, Empresas Privadas Nacionais, Estatais Federais, Estatal Estadual (METAGO) e pessoas físicas.

O grande volume de esforços e investimentos, de prospecção e pesquisa no Estado está sendo dirigido para a identificação e avaliação de depósitos de ouro e sulfetos de metais básicos, executados por empresas internacionais e estatais.

As empresas nacionais de médio porte, em sua maioria, concentram suas atividades sobre ocorrências de estanho, tântalo, wolfrâmio e manganês, já identificadas.

As pequenas empresas ou pessoas físicas com alvarás realizam pesquisas nas ocorrências de ouro de pequeno porte, minerais industriais e pedras coradas, enfrentando dificuldades de natureza financeira e técnica.

Em fase de **Viabilização e/ou Implantação**, encontram-se diversos projetos em Goiás, voltados para o aproveitamento de vermiculita, nióbio, titânio, níquel, cobre, cobre-ouro, níquel-cobre-cobalto, cassiterita-tantalita, gipsita e calcário.

A **Produção Mineral** goiana, segundo dados estatísticos oficiais, fornecidos pelo VI DISTRITO do DNPM, vem oscilando entre a 5a. e 6a. posições nos últimos anos, a nível nacional. De 1973 a 1982, a quantidade produzida cresceu continuamente de 612 mil para 4.671 mil toneladas, o que corresponde a um incremento total de 663% e a uma taxa média anual de 22,5%.

A quase totalidade da produção mineral no Estado refere-se ao amianto, concentrado de fosfato, calcário para agricultura e cimento, nióbio, níquel, cassiterita, cianita, manganês, vermiculita, brita e água mineral.

O **Garimpo** constitui atividade tradicional em Goiás tendo, nos últimos anos, se intensificado acentuadamente. A procura de opções de trabalho faz com que o homem do campo, principalmente, e os desempregados urbanos busquem na garimpagem condições de sustentação.

Atuando diretamente na produção garimpeira em Goiás existem cerca de vinte mil trabalhadores, envoltos em um emaranhado de problemas sociais, econômicos, técnicos e legais.

A garimpagem hoje no Estado está voltada basicamente para ouro, esmeralda, cassiterita e diamante, e secundariamente para talco, berilo e mica.

OBJETIVOS

GERAIS

- aprimorar o conhecimento do potencial e recursos minerais do Estado;
- descobrir e colocar em produção novas jazidas minerais, tendo a proteção do meio ambiente como pressuposto indispensável;
- incentivar a produção de bens minerais necessários à melhoria das condições de vida das Comunidades;
- produzir insumos para a agricultura, pecuária e indústria;
- produzir excedentes para o mercado nacional com máxima elaboração dentro do Estado.

ESPECÍFICOS

- gerar empregos através do incentivo a empreendimentos que utilizem intensivamente mão-de-obra, contribuindo, também, para a contenção do êxodo rural;
- satisfazer as necessidades regionais através de programas e incentivos relacionados a produção de insumos minerais de consumo local ou propiciadores de desenvolvimento sócio-econômico regional;
- propiciar a instalação e fortalecimento das pequenas e médias empresas de mineração no Estado.

ESTRATÉGIA

Com relação à Secretaria de Minas, Energia e Telecomunicações — SMET:

- Fomento, supervisão, implantação e coordenação da Política e dos Programas do Setor Mineral;
- Ordenação e divulgação do acervo Geológico do Estado;
- Coordenação de programas integrados a outros organismos do Estado, quando originados ou fundamentados no Setor Mineral;
- Defesa dos interesses do Estado junto aos organismos federais em programas relacionados ao Setor Mineral.

Com relação à METAGO:

- Prospecção, pesquisa, lavra, industrialização e comercialização de bens minerais;
- Desenvolvimento de tecnologia para a área mineral no interesse do Estado;
- Prestação de serviço de tecnologia mineral e de prospecção e pesquisa a terceiros;
- Execução de projetos e programas de fomento mineral do Estado;
- Participação em programas integrados coordenados pela SMET.

PROGRAMAS E PROJETOS

Os programas que nortearão a ação governamental estão sumarizados a seguir, assim como os projetos já definidos, que deverão gerar outros, em função de seus resultados. Excetuando-se os projetos de prospecção e pesquisa, todos os outros serão desenvolvidos à título de Fomento Mineral.

I — PROGRAMA DE INCENTIVOS À PROSPECÇÃO E PESQUISA MINERAL

OBJETIVO: intensificar as atividades de prospecção e pesquisa no Estado de Goiás.

PROJETOS

PROJETOS DE PROSPECÇÃO MINERAL

Estes projetos são desenvolvidos em ambientes geológicos definidos anteriormente como potencialmente favoráveis a conter mineralizações de ouro e metais básicos.

- Grupo Araí — Paranoá
- Grupo Estrondo
- Rochas Graníticas
- Grupo Tocantins

PROJETOS DE PESQUISA MINERAL

Dirigidos para a pesquisa de ouro e minerais pesados e metais básicos associados a aluviões e seqüências vulcano-sedimentares.

- Rio Vermelho
- Pequenos Aluviões
- Mossâmedes
- Crixás
- Goiás

PROJETO LEVANTAMENTO GEOQUÍMICO MULTIELEMENTAR

Projeto de levantamento geológico básico, que visa dotar o Estado de mapas geoquímicos integrados para diversos elementos.

II — PROGRAMA INSUMOS MINERAIS PARA A AGRICULTURA E AGRO-INDÚSTRIA

OBJETIVO: equacionar o abastecimento de insumos de origem mineral para a agricultura sob a forma de adubos, corretivos, defensivos agrícolas e para a agro-indústria.

PROJETOS

- Calcário para agricultura
- Alternativas de Verticalização Industrial de Fosfato de Catalão Ouidor
- Levantamento do Mercado Consumidor e Produtor de Bens Minerais do Estado de Goiás

III — PROGRAMA DE INCREMENTO DA PRODUÇÃO MINERAL

OBJETIVO: propiciar o crescimento e a diversificação da produção mineral goiana, com ênfase para a máxima elaboração da matéria-prima no Estado.

PROJETOS

- Levantamento do Mercado Consumidor e Produtor de Bens Minerais do Estado de Goiás
- Estudo de Alternativas de Verticalização Industrial do Manganês em Goiás
- Alternativas de Verticalização Industrial do Fosfato de Catalão — Ouidor
- Estudo de viabilização técnico-econômica da produção de quartzo cultivado em Goiás

IV — PROGRAMA INSUMOS MINERAIS PARA A INDÚSTRIA GOIANA

OBJETIVO: equacionar o abastecimento de matérias-primas minerais para o parque industrial goiano.

PROJETOS

- Alternativas de verticalização industrial do fosfato de Catalão — Ouidor

- Assistência às Prefeituras Municipais em Geologia e Mineração
- Alternativas de Pavimentação com matérias-primas minerais
- Levantamento do Mercado Consumidor e Produtor de Bens Minerais do Estado de Goiás

V – PROGRAMA DE APOIO À PEQUENA E MÉDIA EMPRESA DE MINERAÇÃO

OBJETIVO: propiciar a instalação e o fortalecimento das pequenas e médias empresas de Mineração no Estado.

PROJETO

- Diagnóstico da Pequena e Média Empresa de Mineração

VI – PROGRAMA DE VALORIZAÇÃO DA ATIVIDADE GARIMPEIRA

OBJETIVO: propiciar a organização e a melhoria das atividades de produção garimpeira.

PROJETO

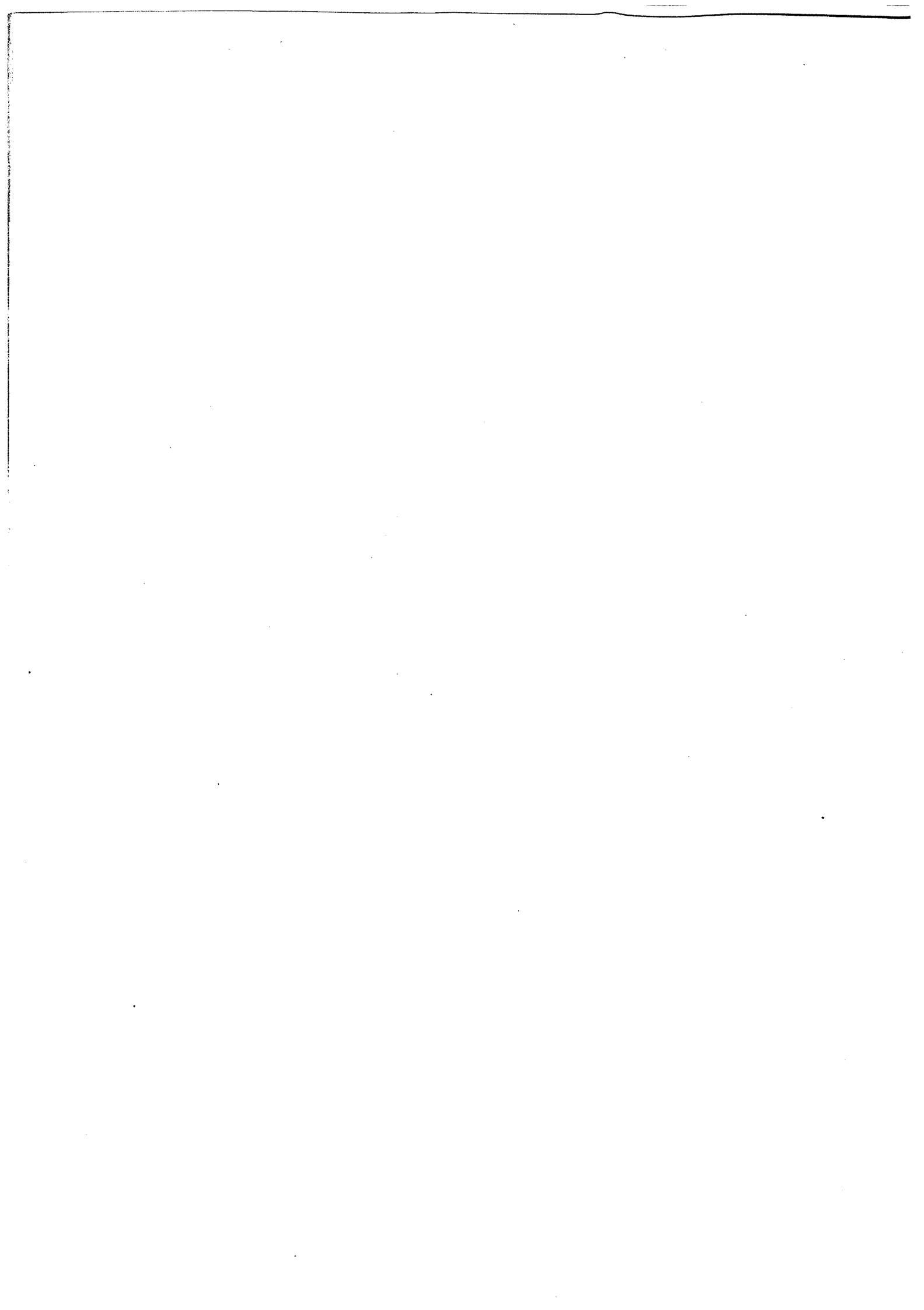
- Levantamento dos Aspectos Sócio-Econômicos dos Garimpos de Goiás

VII – PROGRAMA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES GEOLÓGICAS E MINERAIS DO ESTADO DE GOIÁS

OBJETIVO: organizar e divulgar sistematicamente os dados referentes ao setor mineral, visando o planejamento governamental e o fomento à produção mineral em Goiás.

PROJETO

- Levantamento da Bibliografia Geológica de Goiás.

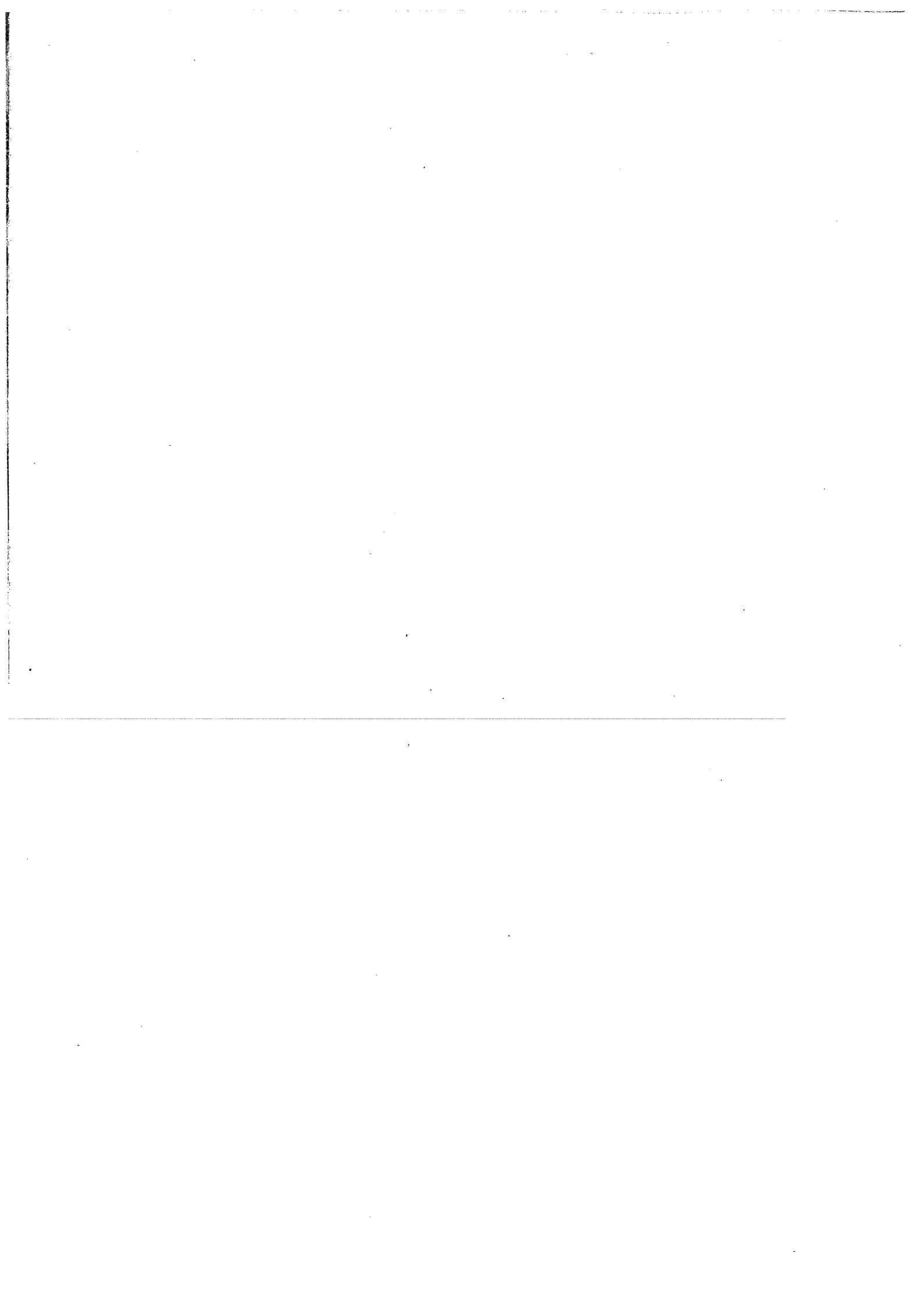


CAPÍTULO III

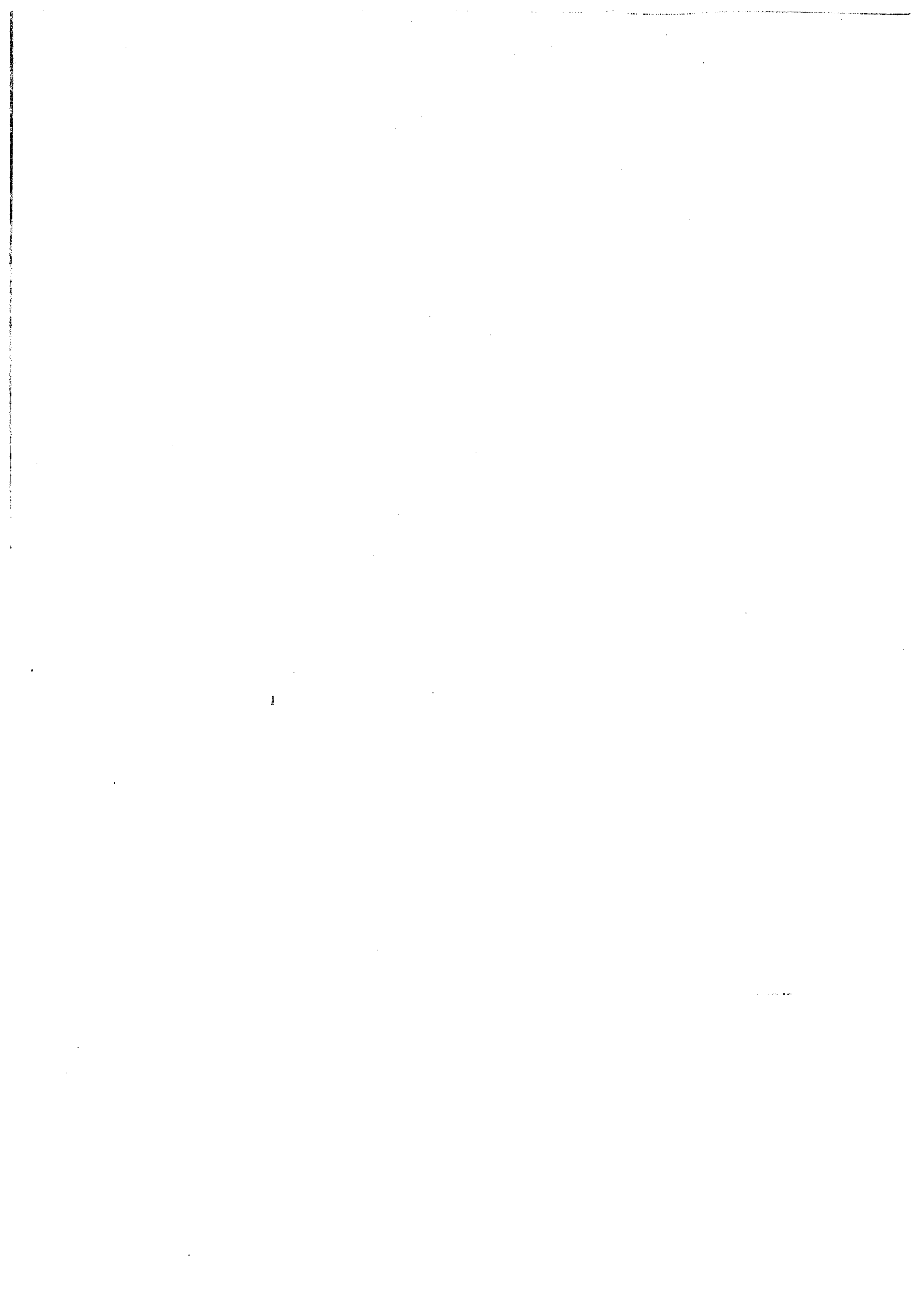
Infra-Estrutura Econômica

Transporte

Energia



SETOR TRANSPORTE



SETOR TRANSPORTE

DIAGNÓSTICO

O Setor Transporte é fundamental ao desenvolvimento, uma vez que ele se apresenta como um insumo básico na concretização de qualquer atividade, possibilitando ainda a integração de espaços a nível regional e local.

Em Goiás, a Secretaria dos Transportes, através de seus órgãos jurisdicionados DERGO, CRISA, SUTEG, TRANSURB e EFOMARGO, desenvolve ações no sentido de dotar o Estado de uma infra-estrutura de transporte mais eficiente. Fazem parte dessa infra-estrutura as rodovias de diferentes níveis, a construção de obras de arte e terminais rodoviários, o transporte coletivo urbano da Capital e a formação de técnicos vinculados ao setor.

A malha viária do Estado apresenta deficiências em relação à quantidade da quilometragem, à distribuição espacial e conservação das rodovias, entre outros.

Tais deficiências concorrem para agravar os problemas relacionados ao excesso de fluxo em trechos de maior dinâmica de passageiros e de escoamento de safra, especialmente nas estradas não asfaltadas e nos períodos chuvosos, quando ocorre a paralisação do tráfego em algumas áreas, deixando regiões isoladas.

Com relação ao transporte intermunicipal de passageiros, as dificuldades se relacionam tanto à inexistência ou deficiência de terminais rodoviários quanto à obsolescência das frotas e presença de transporte clandestino.

O transporte coletivo urbano da capital, sob a responsabilidade da TRANSURB, implantou o Sistema Integrado de Transporte Urbano, com vistas a melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.

Como suporte à qualificação profissional dos trabalhadores do setor, existe a Escola de Formação de Operadores e Mecânicos de Máquinas Agro-rodoviárias de Goiás — EFOMARGO, que realiza cursos periódicos para o pessoal de nível médio.

Há de se ressaltar que as ações originadas dos setores rodoviário, ferroviário e hidroviário, os dois últimos de competência exclusivamente federal, têm como resultado uma não integração desses serviços com prejuízos para o Estado.

OBJETIVOS

GERAL

Melhorar o nível dos transportes no Estado de Goiás, com vistas a maior comodidade do usuário, como apoio ao desenvolvimento das atividades agrícolas e geração de novos empregos.

ESPECÍFICOS

- Implantar rodovias arteriais, coletoras e Locais e elevar o nível dos serviços já existentes;
- Eliminar os principais pontos de estrangulamento do tráfego;
- Promover a compatibilização dos sistemas rodoviários federais, estaduais e municipais;
- Construir e equipar Terminais Rodoviários;
- Proporcionar maior flexibilidade ao transporte coletivo rodoviário, aumentando a sua capacidade de interiorização;
- Eliminar gradativamente o transporte clandestino de passageiros;
- Proporcionar, à população de Goiânia, transporte urbano coletivo com regularidade, conforto, segurança e a baixo custo;
- Oferecer cursos profissionalizantes nas áreas de mecânica e operadores de máquinas agro-rodoviárias.

ESTRATÉGIAS

- Abertura de trechos, revestimento primário, pavimentação asfáltica, implantação de obras de arte, programação contínua de conservação, treinamento de pessoal e reequipamento do CRISA;
- Convênios com as Prefeituras para construção, reforma ou ampliação de terminais rodoviários;
- Implantação de novas linhas em regiões carentes e alterações nas já existentes;
- Regionalização das áreas de atuação das empresas que operam o sistema de transporte coletivo em Goiânia;
- Implantação, na Capital, de sistemas integrados nos principais corredores de transporte coletivo com a criação de linhas tronco – alimentadoras, assim como o estabelecimento de tarifa única;
- Cursos de treinamento para o pessoal envolvido no setor.

PROGRAMAS E PROJETOS

DERGO E CRISA

I – PROGRAMA BNDES/BIRD/DNER/DERGO

OBJETIVO – efetuar a implantação e/ou pavimentação em trechos rodoviários estaduais.

PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO BÁSICA

- GO-327 entre GO-418 (Jussara)/Novo Brasil
- GO-320 Edéia/Rio dos Bois
- GO-142 Formoso/Trombas
- Go-164 Sanclerlândia

- GO-142 Trombas/Mata Azul
- GO-413 Piracanjuba/GO-213

PROJETOS DE PAVIMENTAÇÃO

- GO-262 Fátima/Porto Nacional
- GO-509 BR-060/Varjão
- GO-370 Miracema/Miranorte
- GO-416 GO-080/Damolândia
- GO-420 GO-070/Brazabrantes

II – PROGRAMA BID

OBJETIVO – pavimentar trechos rodoviários no Estado de Goiás.

PROJETOS

GRUPO I

- GO-164 Rio Tesouras/Rio Crixás Mirim
- GO-164 Rio Crixás Mirim/Governador Leonino
- GO-156 Itaberaí/Heitorai/Itapuranga
- GO-320 BR-060/Edéia
- GO-320 Jandaia/Paraúna/BR-060
- GO-241 Sta. Tereza/Formoso
- GO-334 Rubiataba/BR-153
- GO-222 Nerópolis/Nova Veneza
- GO-010 Goiânia/Leopoldo de Bulhões
- GO-139 Caldas Novas/Corumbáiba

GRUPO II

- GO-154 Taquaral/GO-060
- GO-174 Rio Verde/Montividiu
- GO-326 Sanclerlândia/Novo Brasil (E.O. a 1555)
- GO-326 Sanclerlândia/N. Brasil (E. 1555 a 29 71)
- GO-437 Goianésia/Barro Alto

GRUPO III

- GO-060 Iporá/Pé de Pato/Rio Caiapó
- GO-060 Rio Caiapó/Piranhas
- GO-164 Quirinópolis/Nova Paranaiguara
- GO-194 BR-364/Portelândia
- GO-206 Cachoeira Dourada/Almerindonópolis
- GO-210 Corumbáiba/Goandira
- GO-230 BR-153/URUANA

- GO-241 Formoso/Campinaçú
- GO-320 Goiatuba/S. Domingos/Joviânia
- GO-330 Leopoldo de Bulhões/Vianópolis
- GO-330 Vianópolis/Orizona
- GO-330 Orizona/Pires do Rio
- GO-336 BR-153/Itapaci

OBS.: Os projetos abaixo estão dependentes da aprovação de recursos do BID (1o. e 2o. programas)

- GO-154 Taquaral/Itaguarú
- GO-173 GO-070/Ent. Canadá/Britânia
- Ligação GO-326/Americano do Brasil
- GO-206 Almerindonópolis/Inaciolândia
- GO-206 Quirinópolis/Cór. Inhumas/BR-364 (Caçú)
- GO-206 Caçú/Itarumã
- GO-206 Itarumã/Itajá
- GO-330 BR-060/Anápolis/Leopoldo de Bulhões
- GO-376 Guaraí/Colméia/Pequizeiro/Cór. da Estiva/Ponte Engo. Biolkino Pereira
- GO-184 Jataí/Serranópolis

2o. PROGRAMA

- GO-241 Campinaçú/Minaçú
- GO-237 BR-153/Niquelândia
- GO-010 R. Corumbá/Vianópolis
- GO-376 Guaraí/R. Araguaia (Div. GO/MT.)
- GO-206 Inaciolândia/Quirinópolis
- GO-173 BR-070/Britânia
- GO-164 GO-060 (S.L.M. Belos)/Aurilândia
- Ligação BR-050/Jaz. Fosfato e Nióbio
- Ligação BR-414 (Pirenópolis)/BR-070-Cocalinho
- Ligação BR-153/Tocantinópolis
- GO-118 São Gabriel/Alto Paraíso
- BR-070 Jussara/Ent. GO-173

III – PROGRAMAS RECURSOS DO ESTADO

OBJETIVO: efetuar a implantação básica e/ou pavimentação de trechos rodoviários com recursos do Estado.

PROJETO DE IMPLANTAÇÃO BÁSICA

- GO-244 Mineiros/Cachoeira Alta
- GO-532 Novo Planalto/S.M. Araguaia
- GO-341 Ent. GO-327/Usina do Oco

PROJETO DE PAVIMENTAÇÃO

- GO-222 Anápolis/Nerópolis
- GO-222 Nova Veneza/Inhumas
- GO-020 Bela Vista/Cristianópolis
- GO-020 Cristianópolis/Sta. Cruz
- GO-020 Sta. Cruz/Pires do Rio
- GO-330 Ipameri/Catalão
- GO-326 Anicuns/Sanclerlândia

IV – PROGRAMA RECURSOS DE AGROVIAS (DNER)

OBJETIVO: pavimentar trechos rodoviários com recursos de Agrovias (DNER)

PROJETOS

- GO-330/BR-352 – Ipameri/Urutaí
- GO-330/BR-352 – Urutaí/Pires do Rio
- GO-110 – Luziânia/R. Corumbá

V – PROGRAMA BNDES

OBJETIVO: implantar e pavimentar trechos rodoviários com recursos do BNDES

- GO-330 GO-080/Petrolina/Sta. Rosa
- GO-418 GO-060/Fazenda Nova
- GO-262 BR-153/Cristalândia
- GO-423/222 Araçú/Inhumas
- GO-154 Carmo do Rio Verde/Ceres
- GO-050 Trindade/Campestre
- GO-217 BR-153/Cromínia/Mairipotaba
- GO-164 Turvânia/Palminópolis
- GO-237 BR-153/Hidrolina
- GO-431 Pirenópolis/Cocalzinho
- Ligação Bom Jesus/Inaciolândia
- Ligação GO-080/Jesópolis
- GO-239 GO-164/Bandeirantes
- GO-305 Ananguera/Cumarí
- Ligação BR-153/Santa Izabel
- GO-142 Mata Azul/Palmeirópolis
- GO-211 S. Domingos/Porteirão

VI – PROGRAMA PONTES EM CONCRETO ARMADO

OBJETIVO: construir pontes de concreto armado, com vistas a melhoria e segurança do tráfego.

– GO-138 Vianópolis/Alexânia	Rio Corumbá
– GO-337 Jaupaci/Ent. GO-418	Rio Claro
– GO-330 Pires do Rio/Ipameri	Rio Corumbá
– GO-255 Natividade/Peixe	Rio Manoel Alves
– GO-255 Peixe/Gurupi	Rio Sta. Tereza
– GO-213 Caldas Novas/Ipameri	Rio Corumbá
– GO-154 Ceres/Rialma	Rio das Almas
– GO-450 Alvorada/Peixe	Rio Cana Brava
– GO-112 Iaciara/Nova Roma	Rio Paranã
– GO-173 Britânia/Aruanã	Lago Tigrinho
– GO-210 Goiandira/Nova Aurora	–

VII – PROGRAMA RECURSOS DO ESTADO (CRISA)

OBJETIVO: efetivar implantação e melhoramento de trechos rodoviários, além de construção de obras de arte.

PROJETOS DE IMPLANTAÇÃO BÁSICA

- GO-542 Campos Belos/P. Alto (Div. GO/BA)
- GO-362 Arraias/Paranã
- Ligação Aurora do Norte/Pov. Mosquito
- GO-010 S. Domingos/Iaciara
- Ligação Taguatinga/Div. GO/BA (Serra)
- Ligação Ent. GO-173/R. Araguaia
- GO-217 Prof. Jamil/Cromínia
- GO-343 Conc. Norte/Paranã
- Ligação GO-118/Garimpo Ingazeira
- GO-158 Crixás/Auriverde
- GO-427 Itaguarú/Lizarda
- GO-118 S. Gabriel/S. J. D'Aliança
- GO-118 Inst. Menores/R. Palmeiras
- Ligação Rec. Campos Belos/Feira Vazante

PROJETOS DE MELHORAMENTOS E OBRAS DE ARTE

- GO-362 São Domingos/BR-020
- Est. Mun. S. Domingos/Guaraní
- Ligação Taguatinga/Conc. Norte
- GO-327 Alto Paraíso/Nova Roma

VIII – PROGRAMA PONTES METÁLICAS

OBJETIVO: construir pontes metálicas em trechos prioritários do Sistema Viário Estadual e Municipal.

IX – PROGRAMA DE CONSERVAÇÃO

OBJETIVO: promover a conservação de rodovias estaduais pavimentadas e não pavimentadas.

PROJETOS

- Conservação de Rodovias Estaduais Pavimentadas (DERGO)
- Conservação de Rodovias Estaduais não Pavimentadas (CRISA)

SJTEG

I – PROGRAMA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE TERMINAIS RODOVIÁRIOS

OBJETIVO: proporcionar ao usuário maior conforto e segurança, oferecendo-lhe melhores e bem equipados terminais rodoviários.

PROJETOS

- Terminal Rodoviário de Hidrolândia (Padrão II)
- Terminal Rodoviário de Caçu (Padrão II)
- Terminal Rodoviário de P. A. Bom Jesus (Compacto)
- Terminal Rodoviário de Arraias (Standard)
- Terminal Rodoviário de Jaupaci (Standard)
- Terminal Rodoviário de Pontalina (Padrão II)
- Terminal Rodoviário de Inhumas (Especial)
- Terminal Rodoviário de Jandaia (Padrão I-A)
- Terminal Rodoviário de Goiás (Especial)
- Terminal Rodoviário de Morrinhos —
- Terminal Rodoviário de Montividiu (Compacto)
- Terminal Rodoviário de Acreúna (Padrão I-H)
- Terminal Rodoviário de Sanclerlândia (Standard)
- Terminal Rodoviário de Castelândia (Compacto)
- Terminal Rodoviário de Amarinópolis (Standard)
- Terminal Rodoviário de Mozarlândia (Padrão I-A)
- Terminal Rodoviário de Cristianópolis (Standard)
- Terminal Rodoviário de Nova Veneza (Standard)
- Terminal Rodoviário de Ouro Verde (Compacto)
- Terminal Rodoviário de Vicentinópolis (Compacto)
- Terminal Rodoviário de Porangatú —

II – PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE NOVAS LINHAS

OBJETIVO: Proporcionar a flexibilidade do transporte coletivo rodoviário intermunicipal e aumentar a sua capacidade de interiorização, visando atender regiões deficientes no setor.

PROJETOS

- Linha Campos Belos – Dianópolis
- Linha Campos Belos – Cavalcante
- Linha Alvorada – Sítio D'Abadia
- Linha Goiânia – Dianópolis
- Linha Goiânia – Posse
- Linha Goiânia – Formosa
- Linha Formosa – Cabeceiras
- Linha Formosa – F. Goiás
- Linha Alto Paraíso – Alvorada do Norte
- Linha Goiânia – Taguatinga
- Linha Dianópolis – Cavalcante
- Linha Alto Paraíso – Nova Roma
- Linha Cavalcante – Nova Roma
- Linha Arraias – Conceição do Norte
- Linha Alvorada do Norte – Iaciara
- Linha Pequizeiro – Itaporã
- Linha Dueré – Aliança do Norte
- Linha Alvorada do Norte – Formoso do Araguaia
- Linha Cristalândia – Porto Nacional
- Linha Tocantínia – Novo Acordo
- Linha São Miguel do Araguaia – Alvorada
- Linha Itumbiara – Caldas Novas
- Linha Pontalina – Vicentinópolis
- Linha Goiânia – Mairipotaba
- Linha Uruaçu – Padre Bernardo
- Linha Catalão – Nova Aurora
- Linha Caiapônia – Mineiros

III – PROGRAMA ALTERAÇÕES NOS SERVIÇOS EXISTENTES

OBJETIVO: melhorar o padrão de serviço das linhas regularizadas.

PROJETOS

- Prolongamento de horário
- Conexão de horários
- Prolongamento de linhas
- Fusão de linhas
- Alteração de Itinerário

TRANSURB

I – PROGRAMA AGLURB

OBJETIVO: propiciar, à população de baixa renda de Goiânia, transporte coletivo urbano com regularidade, conforto, segurança e a baixo custo.

PROJETOS

— Projetos de Pavimentação

- Vias de Acesso ao Setor Santo Hilário
- Vias de Acesso ao Bairro Meia Ponte
- Vias de Acesso ao Parque Amazonas
- Vias de Acesso a Vila São Paulo
- Vias de Acesso ao Cruzeiro do Sul
- Vias de Acesso ao Setor Palmito
- Vias de Acesso ao Parque Real
- Vias de Acesso ao Setor Santos Dumont
- Vias de Acesso ao Rui Barbosa
- Vias de Acesso ao Parque dos Buritis
- Vias de Acesso ao Bairro São Francisco

— Projetos de Recapeamento

- Vila Cruzeiro do Sul
- Setor Palmito

- Monitoração de Projetos
- Treinamento de Recursos Humanos
- Orientação ao usuário do Transporte Público

II – PROGRAMA PASSE ESCOLAR

OBJETIVO: reduzir o custo dos transportes coletivos para os estudantes.

III – PROGRAMA DE INFORMAÇÕES GERENCIAIS (SITURB)

OBJETIVO: implantar, em Goiânia, um sistema de informação, como apoio aos órgãos e empresas envolvidas no Sistema de Transporte Coletivo da Capital.

OUTROS PROJETOS

- Terminais Extremos de Linha
- Vila Finsocial
- Vila Mutirão
- Construção da Sede Administrativa da TRANSURB
- Extensão do Eixo – Anhanguera

EFOMARGO

I – PROGRAMA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA

OBJETIVO: construir e ampliar a estrutura física, com vistas ao melhor funcionamento do órgão.

PROJETOS

- Construção de pavilhões para guarda de máquinas leves e pesadas
- Implantação do Almoxarifado
- Construção de 1 sala para recreação
- Reforma nos pavilhões de administração, alojamento e refeitório

II – PROGRAMA REAPARELHAMENTO

OBJETIVO: possibilitar melhor assistência e orientação aos alunos em aulas práticas de campo.

PROJETOS

- Aquisição de tratores e implementos agro-rodoviários diversificados

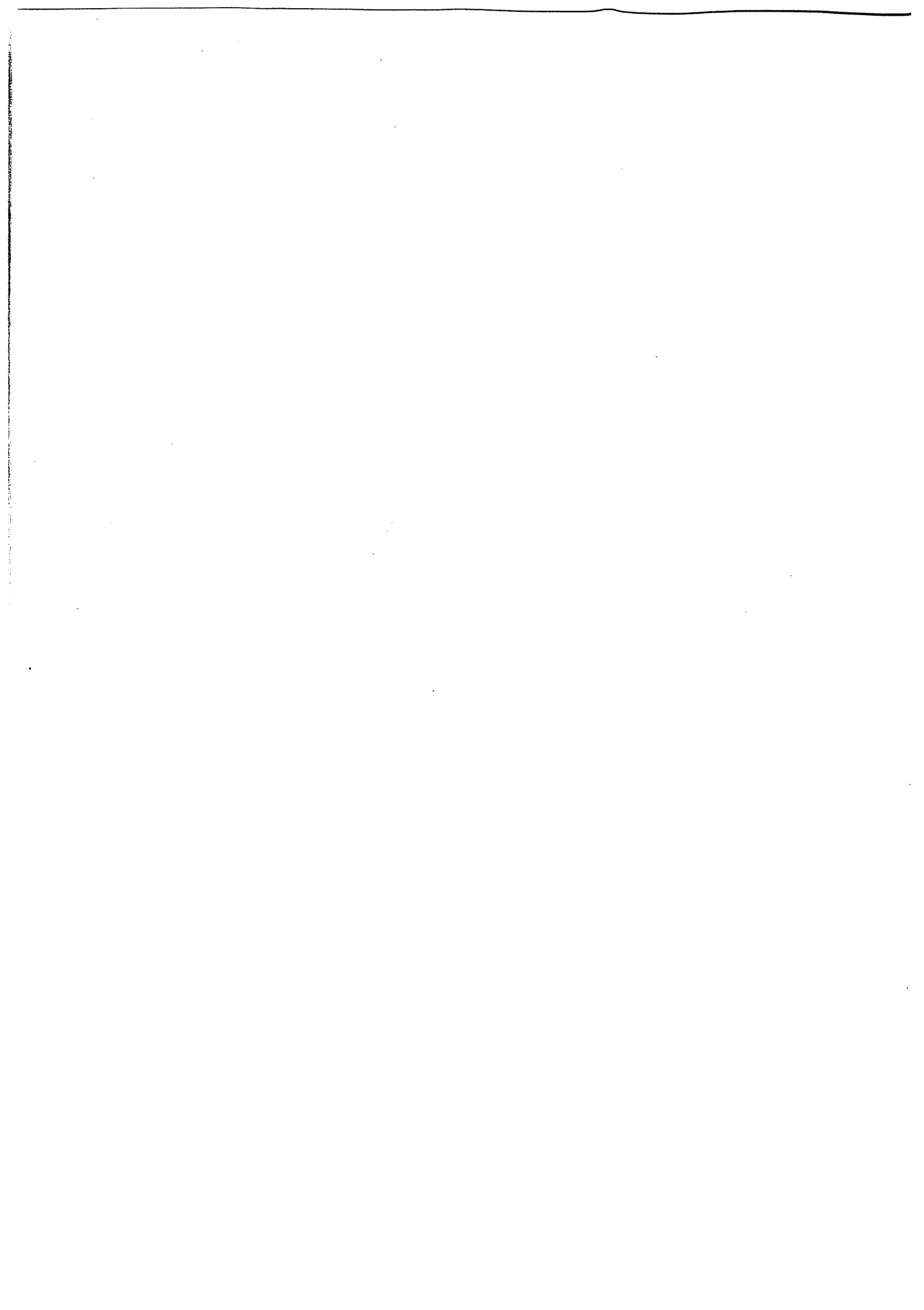
III – PROGRAMA CURSOS BÁSICOS FUNDAMENTAIS

OBJETIVO: possibilitar o treinamento do pessoal em mecânica e operação de máquinas agro-rodoviárias

PROJETOS

- Curso de Mecânica
- Curso de Operadores de Máquinas agro-rodoviárias.

SETOR ENERGIA



DIAGNÓSTICO

No Estado de Goiás a Secretaria de Minas, Energia e Telecomunicações formula as diretrizes básicas para que os programas de energia elétrica se integrem e se harmonizem com os demais programas do Governo.

Os programas de energia elétrica são desenvolvidos pela Centrais Elétricas de Goiás S.A. — CELG e Departamento Estadual de Água, Energia e Telecomunicações — DAE, órgãos jurisdicionados àquela Secretaria.

A CELG, empresa de economia mista, é a principal concessionária dos serviços de eletricidade do Estado cuja competência é a eletrificação de empreendimentos economicamente rentáveis.

O DAE é a autarquia estadual responsável pela implantação dos serviços de eletricidade de caráter pioneiro em localidades cuja rentabilidade dos investimentos não obedece aos parâmetros estabelecidos pelo DANEE — Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica.

Dos 244 municípios do Estado, a CELG atende 80%, sendo que o restante está a cargo da Companhia Hidrelétrica do São Patrício — CHESP, (2,8%) e prefeituras municipais através de pequenas centrais hidrelétricas e grupos diesel.

O sistema elétrico em Goiás apresenta problemas relacionados à precariedade de serviços em algumas regiões com baixos níveis de tensão e alta regulação, racionamento de energia e dificuldade de novas ligações, dentre outros.

Como a energia é fator básico para o desenvolvimento econômico e o bem estar social, necessário se torna uma política energética consoante com as necessidades reais do Estado, que procure dinamizar o setor, não apenas a nível de áreas urbanas, mas também rurais.

OBJETIVOS

GERAIS

- Estabelecer critérios básicos para a oferta de energia (geração ou recebimento);
- Analisar os investimentos considerando as taxas de retorno proporcionadas;
- Aumentar a confiabilidade e a qualidade do atendimento;
- Indicar, a nível regional, fontes alternativas de energia para complementação e/ou suprimento de energia à sistemas isolados e consumidores rurais;
- Expandir a oferta de energia elétrica de forma integrada e Compatível com os demais setores da economia goiana.

ESPECÍFICOS

- Ampliar o sistema de transmissão de acordo com a quantidade e a forma requerida pelos consumidores;
- Suprir de energia elétrica todas as sedes municipais do Estado;
- Expandir o sistema de eletrificação rural;

- Implantar programas de ligação de energia aos consumidores de baixa renda;
- Instalar mini-usinas em regiões isoladas do sistema de transmissão.

ESTRATÉGIAS

- Construção da IV etapa da UHE Cachoeira Dourada;
- Construção das usinas hidrelétricas de São Domingos, Lizarda, Dianópolis e Mambáí (nordeste goiano);
- Conclusão da Usina Hidrelétrica Isamú Ikeda (Balsas Mineiro) com acréscimo de mais 12MW de potência;
- Ampliação do sistema de transmissão, transformação e distribuição de energia elétrica do Estado;
- Implantar programas de eletrificação rural nas várias regiões do Estado, através dos bancos de fomento como o BIRD e BID bem como pelas instituições de crédito do Governo Federal: ELETROBRÁS, BNDES e GEER;
- Instituição de programas de atendimento de consumidores de baixa renda;
- Descentralização e modernização administrativa.

PROGRAMAS E PROJETOS

CELG

I – PROGRAMA CIRCUITO ELÉTRICO I

OBJETIVO: melhorar o sistema de energia elétrica da grande Goiânia e cidades de sua área de influência.

II – PROGRAMAS CIRCUITOS ELÉTRICOS (DE II A XI)

OBJETIVO: implantar e/ou melhorar o sistema de energia elétrica em sedes de municípios e povoados (ver anexo Setor Energia).

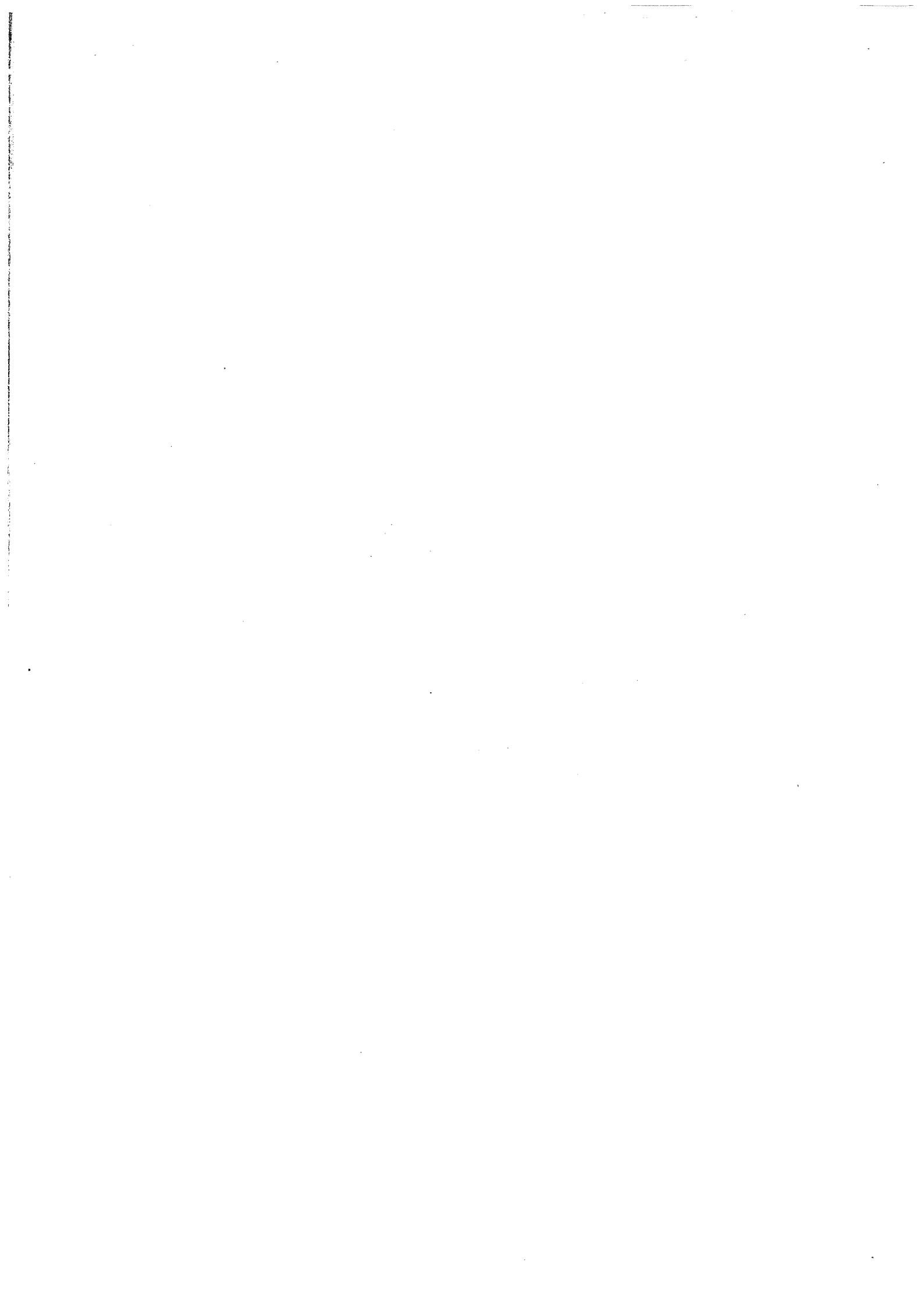
DAE

I – PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENERGIA ELÉTRICA

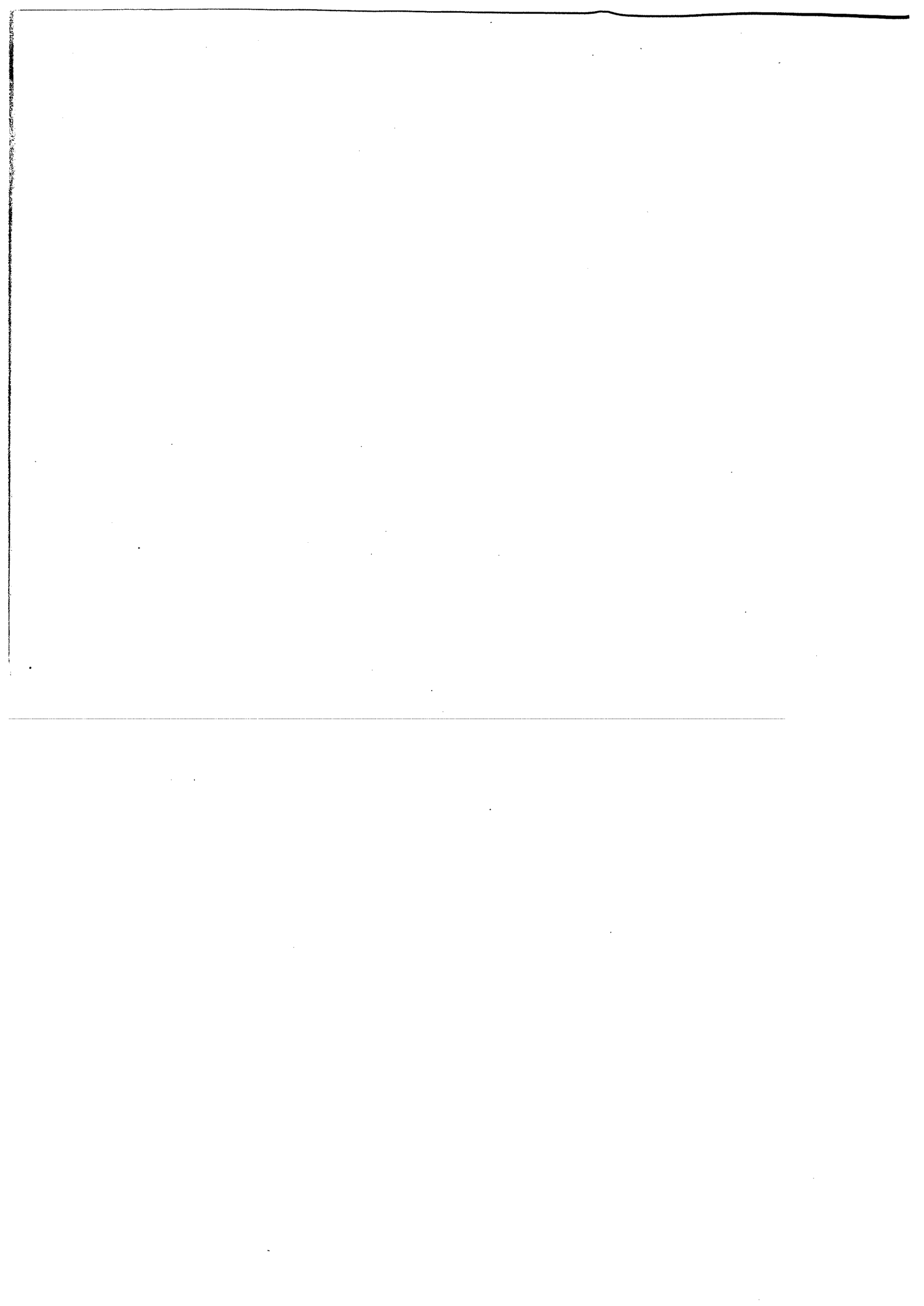
OBJETIVOS: executar programas e projetos de caráter complementar e suplementar, relativos aos serviços de eletricidade e aproveitamento de recursos hídricos, especialmente nas zonas rurais e núcleos urbanos de baixa rentabilidade.

CAPÍTULO III
INFRA-ESTRUTURA SOCIAL

SAÚDE
SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE
EDUCAÇÃO
CULTURA E DESPORTO
HABITAÇÃO E URBANISMO
ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL
DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA



SETOR SAÚDE



SETOR SAÚDE

DIAGNÓSTICO:

A situação de saúde da população do Estado de Goiás não é satisfatória.

A mortalidade geral (1) é elevada. Os dados relativos a 1980 revelam um coeficiente de 42,3 (por mil), predominando como causas principais as doenças infecciosas e parasitárias, as cardiovasculares e as perinatais.

O coeficiente de mortalidade infantil (2) em 1980 foi de 60,3 por 1.000 nascidos vivos, reflexo da precária situação do Estado, uma vez que nos países desenvolvidos, esta taxa é de 12 por 1.000. As causas principais deste coeficiente elevado se relacionam às infecções originadas no período perinatal, doenças infecciosas e parasitárias, doenças do aparelho respiratório, anomalias congênitas além de sintomas, sinais e afecções mal definidas. Estas causas são decorrentes das más condições de saneamento básico, da desnutrição e das condições deficientes de atendimento à saúde.

Os registros dos agravos à saúde revelam que as doenças e mortes evitáveis como enterites, hanseníase, coqueluche, tuberculose pulmonar, sarampo, difteria, meningite, sífilis, febre tifóide, diarreia infecciosa e hepatite por vírus, ainda apresentam alta incidência.

Em Goiás, os serviços de saúde estão a cargo dos setores Privado e Público, sendo que o setor privado congrega a maioria das Unidades Hospitalares, não existindo sobre elas o controle e coordenação do Estado.

Com relação ao Setor Público há em Goiás a presença dos 3 níveis: Federal, Estadual e Municipal.

O primeiro atua através do Instituto Nacional de Assistência Médica e Previdência Social – INAMPS, Superintendência de Campanhas de Saúde Pública – SUCAM e Fundação de Serviços de Saúde Pública – FSESP.

O nível Estadual é representado pela Secretaria de Saúde com seus órgãos jurisdicionados e pelo Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado de Goiás – IPASGO, o Municipal, pela Fundação Muni-

(1) – Censo Demográfico 1980

(2) – Rede de Serviços e do Desenvolvimento das Ações Prioritárias SES. de Goiás – CORCENTRO – M.S. 1983

cipal do Desenvolvimento Comunitário — FUMDEC em Goiânia e pelas Secretarias Municipais, no interior.

A Organização de Saúde do Estado de Goiás — OSEGO é responsável pela maior parte dos serviços de saúde pública a nível Estadual, e seu suporte operacional está contido na tabela 1.

TABELA 1
CAPACIDADE INSTALADA E RECURSOS HUMANOS EXISTENTES DA SECRETARIA DE SAÚDE DO ESTADO DE GOIÁS — OSEGO — 1983

CAPACIDADE INSTALADA	QUANTIDADE	No. DE LEITOS	RECURSOS HUMANOS EXISTENTES		
			NÍVEL SUPERIOR	NÍVEL MÉDIO	NÍVEL ELEMEN-TAR
Regional de Saúde	22	...	40	55	26
Unidades Mistas	5	230	53	196	116
Centro de Saúde	227	...	570	637	211
Postos de Saúde	96	...	03	03	03
Maternidades	5	140
Hospitais Especializados	5	1.662
Lab. Central	1
Lab. Regionais	15
Lab. Locais	36
Cons. Odontológico	117
Centro Integrado de Assist. Méd. Sanitária	5

FONTES: S.E.S.

Embora o Estado possua um número significativo de Unidades de Saúde, existe má distribuição espacial das mesmas — com maior concentração na Capital — e uma incipiente articulação entre elas.

As limitações do setor também dizem respeito ao estado precário de algumas Unidades, à alocação inadequada de recursos, à duplicidade de gastos e paralelismo de ações que refletem a insuficiente integração inter e intra-institucionais, à descontinuidade na execução de programas, além do pouco incentivo às pesquisas de saúde.

OBJETIVOS:

GERAL:

— Universalizar o acesso aos serviços de saúde, estendendo e melhorando a qualidade das ações, de modo a assegurar a promoção, proteção e recuperação da saúde da população do Estado de Goiás.

ESPECÍFICOS:

— Reduzir a morbidade por doenças de maior incidência em crianças de 0 — 4 anos, mulheres gestantes e população periurbana e rural.

— Consolidar a rede básica de saúde, através da adequação da estrutura física, dos recursos humanos e financeiros.

— Promover a melhoria das condições ambientais, através do saneamento de baixo custo, relacionado à obtenção de água potável e destino dos dejetos.

— Estabelecer um sistema hierárquico e regionalizante das ações de saúde.

— Propiciar o aperfeiçoamento do processo administrativo a nível central, regional e local.

— Viabilizar o aperfeiçoamento dos Recursos Humanos, com vistas a sua melhor qualificação.

— Produzir medicamentos, tendo em vista atender a demanda da CEME.

ESTRATÉGIAS:

— Para alcançar os objetivos propostos serão aplicadas as seguintes estratégias:

— Desenvolvimento de programas voltados à Assistência Integral da Mulher e da Criança, e o controle de doenças transmissíveis;

— Reordenação, hierarquização e distribuição espacial da rede física através de reformas, construções, e aquisição de equipamentos;

— Implantação e manutenção do sistema simplificado de abastecimento de água, fossas, aterro sanitário e outras melhorias, em ação conjunta com prefeituras e órgãos de saneamento;

— Adequação da estrutura organizacional da Secretaria de Saúde e órgãos jurisdicionados, com vistas à descentralização administrativa e financeira;

— Treinamento básico e reciclagem sistemática do pessoal técnico e administrativo;

— Estabelecimento de uma programação integrada de saúde com órgãos afins, com vistas a evitar a duplicidade de ações e de gastos;

— Fortalecimento das organizações comunitárias na busca de soluções para problemas locais e na implementação das ações de promoção, proteção e recuperação da saúde;

Aquisição no mercado interno e internacional de matérias-primas e material de embalagem necessários para a consecução de seus objetivos.

PROGRAMAS E PROJETOS

I -- PROGRAMA ASSISTÊNCIA INTEGRAL À SAÚDE DA MULHER E DA CRIANÇA

OBJETIVO: Fortalecer as ações de assistência integral à saúde da mulher e da criança, na tentativa de minimizar os riscos inerentes a estes grupos.

PROJETOS:

- Assistência ao Pré-Natal
- Assistência Clínico-Ginecológica e Planejamento Familiar
- Assistência ao Parto
- Assistência ao Controle de Crescimento e Desenvolvimento
- Assistência a Patologias Prevalentes na Infância-Diarréia e Desidratação, Desnutrição e Infecções Respiratórias Agudas
- Assistência Odontológica.

II -- PROGRAMA CONTROLE DAS DOENÇAS TRANSMISSÍVEIS

OBJETIVO: Promover o controle de doenças transmissíveis, evitáveis ou não, por imunizantes.

PROJETOS:

- Prevenção/Tratamento e Controle da Tuberculose
- Tratamento/Controle da Hanseníase
- Tratamento e Controle das Doenças Transmitidas sexualmente
- Operacionalização do Sistema de Vigilância Epidemiológica

III -- PROGRAMAS ESPECIAIS

OBJETIVO: desenvolver ações de saúde para melhorar a qualidade de vida da população, em especial do escolar e do adulto.

PROJETOS:

- Saúde Mental
- Odontologia Sanitária
- Atenção às doenças Crônico-Degenerativas
- Vigilância Sanitária
- Pesquisa em Saúde Pública

IV -- PROGRAMA EXPANSÃO/ADEQUAÇÃO DA REDE

OBJETIVO: Reformar, Construir e Equipar Unidades de Saúde.

PROJETOS:

- Reforma de Unidades de Saúde
- Construção de Unidades de Saúde
- Aquisição de Equipamentos para as Unidades de Saúde

V – PROGRAMA SUPRIMENTO/INSUMO BÁSICO

OBJETIVO: Agilizar e sistematizar a administração de insumos básicos necessários ao andamento das ações/ atividades desenvolvidas pelas Unidades de Saúde.

PROJETOS:

- Compras/Produção de Insumos
- Armazenamento de Insumos
- Organização sistêmica de distribuição dos insumos.

VI – PROGRAMA SISTEMA DE REFERÊNCIA

OBJETIVO: garantir atenção à saúde da população nos níveis de maior capacidade resolutiva e manter o apoio laboratorial a todas as Unidades de Saúde.

PROJETOS:

- Adequação da Rede Laboratorial e Hospitalar
- Reestruturação Administrativa e Técnica da Área Hospitalar
- Integração da Área Hospitalar e Laboratorial ao Sistema de Referência e Contra-Referência
- Implementação do Sistema de Laboratórios de Saúde Pública

VII – PROGRAMA AÇÃO INTEGRADA DE SAÚDE

OBJETIVO: Articular as várias Instituições participantes do Setor, evitando o paralelismo de ações, minimizando os gastos e maximizando a utilização de recursos.

PROJETOS:

- Universalização do Atendimento
- Ação Comunitária
- Jornada de Saúde

VIII – PROGRAMA SERVIÇOS BÁSICOS DE SANEAMENTO

OBJETIVO: Contribuir para a redução da morbi-mortalidade por doenças transmissíveis e parasitárias, de veiculações hídrica.

PROJETOS:

- Construção de:
- Sistema Simplificado de Abastecimento de Água
 - Fossas
 - Lavanderias Comunitárias
 - Aterro Sanitário
 - Outras Melhorias

IX – PROGRAMA DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E FUNCIONAL

OBJETIVO: Estruturar e organizar os níveis Central, Regional e Local, garantindo a manutenção para o desenvolvimento dos Serviços Básicos de Saúde e intensificar a Articulação Institucional.

PROJETOS:

- Estruturação dos níveis Central, Regional e Local
- Reestruturação Organizacional
- Fortalecimento dos níveis Regional e Local
- Articulação Institucional

X – PROGRAMA CAPACITAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

OBJETIVO: Propiciar a melhoria do pessoal de todos os níveis, buscando reforçar as estruturas com mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento das Ações de Saúde e Saneamento.

PROJETOS:

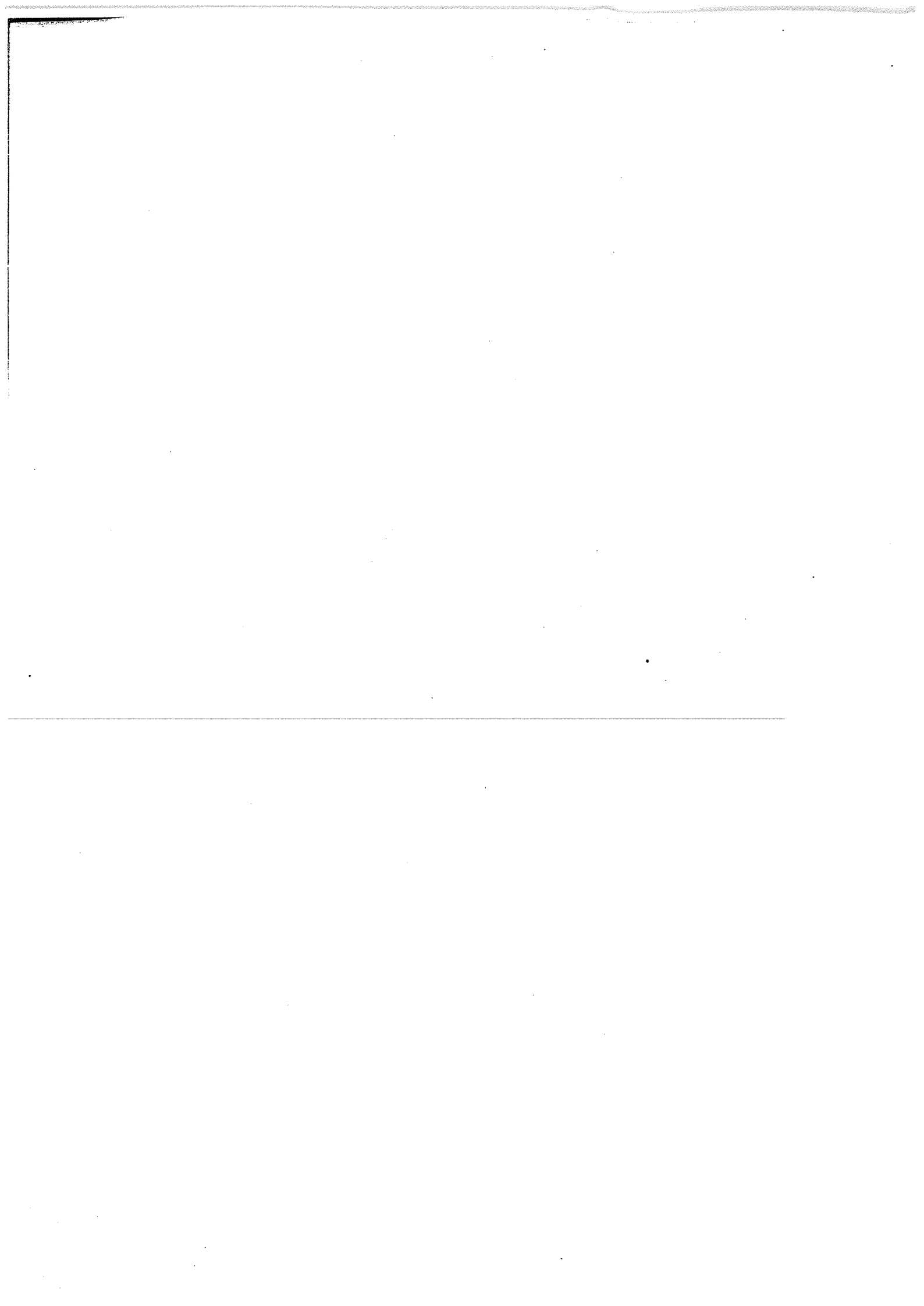
- Capacitação Inicial
- Reciclagem
- Treinamento em Serviço
- Intercâmbio e Estágios
- Especialização
- Pós-Graduação

XI – PROGRAMA DE INDUSTRIALIZAÇÃO DE MEDICAMENTOS – IQUEGO

OBJETIVO: Produzir medicamentos para uso humano e atender à demanda da CEME.

SETORES SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE

SETOR SANEAMENTO



SANEAMENTO EM GOIÁS

DIAGNÓSTICO

O Saneamento Básico é um indicador que permite aferir o grau de desenvolvimento de uma comunidade. Esse serviço se apresenta como um suporte básico para o bem estar social e econômico de qualquer população.

Em Goiás, o Saneamento Básico é deficiente, o que vem dificultando as ações de saúde, educação e setores produtivos, uma vez que ele não cumpre devidamente seu papel de suporte na concretização efetiva dessas atividades.

O Plano Nacional de Saneamento postula o atendimento de 90% da população urbana por Sistemas de Abastecimento de Água e 65% por Sistemas de Esgotos Sanitários, estando Goiás com índices inferiores à proposta, ou seja, 56% com relação ao primeiro e apenas 15% referente ao segundo. Dos 244 municípios que compõem o Estado, 168 localidades possuem Sistemas de Abastecimento de Água e apenas 20 com Sistemas de Esgotos Sanitários.

À Saneamento de Goiás S.A. — SANEAGO — cabe o papel de implementar a política do Estado com relação ao Saneamento Básico, de acordo com o Plano Nacional de Saneamento — PLANASA.

OBJETIVOS

GERAIS

— Propiciar suporte para a medicina preventiva, visando erradicação de doenças de veiculação hídrica, diminuição dos índices de mortalidade geral e infantil e aumento do período de vida da população.

— Fornecer bases para a implantação de atividades econômicas e criar infra-estrutura imprescindível à racionalização do processo de assentamentos populacionais e de uma urbanização humanizada.

ESPECÍFICOS

- Gerar empregos sobretudo para mão-de-obra pouco qualificada
- Apoiar a política de habitação a cargo da COHAB-GO
- Planejar, projetar, implantar, operar, manter e administrar os Sistemas de Água e Esgoto em todo o Estado de Goiás.

ESTRATÉGIAS

- Priorização do papel do Saneamento como instrumento de saúde pública a serviço da comunidade e de sua promoção;
- Participação efetiva da comunidade na concretização de projetos;
- Elevação quantitativa e qualitativa dos índices de atendimento e de confiabilidade dos Sistemas;

- Adequação dos Sistemas de Saneamento, com vistas à proteção do meio ambiente.

PROGRAMAS E PROJETOS

I – PROGRAMA CONTROLE DE PERDAS

OBJETIVO: otimizar as instalações dos Sistemas para um maior alcance de atendimento à população, sem o emprego de recursos vultosos na sua ampliação.

II – PROGRAMA AMPLIAÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO E LIGAÇÕES PREDIAIS

OBJETIVO: captar rendas para a Companhia, através da comercialização de seu produto.

PROJETOS

- Sistemas de Abastecimento de Água
 - . Comunidades de Médio e Grande Porte
 - . Comunidades de Pequeno Porte

III – PROGRAMA DE ESGOTOS SANITÁRIOS

OBJETIVO: implantar e ampliar os serviços de esgoto sanitário.

PROJETOS

- Comunidades de Grande Porte
- Comunidades de Médio Porte

SETOR MEIO AMBIENTE



SEMA

DIAGNÓSTICO:

A questão ambiental coloca-se atualmente como um desafio ao homem moderno, no sentido de conciliar o desenvolvimento tecnológico com a conservação da natureza.

O Estado de Goiás vem apresentando, nos últimos anos, uma acelerada degradação ambiental. A expansão da fronteira agrícola, através de uma agricultura tecnificada que exige o emprego de insumos e agrotóxicos, resulta em uma ameaça à saúde pública, em contaminação dos recursos hídricos e dos alimentos e do próprio homem e na disseminação da fauna.

Somam-se a isso a degradação oriunda dos desmatamentos, o uso indiscriminado de maquinaria agrícola, a persistência do sistema de queimadas que, a médio prazo, poderão tornar estéreis do ponto de vista agrícola, grandes áreas do Estado.

As atividades agroindustrial, mineradora, imobiliária e a própria expansão urbana provocam a produção de elementos e emissões, resultando na poluição da água, do ar e do solo. Um problema que tende a se agravar é aquele relacionado aos resíduos domésticos, hospitalares, industriais, entre outros, que necessitam de destinação correta.

Além da preocupação com atividades poluentes, há a necessidade de manutenção dos ecossistemas, além de uma conscientização e participação popular na preservação e valorização do meio ambiente.

OBJETIVOS

GERAL

- Desenvolver ações de planejamento participativo que assegurem o uso responsável dos recursos naturais e a sua manutenção.

ESPECÍFICOS

- Promover medidas de proteção e preservação de áreas representativas dos ecossistemas;
- Propiciar a proteção de áreas ameaçadas de degradação e a recuperação das áreas degradadas;
- Monitorar o Estado da qualidade ambiental através do controle e zoneamento das atividades poluidoras;
- Incentivar pesquisas orientadas para a proteção e uso racional dos recursos ambientais;
- Promover a educação da população no sentido de preservar o meio ambiente.

ESTRATÉGIAS:

Atuação conjunta com outros Órgãos e Entidades relacionados ao meio ambiente, através de convênios, acordos, promoções, cooperação técnica, programas de educação com vistas à preservação e uso adequado dos recursos naturais, conservação da fauna e flora e defesa dos sítios paisagísticos.

PROGRAMAS E PROJETOS

I – PROGRAMA DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL

OBJETIVO: conscientizar a população do Estado dos problemas relacionados à preservação do meio ambiente.

PROJETOS:

- Cartilha Ecológica;
- Dedo Verde;
- Natureza – Exija por ela;
- Atualização e Divulgação da Legislação ambiental do Estado de Goiás;
- O homem do campo e agrotóxicos;
- Plano de Participação Popular na Defesa do Meio Ambiente.

II – PROGRAMA DE CONTROLE DA POLUIÇÃO

OBJETIVO: diagnosticar e controlar as diferentes fontes de poluição sonora, hídrica, da atmosfera e do solo.

PROJETOS:

- Estruturação da Divisão de Controle da Poluição da SEMA-GO;
- Controle da Poluição Sonora e Emissão de Fumaça por Veículos a Diesel em Goiânia;
- Monitoragem de Águas de Abastecimento Público quanto aos Padrões de Agrotóxicos;
- Estudo sobre a Contaminação por Pesticidas em Verduras Consumidas em Goiânia;
- Estruturação do Sistema Estadual de Registro e Licenciamento de Fontes de Poluição;
- Pesquisa sobre aplicação de vinhaça nos solos goianos;
- Rio Quente – Controle sanitário;
- Monitoramento das Águas de Balneabilidade;
- Agrotóxicos na Agricultura e Pecuária;
- Resíduos Sólidos Urbanos.

III – PROGRAMA DE PROTEÇÃO AOS RECURSOS NATURAIS

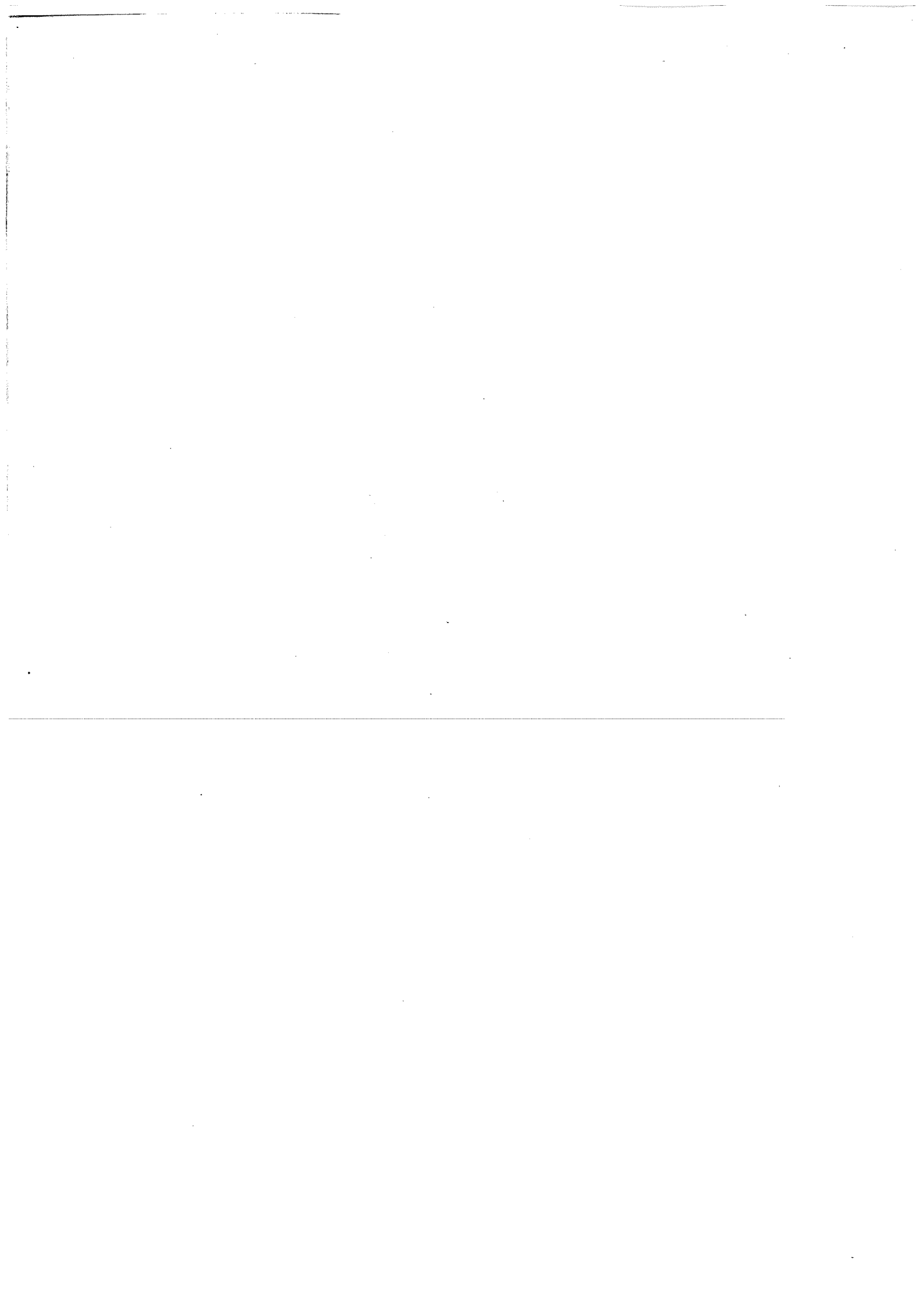
OBJETIVO: promover a proteção dos recursos naturais, através de planos conjuntos de pesquisas e mecanismos de preservação de áreas.

PROJETOS:

- Estruturação do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas;
- Levantamento da Situação de Áreas Verdes dos Municípios;
- Levantamento Espeleológico de Goiás;
- Controle da Captura e Trânsito do Produto da Pesca em Goiás;
- Estudo e Regulamentação de Áreas de Proteção Ambiental.



SETOR EDUCAÇÃO



DIAGNÓSTICO

Em cumprimento a determinações constitucionais, a Secretaria da Educação concentra a maior parte de suas atividades na área da Educação Básica. Volta-se, também, para outros níveis de ensino — 2o. e 3o. graus — bem como para outras modalidades, quais sejam o ensino supletivo e a educação especial.

Embora esta Secretaria venha empreendendo esforços no sentido de se estruturar de forma a melhor atender aos objetivos a que se propõe, constata-se um grande volume de problemas que obstaculizam a melhor qualidade do ensino que administra. Os problemas enfrentados pelo Setor Educacional referem-se principalmente a: organização administrativa deficitária, inadequação do espaço físico, grande parte de Recursos Humanos não qualificados, limitada assistência ao educando, precárias condições de manutenção do sistema, tudo isso refletindo de uma forma comprometedora na formação do aluno.

Em relação à Organização Administrativa a SE tem sua estrutura e funcionamento caracterizados por uma excessiva centralização. Esse estilo de administração, aliado a outras questões não menos significativas, vem reforçando a existência de problemas que afetam o bom funcionamento do sistema educacional nos diferentes níveis de administração. Dentre eles, resalta-se o paralelismo de funções, omissão de responsabilidade, falta de controle e acompanhamento das atividades, falta de entrosamento entre os diferentes órgãos ligados à educação, inobservância de critérios técnicos-administrativos na criação de novos setores e na desativação de outros, falta de continuidade das ações programadas em razão de decisões casuísticas dos governantes e número excessivo de funcionários na área administrativa.

O espaço físico com que conta a Secretaria, nos diferentes níveis, é insuficiente. Na administração centralizada esta insuficiência decorre da superlotação de diversos setores e de falhas peculiares da administração pública. A nível local constata-se a construção de unidades escolares sem a observância de critérios específicos, quais sejam a chamada e o zoneamento escolar e a utilização de terrenos disponíveis, quase sempre inadequados e sem a devida legalização.

Em relação aos recursos humanos, este Órgão conta, atualmente, com um quantitativo de pessoal em torno de 38.924 servidores, sendo 12.647 na área administrativa, 742 especialistas em educação e 25.535 professores. É importante ressaltar, a existência de grande número de professores em desvio de função, o que concorre para aumentar de forma significativa o contingente de funcionários administrativos.

Dentre os problemas existentes, todos eles ligados à falta de uma política voltada para a fixação e valorização do pessoal habilitado, constata-se:

- vigência de três regimes jurídicos;
- evasão de pessoal qualificado para o exercício de outras funções melhor remuneradas;
- servidores em desvio de função;

- desnível salarial entre servidores com qualificação e função idênticas;
- admissão sem critérios pré-estabelecidos;
- exercício de funções sem treinamento prévio;
- falta de recursos humanos habilitados para o exercício da docência, especialmente no Ensino de 2o. Grau;
- falta de instrumentos de controle e avaliação para detectar o retorno-investimento do pessoal do magistério;
- inexistência de um quadro de pessoal administrativo;
- excessivo número de pessoal ligado à administração;
- má remuneração do pessoal.

As oportunidades educacionais, em Goiás, são oferecidas de forma irregular, constatando-se a concentração de unidades escolares em algumas regiões e a limitada oferta de vagas em outras. Tal situação, por um lado, está ligada à deficiência do setor de planejamento, à influência da representatividade político-partidária e por outro, às condições sócio-econômicas das regiões.

O Estado de Goiás atendeu, em 1982, nas quatro dependências administrativas (Federal, Estadual, Municipal e Particular), a um total de 1.136.962 alunos, considerando todos os níveis e modalidades de ensino, à exceção do Ensino Supletivo que proporciona atendimento diferenciado.

Aos alunos atendidos pela Rede Oficial de Ensino são oferecidos serviços de assistência voltados para a saúde física e mental, bem como para o desenvolvimento cívico-cultural. Este serviço vem sendo desenvolvido visando a promover a formação integral do aluno, através da realização de trabalhos envolvendo a participação da família e da comunidade nos eventos escolares e numa perspectiva assistencialista caracteriza-se pela execução de programas, tais como: merenda escolar, concessão de bolsas de estudos, assistência médico-odontológica, distribuição de livro didático e material escolar, etc.

Os recursos financeiros do orçamento estadual destinados à manutenção do sistema educacional, além de serem insuficientes, são quase que na sua totalidade empregados no pagamento de pessoal, ficando as demais despesas, praticamente, a descoberto. Esta situação tem levado a Secretaria a utilizar-se dos recursos oriundos da União para arcar com tais encargos, sem contudo atingir o nível desejável de atendimento, comprometendo a realização de ações eminentemente educacionais.

Aliado a problemática evidenciada, o desempenho dos servidores nos diferentes setores da Secretaria deixa a desejar, em virtude do grande volume de trabalho sobretudo na área administrativa e de não haver maiores cobranças em torno de um produto de melhor qualidade.

Em razão do grande número de problemas demonstrados, vem ocorrendo na Secretaria da Educação sérios prejuízos no fluxo das ações programadas, as quais, quando chegam até às unidades escolares apresentam-se destituídas de seu propósito inicial, incapazes, portanto, de produzirem os benefícios desejados, comprometendo a qualidade do ensino ministrado e, o que é ainda mais grave, lesando o mais importante dos usuários do sistema: o aluno.

OBJETIVO GERAL DO PLANO

Melhorar a qualidade do ensino e garantir a eficiência do sistema, através da implantação e implementação de mecanismos operacionais na Secretaria da Educação.

PROGRAMAS E PROJETOS

A Secretaria da Educação planeja para o quadriênio 84/87 ações voltadas para o desenvolvimento do ensino propriamente dito e ações que visam a garantir a consecução dos objetivos propostos pelo sistema.

Nesta perspectiva foram definidos seis programas básicos e um programa de apoio:

- Educação Pré-Escolar
- Ensino de 1o. Grau
- Ensino de 2o. Grau
- Ensino de 3o. Grau
- Ensino de Supletivo
- Educação Especial
- Programa de Apoio ao Sistema

Programa I — Ensino Pré-Escolar

Projeto — Melhoria do Atendimento da Educação Pré-Escolar

Projeto — Expansão do Atendimento da Educação Pré-Escolar

Projeto — Capacitação de Recursos Humanos.

Programa II — Ensino de 1o. Grau

Projeto — Absorção da População Escolarizável no Ensino de 1o. Grau.

Projeto — Fortalecimento do Processo de Manutenção e Recuperação das Instalações Físicas do Ensino de 1o. Grau.

Projeto — Elevação dos Padrões de Qualidade no Ensino de 1o. Grau.

Projeto — Correção da Distorção Idade/Série.

Projeto — Melhoria do Processo de Alfabetização.

Projeto — Fortalecimento da Assistência Técnica no Ensino de 1o. Grau.

Projeto — Apoio ao Ensino Municipal de Educação.

Projeto — Assistência ao Educando.

Programa III — Ensino de 2o. Grau

Projeto — Reestruturação da Rede Física Escolar.

Projeto — Formação de Recursos Humanos

Projeto — Melhoria Qualitativa do Ensino de 2o. Grau.

Programa IV — Ensino de 3o. Grau

Projeto — Estabelecimento e Adoção de uma Política de Pessoal.

Projeto — Expansão e Redefinição de Cursos.

Projeto — Melhoria das Instalações Físicas.

Projeto — Estrutura de Apoio ao Ensino de 3o. Grau.

Programa V — Ensino Supletivo

Projeto — Assistência Supletiva à Comunidade Rural.

Projeto — Núcleos Avançados de Educação.

Projeto – Integração e Divulgação do Ensino Não Formal.
Projeto – Expansão das Ações Supletivas – 1o. e 2o. Graus.

Programa VI – Educação Especial

Projeto – Melhoria das Condições de Atendimento ao Excepcional.

Projeto – Capacitação de Recursos Humanos.

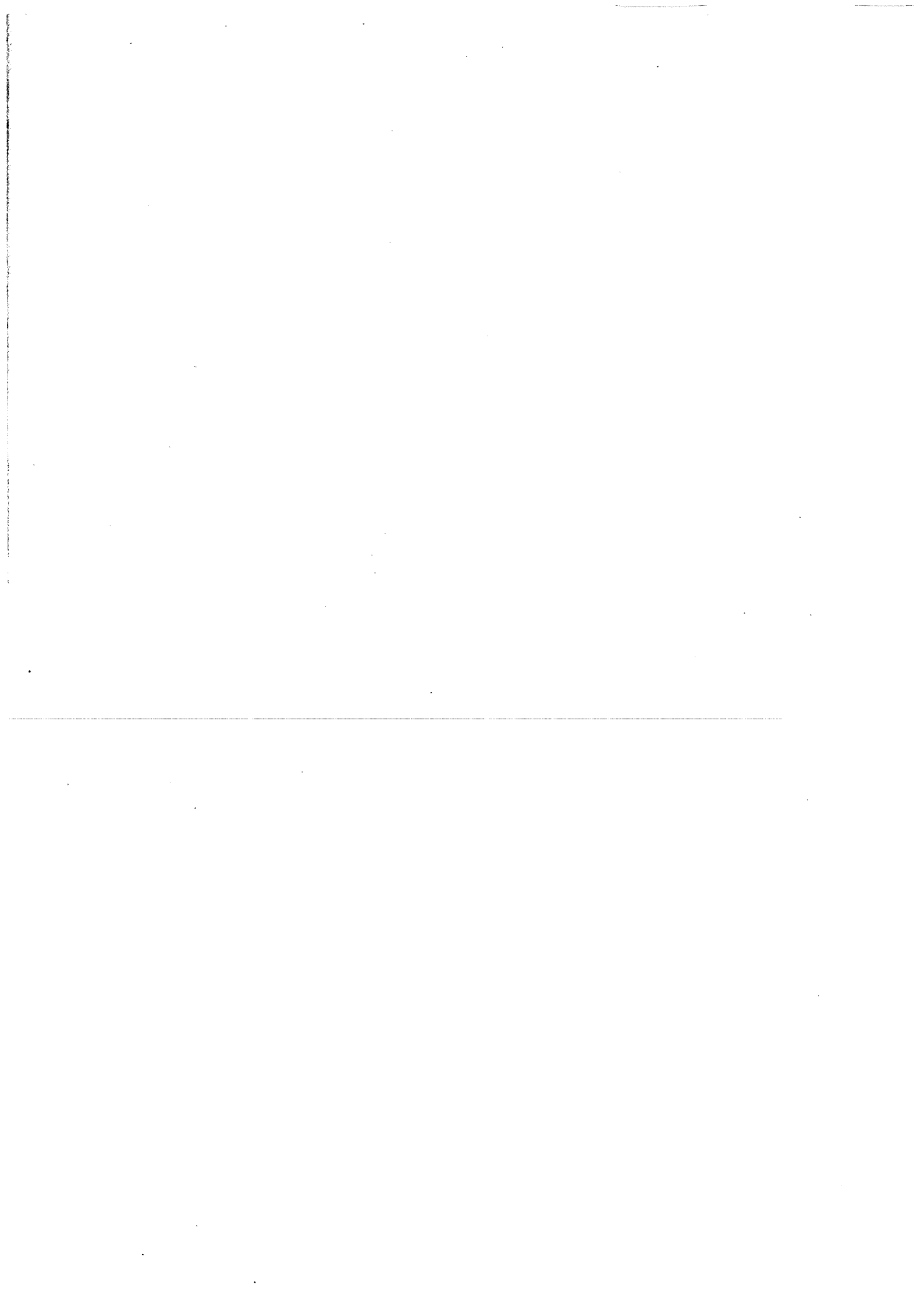
Projeto – Apoio à Integração do Excepcional.

Projeto – Apoio Técnico e Financeiro à Educação Especial.

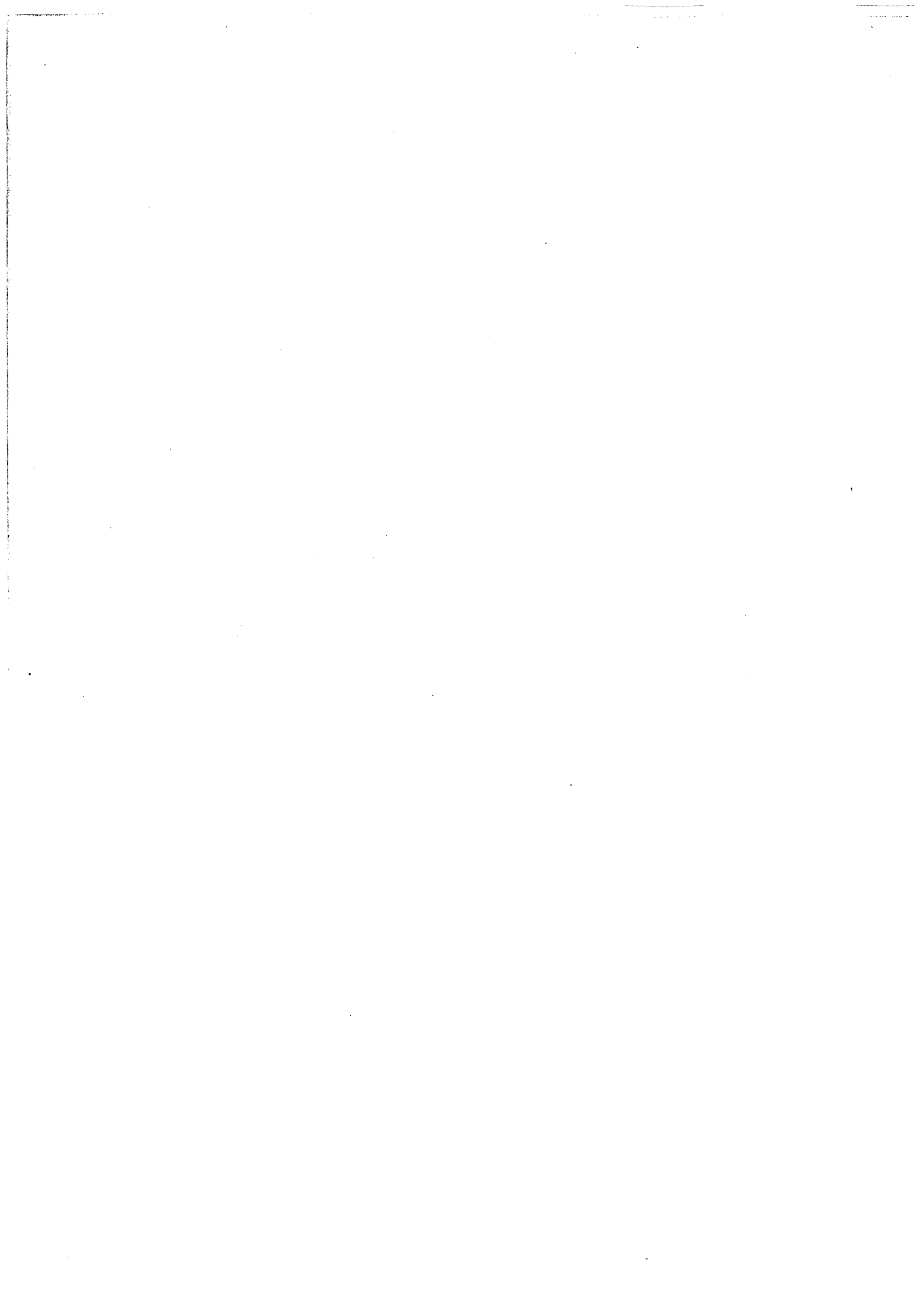
Programa VII – Apoio ao Sistema

Projeto – Modernização Administrativa

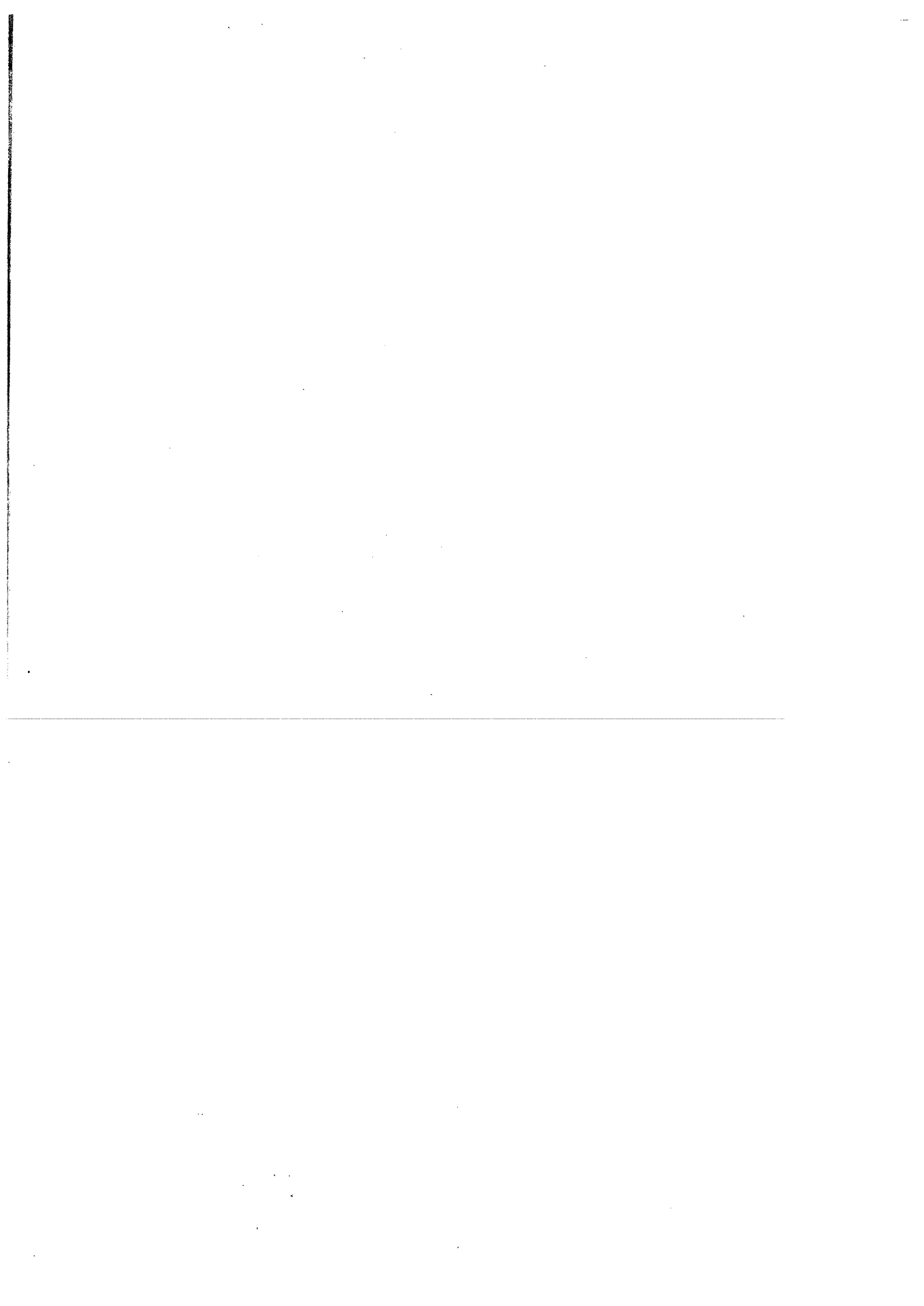
Projeto – Desenvolvimento de Recursos Humanos.



SETOR HABITAÇÃO E URBANISMO



SETOR HABITAÇÃO



DIAGNÓSTICO

Grande parte da população do Estado de Goiás carece de habitação que ofereça condições mínimas de moradia. O problema ocorre tanto na área urbana quanto na rural, com agravante para as famílias de baixa renda.

O incremento dos movimentos migratórios em direção à capital e cidades médias e a elevada taxa de crescimento vegetativo das populações pobres, aliadas às dificuldades crescentes da economia, deverão acentuar o déficit habitacional no Estado.

Recente pesquisa em 109 municípios demonstra uma demanda efetiva de 12.591 unidades habitacionais relacionadas às 27.581 famílias cadastradas. Neste resultado está excluída Goiânia — cujo levantamento sócio-econômico se encontra desativado há 5 anos.

Os atuais problemas habitacionais do Estado necessitam de ações que visem a redução do déficit de moradias e melhorias de suas condições, principalmente em relação às famílias de baixa renda.

OBJETIVOS

GERAL:

— Promover a valorização das famílias de baixa renda, através de programas que atendam a essa parcela da população e que concorram para a dinamização da economia como um todo.

ESPECÍFICOS:

- melhorar o padrão habitacional, através da eliminação das sub-habitações e da insalubridade dos aglomerados marginais e favelados;
- ampliar a oferta de habitação e reduzir o seu custo;
- incentivar a mão-de-obra participativa, visando a diminuição do valor do financiamento da casa própria.

ESTRATÉGIAS

- Mobilização das Prefeituras, particularmente dos municípios onde se constatou expressivo déficit habitacional;
- Seleção de áreas disponíveis dos Municípios que apresentem condições ideais para a implantação dos projetos;
- Elaboração e encaminhamento dos projetos ao Banco Nacional da Habitação (BNH), visando sua concretização;
- Desenvolvimento de projetos alternativos de custos mais baixos relacionados à erradicação de sub-habitações, urbanização de lotes e unidades embriões, entre outros.

PROGRAMAS E PROJETOS

I – PROGRAMA AQUISIÇÃO DE TERRENOS

OBJETIVO: adquirir terrenos destinados à construção de conjuntos habitacionais.

II – PROGRAMA PEQUENOS CONJUNTOS

OBJETIVO: regulamentar a concessão de créditos à implantação de pequenos conjuntos habitacionais vinculados ao PLANHAP (Plano Nacional de Habitação Popular).

III – PROGRAMA FICAM – (Financiamento de Construção, Aquisição ou Melhoria)

OBJETIVO: regulamentar o Financiamento de Construção, Aquisição ou Melhoria de habitação de interesse social.

IV – PROMORAR

OBJETIVO: promover a erradicação de sub-habitações e a urbanização de favelas.

V – PLANHAP

OBJETIVO: estabelecer condições gerais para as operações de empréstimos, repasses e financiamentos.

VI – PROSINDI

OBJETIVO: aprovar condições gerais para aquisição de habitação do trabalhador sindicalizado de baixa renda.

VII – PROHEMP

OBJETIVO: estabelecer condições gerais para as operações no âmbito do Programa Habitacional Empresa.

VIII – PROGRAMA NACIONAL DE AUTOCONSTRUÇÃO – PROJETO JOÃO DE BARRO

OBJETIVO: estimular as iniciativas que visem beneficiar comunidades de baixa renda, interessadas em participar de projetos habitacionais, que utilizem processos de autoconstrução.

PROGRAMA ESPECIAL MUTIRÃO DA MORADIA

OBJETIVOS:

GERAIS:

- Atender, como prioridade máxima, a população de baixa renda do interior do Estado em suas necessidades básicas através da ação integrada das comunidades envolvidas e da administração pública;
- Garantir uma ação abrangente e coordenada do setor público com as comunidades visando o desenvolvimento social.

ESPECÍFICOS:

- Atender as necessidades de habitação da população situada na faixa de renda de até 3 salários mínimos regionais;
- Implementar projetos, a custos reduzidos, para absorção de mão-de-obra;
- Dotar de infra-estrutura social, para atendimento nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, organização comunitária, nutrição, abastecimento e melhorias urbanas, os municípios selecionados.

PROJETOS

- Projeto de Auto-Construção.



SETOR URBANISMO



URBANISMO

DIAGNÓSTICO

Em Goiás o modelo de urbanização repete o usual do país, ou seja, forte concentração populacional na Capital e em alguns centros urbanos, sendo que nos demais, a densidade apresenta-se baixa. Apenas 5 cidades (Goiânia, Anápolis, Rio Verde, Itumbiara e Luziânia) concentravam, em 1980, mais de 40% da população urbana do Estado. Essa concentração resulta, principalmente, do processo migratório oriundo, tanto das pequenas cidades, quanto da zona rural, em decorrência do modelo econômico vigente. Verifica-se uma defasagem entre o crescimento físico da cidade e os equipamentos necessários ao atendimento da população, ou seja, saneamento básico, escolas, hospitais, iluminação, telefone e lazer, dentre outros. Agravando esta situação aparecem ainda problemas relacionados ao pouco dinamismo do setor econômico que resulta na baixa oferta de emprego, gerando, em última instância, crises sociais.

A estrutura administrativa das cidades apresenta-se incapaz de atender à crescente demanda social, uma vez que não dispõe de recursos financeiros suficientes face ao precário sistema tributário nacional, ficando na dependência de recursos federal e estadual para o cumprimento de suas atribuições.

Em face de sua precariedade, a maioria dos centros urbanos do Estado de Goiás não cumpre devidamente todas as funções de uma cidade, exercendo sua influência num espaço restrito. A exceção fica por conta de Goiânia e Anápolis, cuja área de influência abrange todo o Estado em decorrência do maior número e melhor qualidade de suas funções urbanas — comercial, administrativa, de saúde, de educação, industrial, de serviços etc.

Os problemas urbanos do Estado de Goiás, podem ser analisados em 3 níveis. O primeiro se relaciona com a tendência de Metropolização na área do Entorno do Distrito Federal e no Aglomerado Urbano de Goiânia; o segundo, se relaciona com as cidades de médio porte e, o terceiro, com os centros menores. Cada nível exige programas e projetos específicos em decorrência de suas diferentes realidades.

OBJETIVOS:

GERAIS:

- Conhecer as desigualdades existentes na distribuição espacial e de renda da população, com vistas a amenizar as disparidades inter-regionais e propiciar o desenvolvimento harmônico da rede urbana do Estado;
- Ampliar o conhecimento sobre a rede urbana do Estado, com a finalidade de tornar mais eficiente a ação municipalista do Governo.

ESPECÍFICOS

- Dotar as Prefeituras de instrumentos adequados ao efetivo controle institucional da expansão e uso do solo urbano;
- Instrumentalizar as Prefeituras com mecanismos administrativos e informações técnicas básicas que possibilitem melhor desempenho na área de planejamento e arrecadação de tributos municipais;
- Conhecer e recuperar o patrimônio histórico cultural goiano dentro da perspectiva de vinculação ao desenvolvimento urbano e regional.

ESTRATÉGIAS

- Integração da SEPLAN-GO, INDUR e Prefeituras visando a otimização dos esforços da administração estadual no atendimento das reivindicações municipais;
- Melhor articulação dos órgãos setoriais na elaboração e implantação dos programas especiais do governo.

PROGRAMAS E PROJETOS

I – PROGRAMA DE ESTUDOS DE ADEQUAÇÃO URBANA PARA CIDADES DE PEQUENO E MÉDIO PORTE

OBJETIVO: dotar as Prefeituras de instrumentos básicos capazes de propiciar um desenvolvimento urbano ordenado.

PROJETOS:

- Plano de Reestruturação do Espaço Urbano de Luziânia;
- Plano de Ação Urbana e Municipal de Abadiânia;
- Atualização do Plano de Zoneamento Urbano de Anápolis;
- Estudo do Entorno do Distrito Federal;
- Estudo de Parcelamento do Solo para Cidades de Interesse Especial (cidades históricas e de recursos paisagísticos);
- Projeto de Desenvolvimento Integrado de Porangatu – PRODIMPO.

II – PROGRAMA DE CADASTRO TÉCNICO MUNICIPAL

OBJETIVO: propiciar às Prefeituras o acesso as informações relativas a imóveis, contribuintes, população urbana e forma de ocupação do espaço com vistas ao planejamento, controle urbanístico e do uso do solo, implantação de serviços urbanos e arrecadação municipal.

PROJETOS:

- Cadastro Técnico Municipal de Aruanã;

- Cadastro Técnico Municipal de Uruaçu;
- Cadastro Técnico Municipal de Nova Glória;
- Cadastro Técnico Municipal de Porangatu;
- Cadastro Técnico Municipal de Itajá;
- Cadastro Técnico Municipal de Itapaci;
- Cadastro Técnico Municipal de Paranã.

PROJETOS ESPECÍFICOS

I — PROJETOS DE ARQUITETURA E URBANISMO

OBJETIVO: elaborar projetos específicos conforme solicitação das Prefeituras.

SUB-PROJETOS:

- Urbanização da via de acesso à cidade de Jussara;
- Reforma da Prefeitura de Hidrolina;
- Urbanização das Quadras 90 e 91 e projeto da Prefeitura de Santa Rita do Araguaia;
- Projeto de Lanchonete e Urbanização da praça da Igreja de Riánópolis;
- Urbanização de dois Clubes Municipais de Silvânia;
- Urbanização do Lago de Porangatu;
- Urbanização da Praça principal de São Domingos;
- Urbanização do Núcleo Distrital de Forte (São João D'Aliança);
- Projeto do Clube Municipal de Rio Verde.

II — PROJETO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL DO ESTADO DE GOIÁS

OBJETIVO: resgatar e revitalizar o patrimônio ambiental histórico e cultural goiano dentro da perspectiva de vinculação ao desenvolvimento urbano e regional.

III — PROJETO ESPECIAL CIDADES DE PORTE MÉDIO — SUBPROJETO AGLOMERADO URBANO DE GOIÂNIA

OBJETIVO: estimular a desconcentração das atividades econômicas e da população, criar novas oportunidades de emprego e reduzir as disparidades de renda.

IV — PLANO DIRETOR DE TRANSPORTE URBANO

OBJETIVO: equacionar os problemas do sistema de transporte urbano da AGLURB, quantificar as demandas de viagens e suas principais características, traçar o perfil dos usuários deste sistema e orientar seu planejamento.

V – PROJETO PARA ELABORAÇÃO DE METODOLOGIA PARA UMA POLÍTICA URBANA EM GOIÁS

OBJETIVO: realizar estudos para o entendimento da dinâmica do processo de urbanização com vista a fornecer ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU) subsídios à fixação de parâmetros para o estabelecimento de uma política de desenvolvimento urbano a nível nacional.

VI – PROJETO POVOADO DO FORTE

OBJETIVO: dotar o povoado de infra-estrutura mínima e de meios de transformação, no local, de produtos agrícolas.

VII – PROJETO DE CALÇAMENTO COM PEDRAS IRREGULARES DA CIDADE DE GOIÁS

OBJETIVO: repassar recursos, orientar e acompanhar os trabalhos de calçamento.

VIII – PROJETO CARTOGRAFIA E PESQUISA

OBJETIVO: confeccionar e imprimir mapas e planejar e executar pesquisas sócio-econômicas.

SUB-PROJETOS

MAPAS:

- Mapa político – rodoviário do Estado de Goiás escala 1:1.000.000
- Planta Urbana de Aparecida de Goiânia – escala 1:5.000

PESQUISAS:

- Posseiro Urbano de Goiânia;
- Caracterização das Famílias de Baixa Renda em Goiânia;
- Caracterização do Setor Informal da Economia no Aglomerado Urbano de Goiânia;
- Conjunto de Pesquisas de Tráfego e de Usuários de Transporte Coletivo no Aglomerado Urbano de Goiânia;
- Manutenção e Modernização do Sistema de Informações Municipais (dados básicos dos municípios goianos);
- Estruturação do Cadastro de Trabalhos Cartográficos do Estado de Goiás.

SETOR ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL

DIAGNÓSTICO

Em Goiás, a problemática da população carente tem sido analisada buscando-se explicações e soluções. Sabe-se que as causas da situação de marginalidade da população são de natureza estrutural. O problema desse segmento da sociedade tem se tornado mais grave na Capital e principais cidades. Essa situação de marginalidade é exteriorizada pelo desemprego, subemprego, precariedade das moradias, problemas comportamentais agressivos, desestruturação familiar, menores abandonados, infratores e prostituição, entre outros, que vêm exigir medidas atenuantes e que concorram para a melhoria da qualidade de vida. Sendo assim, o poder público, aliado à comunidade carente, deve buscar soluções no sentido de minorar as precárias condições dessa população.

O trabalho participativo, envolvendo as comunidades interessadas, é um caminho na busca de alternativas para problemas comuns. É dessa população carente que deve partir as ações, no sentido de reivindicar, das autoridades, aquilo que lhe é de direito, assim como concretizar aspirações com a participação da própria comunidade. A organização dessa parcela da sociedade é fator decisivo para tornar as ações mais concretas, uma vez que as reivindicações devem ser alcançadas não a nível individual, mas coletivo. Daí, a necessidade de um trabalho de conscientização com esse segmento social para uma participação voluntária e efetiva e o envolvimento de todos os órgãos vinculados à problemática em questão.

OBJETIVOS

GERAL

Subsidiar a política social do Governo do Estado, mediante a ordenação de ações voltadas para os aspectos da melhoria da qualidade de vida da população, propiciando às comunidades estímulo real à participação no desenvolvimento sócio-econômico, cultural e político de Goiás. A sua ação extrapola as medidas de valor assistencial, compreendendo aspectos preventivos e motivacionais que fornecem à comunidade, condições iniciais para o seu auto-desenvolvimento social.

ESPECÍFICOS

- Estimular a participação social de grupos, comunidades e populações, como condição para o desenvolvimento sócio-econômico, cultural e político;

- Incrementar ações desencadeadoras e articuladoras de iniciativas, esforços e recursos de toda ordem, na esfera do Governo, das comunidades e das instituições, tendo em vista o desenvolvimento comunitário integrado;
- Mobilizar, engajar e capacitar recursos humanos da própria comunidade, visando sua participação solidária em programas comunitários;
- Realizar observações sistemática e assistemática da realidade social, que permitam detectar a problemática específica de cada região do Estado e que ensejem respostas adequadas, eficazes e desejadas, traduzidas em ação programática;
- Prestar atendimento social diretamente a indivíduos com problema de ausência ou insuficiência de renda e indiretamente a populações carentes;
- Desenvolver ações que possam promover o artesão, preservar os valores culturais e desenvolver o artesanato;
- Promover a melhoria das condições de habitação das populações marginalizadas;
- Desenvolver ações específicas, no sentido de beneficiar o menor abandonado, carente ou infrator.

ESTRATÉGIA

No sentido de minimizar a problemática da desagregação social em que vivem as populações de média e baixa renda, tem-se procurado, através da conjugação de esforços dos Organismos Públicos e Entidades Particulares, propiciar a estas populações todo um conjunto de atividades e serviços que visem a melhoria de suas condições de vida.

Os órgãos responsáveis pelo Trabalho Social, ao planejar suas políticas de Desenvolvimento de Comunidades no Estado de Goiás, propõem a sistematização de ações voltadas para a organização social, procurando, mediante a utilização de instrumental técnico adequado, atingir os objetivos e metas propostas.

Para tanto, torna-se necessário o delineamento de um processo metodológico que irá subsidiar a concretização deste Plano de Trabalho:

- Conhecimento da realidade através de observações sistemática e assistemática tendo como base a seleção de prioridades;
- Integração com Órgãos e Entidades que atuam na área social, procurando evitar o paralelismo de atividade e pulverização dos recursos;
- Aperfeiçoamento dos mecanismos de prestação de serviços, tendo como objetivo fim o Desenvolvimento de Comunidade e Assistência Social;
- Obtenção dos recursos necessários;
- A definição de passos metodológicos condizentes com cada realidade, levando-se em consideração as experiências e valores da po-

- pulação — meta, procurando assim, oportunizar às mesmas análise e apresentação de alternativas para soluções de seus problemas;
- O sistema de acompanhamento e avaliação deverá permitir a aferição da eficácia, além dos parâmetros dos projetos em si, quanto às metas, objetivos, metodologia aplicada e previsões de recursos, tendo como elemento motriz o envolvimento das comunidades na busca de uma análise coletiva dos problemas e, conseqüentemente, a apresentação de alternativas e a retroalimentação dos projetos.

PROGRAMAS E PROJETOS

I — FUNDAÇÃO LEGIONÁRIAS DO BEM-ESTAR SOCIAL

Para melhor entendimento e alcance da Política Social, os projetos foram agrupados em dois programas a saber:

- 1 -- Programa de Desenvolvimento de Comunidade:
 - Projeto Creche
 - Projeto Abrigo para Idosos
 - Projeto Hortas para Todos
 - Projeto Centros Comunitários
 - Projeto Centro de Iniciação Profissional do Menor
 - Projeto Apoio à Vila Mutirão
 - Projeto Artesanato* (1)
 - Projeto Apoio às Primeiras Damas do Estado de Goiás
 - Projeto Casa da Farinha e do Açúcar Mascavo
 - Projeto Sericicultura
 - Projeto Lavanderias Públicas
- 2 -- Programa de Assistência Social:
 - Projeto Campanhas, Promoções e Atendimentos Especiais
 - Projeto Assistência Social em Geral
 - Projeto Cultura e Lazer
 - Projeto Banco do Material Usado

*(1) À nível de coordenação e supervisão.

II — SECRETARIA DO TRABALHO E DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL

- 1 — Programa Assistencial:
 - Projeto Assistência aos Servidores Carentes da Secretaria do Trabalho e do Desenvolvimento Social
 - Projeto Combate à Mendicância
 - Projeto Manutenção da Casa do Interior de Goiás
 - Projeto Assistência a Idosos e Deficientes
 - Projeto Assistência ao Migrante Carente
 - Projeto Apoio Financeiro a Instituições Sociais
 - Projeto Construção de Albergue

- 2 – Programa Promocional:
 - Projeto Escolas Fazendas
 - Projeto Qualificação de Mão-de-Obra
 - Projeto Fomento à Indústria Caseira e Grupos de Produção
 - Projeto Melhoria de Unidades Habitacionais
 - Projeto Implementação do Desenvolvimento de Comunidades nos CSUs e Centros Comunitários
 - Projeto Implementação de Núcleos Regionais de Artesanato*(2)
 - Projeto de Assistência a Sindicatos de Trabalhadores

* (2) À nível de execução

III – FUNDAÇÃO ESTADUAL DO BEM-ESTAR DO MENOR

- 1 – Programa de Atendimento ao Menor:
 - Projeto Atendimento ao Menor Infrator
 - Projeto de Atendimento ao Menor Carente
 - Projeto de Atendimento à 1a. Infância
 - Projeto de Educação pelo Trabalho
 - Projeto Integrado de Atendimento ao Menor e Família
- 2 – Programa Ação Comunitária:
 - Projeto de Ação Comunitária
- 3 – Programa de Apoio a Família:
 - Projeto de Apoio Familiar

SETOR DEFESA E SEGURANÇA PÚBLICA



DIAGNÓSTICO:

O aumento da criminalidade vem se intensificando nos últimos anos. Isto tem gerado preocupações por parte dos órgãos responsáveis pela Segurança Pública, tanto no que se refere aos crimes dos pobres quanto aos dos poderosos.

Inúmeras propostas têm-se aventado como solução aos problemas advindos com o incremento da criminalidade. Sabe-se que a solução se relaciona mais às mudanças estruturais da sociedade do que às medidas repressivas. Entretanto, estas medidas devem também ser adotadas, uma vez que a certeza da impunidade, assim como a morosidade nos processos de julgamento são incentivos ao aumento das ações contra a sociedade.

O quadro a seguir demonstra uma evolução do incremento da criminalidade no Estado de Goiás no período de 1978 a 1983. Sabe-se que os dados reais são mais graves, uma vez que muitas ocorrências não são informadas ou registradas.

INCREMENTO DE CRIMINALIDADE EM GOIÁS – 1978/1983

TIPOS PENAIIS	1978	1979	1980	1981	1982	1983
Estelionato	304	315	681	785	1.349	1.758
Furto (+ tentativa)	7.984	10.666	11.804	14.210	13.892	18.831
Roubo (+ tentativa)	575	901	1.399	1.915	1.999	2.218
Ameaça	753	1.052	1.246	1.347	1.838	2.626
Direção perigosa	101	202	192	238	159	300
Homicídio (+ tentativa)	994	1.201	1.794	1.728	2.180	2.459
Lesões corporais	3.144	3.169	3.482	5.912	7.656	9.051
Porte ilegal de arma	232	338	358	339	395	722
Vadiagem	422	305	588	554	668	1.153
Vias de fato	433	192	193	210	293	418
Danos em veículo	1.318	1.808	2.245	2.406	2.925	4.885

FONTE: Secretaria de Segurança Pública – GO – 1984

O Sistema de Segurança Pública, para um melhor cumprimento das suas atribuições, necessita agilizar suas atividades. Para isso, é imperativo uma adequação na estrutura física e organizacional dos diversos setores envolvidos, uma atuação integrada do Sistema, assim como a qualificação do pessoal.

Integram o Sistema de Segurança Pública do Estado de Goiás os seguintes Órgãos: Polícia Civil, Polícia Militar, Departamento Estadual de Trânsito, Centro Penitenciário de Atividades Industriais de Goiás e Defesa Civil.

OBJETIVOS:

GERAIS:

- Executar atividades de polícia administrativa ou preventiva, mediante ação de presença nas ruas e logradouros públicos, nas praças de esporte em geral e demais recintos acessíveis ao público, onde seja possível a verificação de infrações penais;
- Executar atividades de polícia judiciária ou repressiva, mediante realização de atos destinados à apuração das infrações penais e de sua autoria, bem como pela promoção de atos processuais próprios previstos em lei;
- Executar atividades de guarda e vigilância, externa e internamente, dos presídios e cadeias públicas, de modo a assegurar as execuções penais decretadas pelo Poder Judiciário;
- Assegurar as condições de defesa civil, mediante mobilização das comunidades municipais do Estado e criação de coordenadorias locais para as ações de integração e informação;

ESPECÍFICOS:

- Melhorar e ampliar a estrutura física dos diversos órgãos que compõem o Sistema de Segurança Pública, com vistas a um melhor desempenho de suas atribuições;
- Equipar adequadamente os diferentes setores no que se refere à frota de veículos, sistema de comunicação e armamento;
- Implantar o Serviço de Processamento de Dados;
- Desenvolver uma política de pessoal compatível com a atividade desempenhada;
- Intensificar as campanhas educativas.

ESTRATÉGIAS:

- Programação e aplicação racional do orçamento público e reivindicação de recursos da SUDENE e da SUDECO para implantação de programas;
- Capacitação do pessoal através de treinamento, cursos e estágios;
- Promoção de campanhas de educação de trânsito e defesa civil.

PROGRAMAS E PROJETOS

POLÍCIA CIVIL

I – PROGRAMA CONSTRUÇÃO E REFORMAS

OBJETIVOS: melhorar e ampliar a estrutura física das unidades de responsabilidade da Polícia Civil.

PROJETOS:

- Construção e/ou Aquisição de Prédios para instalação de Distritos Policiais em Goiânia e Anápolis;
- Construção de Prédio para instalação do Instituto Médico Legal (IML);
- Construção do Prédio para a Academia de Polícia Civil;
- Construção e/ou Aquisição de Prédios para instalação de Delegacias Regionais de Polícia;
- Construção e/ou Aquisição de Prédios para instalação das Delegacias de Vigilância e Proteção de Menores;
- Construção e/ou Aquisição de Prédios para 30 Cadeias Públicas;
- Construção e/ou Aquisição de Prédios para instalação de Delegacias Municipais de Polícia;
- Reforma de Cadeias Públicas.

II – PROGRAMA TRANSPORTE

OBJETIVO: substituir e ou ampliar a frota de veículos.

PROJETOS:

- Aquisição de 154 veículos

III – PROGRAMA ARMAMENTO

OBJETIVO: adquirir armamento e material específico de modo a aumentar a capacidade operacional da Polícia Civil.

PROJETO:

- Aquisição de Armas.

IV – PROGRAMA TELECOMUNICAÇÕES

OBJETIVO: ampliar o Sistema de Comunicação com vistas a uma maior eficiência do Setor.

PROJETO:

- Aquisição de Aparelhos SSB e VHF.

V – PROGRAMA PROCESSAMENTO DE DADOS

OBJETIVO: implantar o sistema de processamento de dados, com vistas a melhor operacionalização dos serviços de identificação.

VI – PROGRAMA POLÍTICA DE PESSOAL

OBJETIVO: preencher, através de concurso público, as vagas existentes no setor.

PROJETO:

- Preenchimento de vagas

POLÍCIA MILITAR

I – PROGRAMA CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE PRÉDIOS

OBJETIVO: construir e ampliar instalações destinadas a abrigar unidades específicas do setor.

PROJETOS:

- Construção de Quartéis;
- Construção do Hospital Policial Militar e as dependências da DAL;
- Construção de prédio para Grupamento de Incêndio em Goiânia;
- Construção de Postos de Policiamento Rodoviário nas Rodovias Estaduais;
- Construção de Residências no interior;
- Construção de um Ginásio de Esportes no C.F.A.;
- Ampliação das instalações do C.F.A.

II – PROGRAMA IMPLANTAÇÃO E AMPLIAÇÃO DOS SISTEMAS DE COMUNICAÇÃO E TRANSPORTE

OBJETIVO: implantar e ampliar os Sistemas de Comunicação e Transporte, buscando a melhoria das ações do Setor.

PROJETOS:

- Implantação do Serviço de rádio-patrolha no interior;
- Ampliação da frota;
- Ampliação do Sistema de Comunicações da PM-GO.

III – PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE PROCESSAMENTO DE DADOS

OBJETIVO: implantar o sistema de processamento de dados, visando o controle operacional e o apoio logístico.

PROJETO:

- Implantação do Sistema de Processamento de Dados.

IV – PROGRAMA AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ARMAMENTOS

OBJETIVO: adquirir armamento e material específico, de modo a aumentar a capacidade operacional da PM-GO.

PROJETO:

- Compra de Armamento;
- Instalação de Oficina de Manutenção de Armamento.

V – PROGRAMA AUMENTO DO EFETIVO

OBJETIVO: elevar o efetivo da PM, com vistas a adequá-la ao crescimento populacional.

PROJETO:

- Aumento do efetivo do pessoal.

DEFESA CIVIL

I – PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DE COMISSÕES MUNICIPAIS DE DEFESA CIVIL

OBJETIVO: implantar Comissões Municipais de Defesa Civil, envolvendo a participação das lideranças e das comunidades.

PROJETOS:

- Implantação de Comissões Municipais de Defesa Civil;
- Campanhas Educativas.

CEPAIGO

I – PROGRAMA CONSTRUÇÃO E REFORMA

OBJETIVO: ampliar e aparelhar o CEPAIGO, com vistas a melhor adequação física para suas funções.

PROJETOS:

- Construção de Presídios;
- Construção do Hospital Penitenciário;
- Construção de Casas Residenciais extra-muro;
- Construção de Grupo Escolar intra-muros;
- Construção de Unidades de Produção;
- Reforma do Posto Avançado e da Colônia Penal;
- Asfaltamento da via que liga o CEPAIGO à BR-153.

DETRAN

I – PROGRAMA IMPLANTAÇÃO DO CONSELHO ESTADUAL DE TRÂNSITO (CETTRAN) E DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES

OBJETIVO: implantar o CETTRAN e a Junta Administrativa de Recursos de Infrações, com vistas a melhorar a atuação do órgão.

PROJETOS:

- CETTRAN;
- Junta Administrativa de Recursos de Infração

II – PROGRAMA CONVÊNIOS COM OUTROS ÓRGÃOS E CAMPANHAS EDUCATIVAS

OBJETIVO: celebrar convênios com outros órgãos, visando produzir ações conjuntas para maior segurança no trânsito urbano.

PROJETOS:

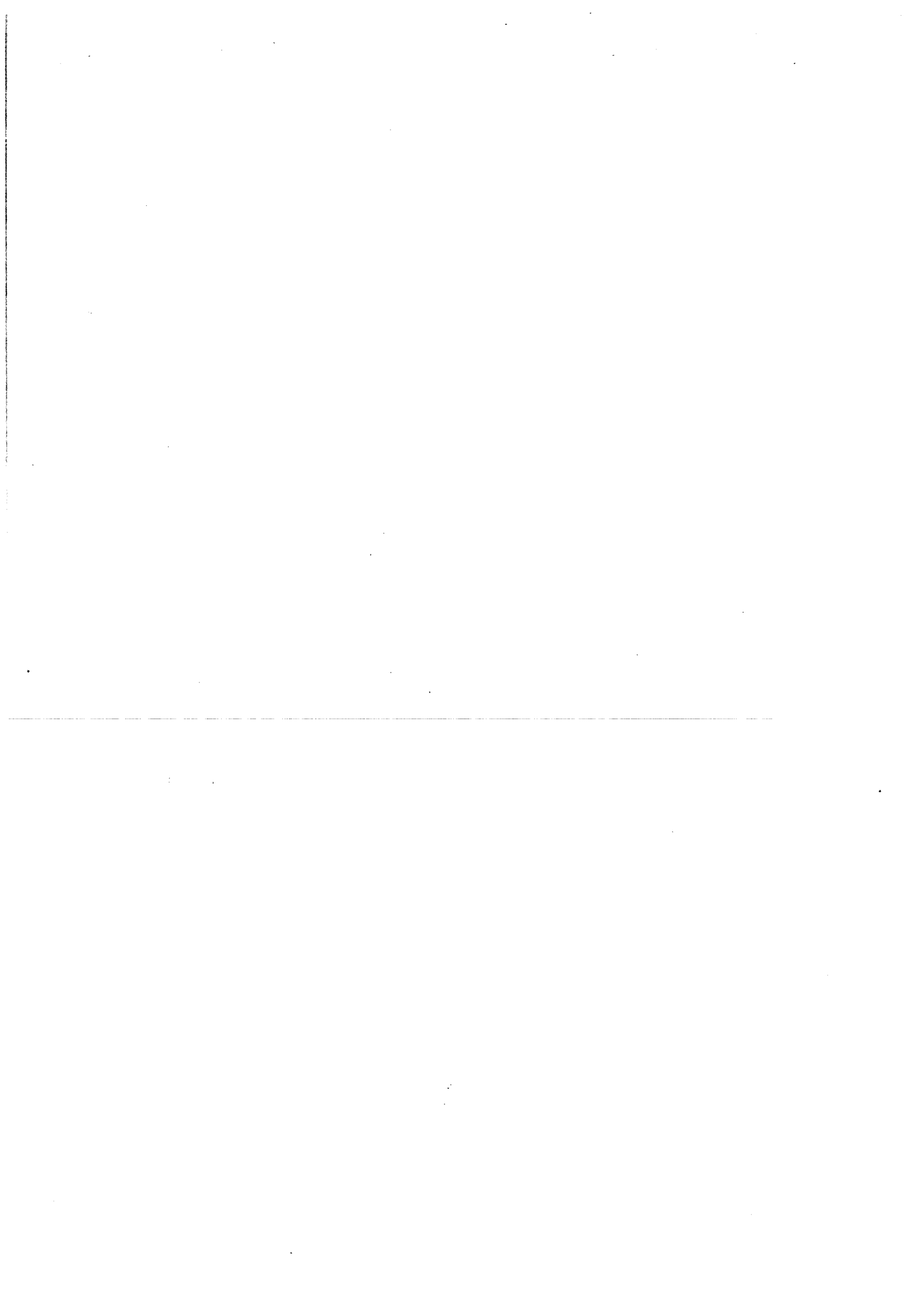
- Convênio com a Prefeitura Municipal de Goiânia;
- Convênio com a Polícia Militar do Estado de Goiás;
- Campanha Educativa de Trânsito:

III – PROGRAMA REESTRUTURAÇÃO ORGANIZACIONAL DO DETRAN

OBJETIVO: adequar a estrutura do órgão à realidade atual, visando melhor atendimento ao público e melhor desempenho interno.

PROJETOS:

- Implantação do Regimento Interno;
- Sistema de Atendimento Personalizado;
- Implantação do Serviço Médico e Psicotécnico do DETRAN;
- Reemplacamento Domiciliar;
- Política de Pessoal.



CULTURA E DESPORTO



DIAGNÓSTICO

O Setor de Cultura, no Estado de Goiás, se encontra em fase crítica de estrangulamento. Há falta de espaços físicos e de verbas para atividades culturais e artísticas. Grande parte das instituições ligadas à cultura funcionam precariamente em espaços cedidos por outros órgãos do Governo, alguns totalmente incompatíveis com as características e funcionamento das atividades neles instaladas.

O governo de Goiás, não conta com os equipamentos modernos requeridos para os programas e atividades necessários ao Setor. Não há estoque de livros técnicos e científicos para formação e complementação de Bibliotecas. Faltam peças artísticas para aumentar o acervo dos Museus e pessoal qualificado para execução de algumas atividades ligadas ao setor.

Compõe o Setor Cultural de S.C.D. do Estado de Goiás, as seguintes entidades: Instituto Goiano de Folclore, A Galeria de Artes "Frei Nazareno Confaloni", Orquestra Sinfônica do Estado de Goiás, Arquivo Histórico, Instituto Goiano de Arqueologia, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico, Bazar Cultural, Biblioteca Pública Estadual, Instituto Goiano do Livro, Teatro Goiânia.

O desporto apresenta problemas que vão desde a carência de técnicas especializadas e dirigentes desportivos, até a falta de dependências apropriadas à sua prática. Mas o maior problema enfrentado pelo desporto é a inércia que tomou conta de todos: autoridades, dirigentes, imprensa e, por extensão, o público.

Levantamentos apontam quatro pontos básicos responsáveis por essa situação: dependência financeira das Federações, falta de pessoal técnico qualificado, falta de massificação dos esportes especializados e inadequação da estrutura e funcionamento das federações esportivas às exigências do nível do esporte especializado na atualidade.

OBJETIVOS

GERAIS

- Planejar, coordenar, supervisionar e executar a política cultural em Goiás.
- Desenvolver ações no sentido de melhorar o desempenho do desporto goiano.

ESPECÍFICOS

- Preservar e manter os patrimônios históricos culturais e artísticos do Estado de Goiás.
- Estimular e apoiar a produção, pesquisa e difusão das artes no Estado de Goiás.
- Promover campanhas com vistas a disseminar o gosto pela leitura e o interesse pela cultura e artes junto à população.
- Promover programas de qualificação, treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

- Implantar política editorial no sentido de resolver o problema publicação – divulgação – distribuição do autor goiano.
- Promover a melhoria do desporto comunitário em Goiás
- Massificar e racionalizar a Iniciação Esportiva em Goiás.
- Melhorar a qualidade e quantidade da prática desportiva classista em Goiás.
- Ampliar a participação espontânea em eventos esportivos e de lazer.

ESTRATÉGIAS

- Criação de incentivos fiscais e outros que induzam os setores públicos e privado a apoiarem a preservação e manutenção dos patrimônios históricos, culturais e artísticos do Estado de Goiás.
- Criação de centros municipais de cultura em diversas regiões do Estado.
- Realização de cursos, seminários, estagios, com vistas à melhor qualificação técnica do pessoal da Secretaria de Cultura e Desporto.

PROGRAMAS E PROJETOS

SETOR DE CULTURA

I – Programa de Conservação do Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico

OBJETIVO: proteger e difundir bens do patrimônio histórico, artístico e arqueológico do Estado de Goiás.

PROJETOS:

- Arquivos Históricos Municipais
- Laboratório de Restauração para documentos, peças, monumentos, patrimônio histórico, artístico, arqueológico e museus em geral.
- Reparcelamento da Escola de Artes, Música e Dança "Veiga Valle", em Goiânia.

II – PROGRAMA DE DIFUSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA

OBJETIVO: promover e estimular a difusão da cultura e artes entre a população com vistas a despertar o potencial artístico goiano e incentivar o gosto pela cultura.

PROJETOS:

- Apoio ao Teatro Amador
- Mostra Global de Música em Goiás

- Curso Anual de Fotografias
- Salão Anual de Artes Plásticas
- Catálogo dos Artistas de Goiás
- Ativação da Galeria de Artes “Frei Nazareno Confaloni”
- Mapeamento do Artesanato Goiano
- Bandas de Música Infanto-Juvenil
- Corpo de Baile
- Orquestra Aberta
- Chá das Quintas
- Casa do Escritor
- Revista do Arquivo Histórico Estadual
- O Livro da Casa
- Museu Itinerante nas Escolas
- Bazar Cultural nas Escolas
- Arquivamento de tradições folclóricas e culturais
- Apoio a Festas Religiosas
- Calendário Cultural e Artístico do Estado de Goiás
- Caravanas de Cultura aos principais locais de temporada em Goiás

III – PROGRAMA DE CONTRIBUIÇÕES A ENTIDADES CULTURAIS E PESSOAIS

OBJETIVO: estimular a interiorização da cultura e artes no Estado de Goiás.

PROJETOS

- Bibliotecas Municipais
- Criação de Centros de Cultura
- Formação de Bandas de Música Municipais
- Documentação de Cidades Históricas

IV – PROGRAMA EDIÇÃO, AQUISIÇÃO E ESTÍMULO À PRODUÇÃO DE BENS CULTURAIS E ARTÍSTICOS

OBJETIVO: estimular a criação, produção e pesquisa das artes plásticas, da música, da arquitetura, da literatura, da fotografia, do cinema e das manifestações folclóricas do Estado de Goiás

PROJETOS

- Caiapó
- Cinema ao ar livre no Parque Mutirama
- Reedição de Obras Esgotadas
- A Escola vai ao Teatro
- Banco de Textos
- Pixinguinha
- Formação e Aperfeiçoamento de Recursos Humanos na Área Cultural
- Aumento do acervo Artístico-Cultural do Governo de Goiás.

V – PROGRAMA DE PROMOÇÃO, EXECUÇÃO E APOIO A ATIVIDADES CULTURAIS E ARTÍSTICAS

OBJETIVO: estimular as iniciativas experimentais voltadas à criação de bens culturais e artísticos.

PROJETOS

- Programação anual do Teatro Goiânia
- Recuperação do Teatro Goiânia e elaboração de seu regimento interno
- Cadastramento dos Grupos Teatrais do Estado de Goiás.
- Criação do Museu Estadual "Pedro Ludovico Teixeira".
- Reaparelhamento da Secretaria de Cultura e Desportos
- Casa da Cultura do Estado de Goiás
- Implantação do Sistema Eletrônico de Cadastramento de Entidades Culturais do Estado de Goiás.
- Criação da gravadora de discos e fitas de músicas inéditas
- Implantação do Sistema Eletrônico de Informações sobre Atividades Culturais e Artísticas no Estado de Goiás;
- Construção do Teatro Alternativo de Goiânia;
- Montagem do Museu de Mineralogia e Gemologia do Estado de Goiás;

VI – PROGRAMA DE COORDENAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS E DE APOIO

OBJETIVO: planejar, orientar, coordenar, executar e controlar as atividades de expediente geral, serviços auxiliares, finanças, pessoal, materiais, patrimônio e comunicações administrativas da Secretaria de Cultura e Desporto, na parte relativa à cultura.

PROJETOS:

- Coordenação dos Serviços Administrativos e de Apoio da Secretaria de Cultura e Desportos;
- Aplicação dos Recursos do Fundo Estadual de Cultura;
- Reestruturação das Fontes de Recursos Financeiros Permanentes do Fundo Estadual de Cultura;
- Treinamento e Aperfeiçoamento de Pessoal dos Quadros da Secretaria de Cultura e Desporto;
- Qualificação Técnica de Pessoal para a Secretaria de Cultura e Desporto;
- Reestruturação Organizacional da S. C. D.;
- Revisão da Legislação Estadual para o Setor Cultura.

VII – PROGRAMA ELABORAÇÃO DE PLANO DIRETOR DE CULTURA

OBJETIVO: elaborar o Plano Diretor de Cultura, com vistas a oferecer subsídios a futuras administrações.

SETOR DE DESPORTOS



I – PROGRAMA DESPORTO COMUNITÁRIO

OBJETIVO: melhorar o desempenho das Federações Esportivas Especializadas.

PROJETOS:

- Apoio Técnico-Financeiro e Administrativo às Federações, Ligas e Associações Esportivas.
- Apoio às promoções esportivas
- Programação Financeira.
- Acompanhamento e Avaliação das Ações das Federações;
- Promoção de Seminários e Similares;
- Incentivo à massificação esportiva;
- Incentivo ao surgimento de Entidades Esportivas.

II – PROGRAMA DESPORTO CLASSISTA

OBJETIVO: melhorar a qualidade e quantidade da prática desportiva classista em Goiás.

PROJETOS:

- Apoio técnico aos órgãos que promovem o desporto classista;
- Compatibilização dos Calendário do Sistema Desportivo Nacional;
- Incentivo à interiorização do Desporto Classista.

III – PROGRAMA DESENVOLVIMENTO DA INICIAÇÃO ESPORTIVA

OBJETIVO: massificar e racionalizar a iniciação esportiva em Goiás

PROJETOS:

- Apoio técnico-pedagógico e administrativo-financeiro à Iniciação Esportiva.
- Melhoria da qualidade do corpo docente que atua na Iniciação Esportiva.
- Canalização dos valores descobertos;
- Pesquisa, concursos, cursos, seminários e congressos;
- Interiorização da Iniciação Esportiva
- Convênios para fornecimento de merenda;
- Ampliação e manutenção das instalações e equipamentos.

IV – PROGRAMA ESPORTE POPULAR

OBJETIVO: ampliar a participação espontânea em eventos esportivos e de lazer.

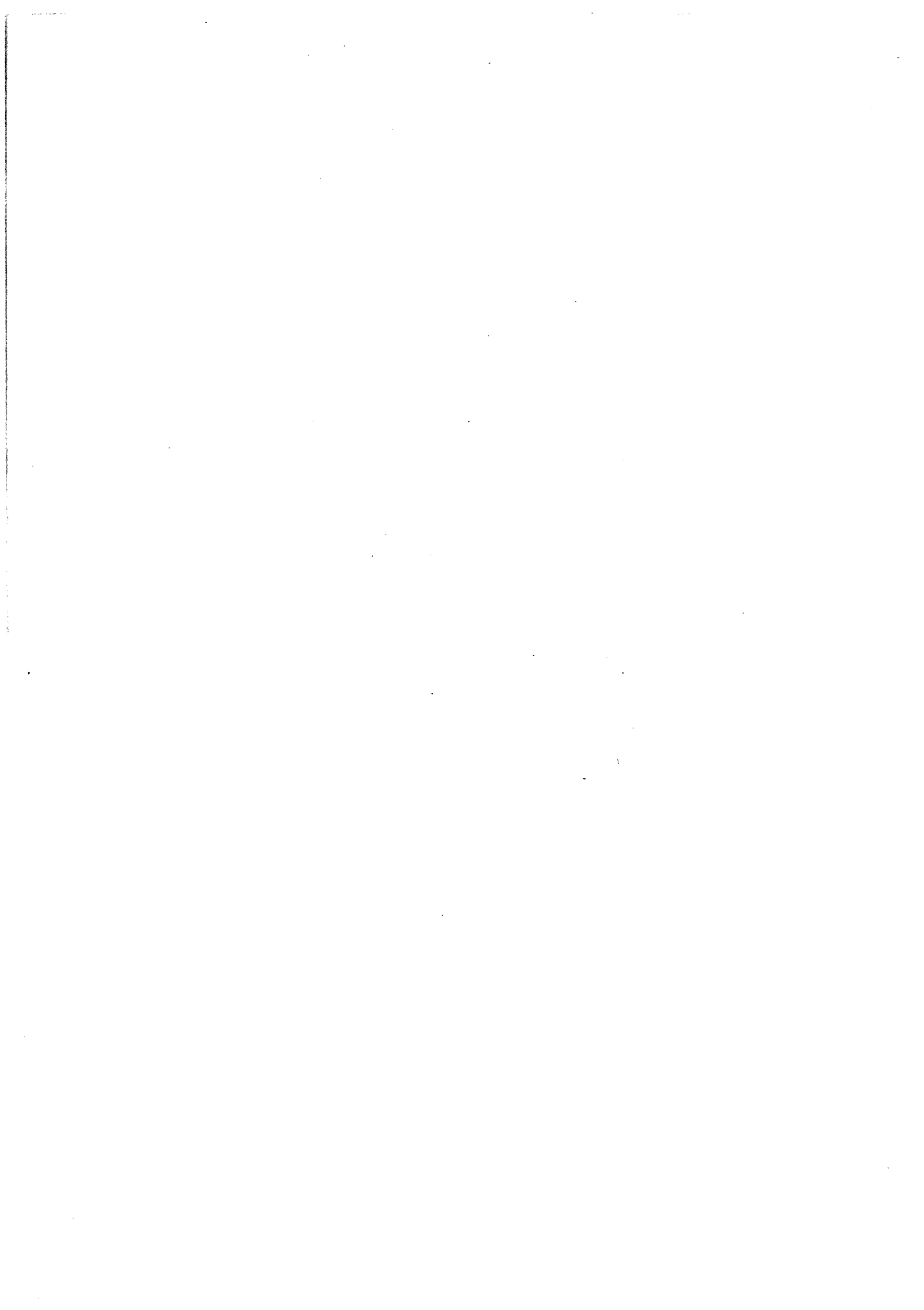
PROGRAMAS

- Promoção de Eventos de Esportes Populares

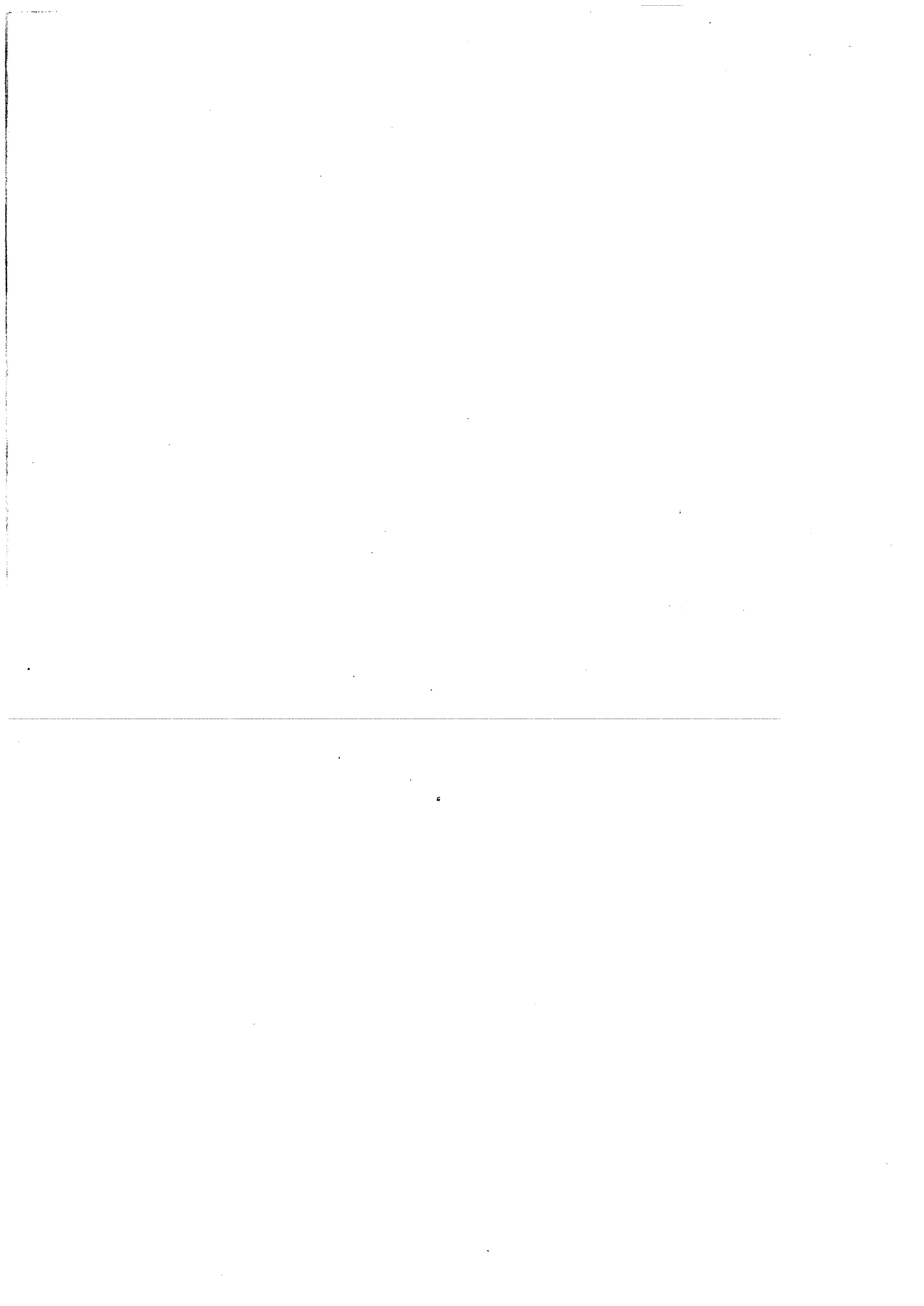
- Promoção de Concursos Populares;
- Infra-estrutura para assessoramento ao esporte informal;
- Convênios para atender comemorações tradicionais,
- Promoção de gincanas populares;
- Criação do Clube do Povo.

CAPÍTULO IV

**PROGRAMAS ESPECIAIS
MUTIRÃO DA TERRA
MUTIRÃO DA MORADIA
MUTIRÃO GOVERNO ITINERANTE
COMODATO
EMPRESAS COMUNITÁRIAS
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



MUTIRÃO DA TERRA



SUMÁRIO

- 1 – Apresentação**
 - 2 – Histórico**
 - 3 – Estratégias**
 - 4 – Objetivos**
 - 5 – Metas**
 - 6 – Linhas de Ação**
 - 7 – Ação Gerencial**
- Apêndice**



MUTIRÃO DA TERRA

I – APRESENTAÇÃO:

A questão fundiária no país e, particularmente, em Goiás constitui um sério problema que vem chamando a atenção das autoridades constituídas e que reconhecem a sua gravidade. O desemprego estrutural nas áreas urbanas, o subemprego, os baixos salários prevalentes no meio rural e a existência de grandes extensões de terras aproveitáveis não exploradas, têm levado ao questionamento do processo de desenvolvimento da agricultura e ao aguçamento da luta pela posse da terra, sobretudo nas áreas onde estas não estão devidamente regularizadas.

Diante desse quadro, o Governo de Goiás, sensibilizado e disposto a cumprir o que havia prometido durante sua campanha, resolveu dar um passo decisivo no sentido de amenizar o sofrimento daquelas famílias que foram expulsas do campo por variadas razões e que hoje encontram-se na cidade sem emprego, sem casa para morar, sem comida e sem esperança.

Foi aí então que surgiu a idéia do "Mutirão da Terra". Um programa que visa beneficiar famílias de trabalhadores sem terra e pequenos posseiros em todo o Estado. Para tal, o Governo está dotando de meios necessários o órgão que cuida de questões fundiárias em Goiás – IDAGO que, através de uma política global voltada para o problema, visa dar solução imediata e justa a essas questões.

Com o objetivo de agilizar os trabalhos de levantamento das terras devolutas disponíveis, uma Assessoria Especial foi criada, vinculada à Secretaria do Planejamento e Coordenação, encontrando-se atualmente trabalhando com todo empenho, em conjunto com os demais órgãos que direta ou indiretamente estão ligados ao assunto.

II – HISTÓRICO:

A questão da utilização da terra no Estado é caracterizada pela pouca exploração das áreas disponíveis dos estabelecimentos. Isto se deve, em grande parte, ao alto índice de concentração da propriedade da terra. Segundo dados fornecidos pelo IBGE, em 1980, nos extratos de áreas menores que 100ha situavam-se 54,3% do número total dos estabelecimentos, com uma área de apenas 6,6% do total do Estado. Nos extratos de 100 a 1.000ha encontravam-se 40,0% do número total de estabelecimentos, com

38,5% da área total. Nos extratos de 1.000 a 5.000ha encontravam-se 5,2% do total de estabelecimentos, com 32,6% da área total. E, por último, nos extratos acima de 5.000ha, encontravam-se 0,5% do total de estabelecimentos, com 22,3% da área total.

Analisando o quadro da evolução da questão fundiária em Goiás, constatamos que no período de 1940 a 1980 não houve alterações significativas. Apesar de algumas medidas adotadas, tais como o Imposto Territorial Rural e a nova Lei de Usucapião Especial, mesmo assim, pouco têm contribuído no sentido de induzir o aperfeiçoamento da distribuição fundiária. Por outro lado, a legislação de terras ainda é um grande problema em todo o país e acentuadamente em Goiás. Por isso, a morosidade na tramitação dos processos na justiça e os limitados recursos disponíveis, têm contribuído para lentidão dos trabalhos de discriminação e legalização de terras.

Tomando por base a área total do Estado que é de 64.203.600ha e deduzindo dessa as áreas: demarcadas de 24.702.245ha; por discriminar de 23.683,789ha; mais 6.836,022ha em discriminação, temos que ainda restam 8.981.544ha de terras sobre os quais o Estado ainda não se manifestou, talvez considerando tais zonas consolidadas.

De tudo isso deduz-se que a regularização fundiária no Estado deve ser ainda mais dinamizada, através da integração dos diversos órgãos do Estado. Esses esforços devem estender-se a uma esfera maior, atingindo o poder judiciário, proporcionando julgamento mais rápido das ações, beneficiando inúmeras famílias e, conseqüentemente, impulsionando o desenvolvimento do Estado.

Do início deste século até a década de setenta, Goiás se mostrava uma região com grande força de atração dos excedentes populacionais, passando de uma população de 255.284 habitantes em 1.900 para 2.941.107 habitantes em 1970. Desde então as altas taxas de crescimento populacionais verificadas começaram a declinar. Mais surpreendente ainda foi a perda de população em 80 municípios, estabilização em outros 82, e o declínio da população rural em 158, no período intercensitário 1970/1980, a despeito do Estado de Goiás se caracterizar por baixa densidade demográfica.

Enquanto em 1940, 82,8% da população residia no campo, em 1980, esta população já havia baixado para 37,8%. Estes dados indicam a incapacidade de Goiás continuar absorvendo contingentes populacionais de outras regiões do País e a tendência à aceleração das migrações campo-cidade, caso persista o atual processo de desenvolvimento da agricultura.

A inexpressividade das culturas perenes e o rápido crescimento da moto-mecanização têm contribuído para ampliar a sazonalidade do emprego na agricultura e aumentar o número de trabalhadores chamados "boias frias". Segundo dados do INCRA, Goiás apresenta a maior proporção de assalariados temporários em relação à mão-de-obra permanente no País, superando inclusive, Estados como Paraná, São Paulo e Rio Grande do Sul, onde predomina a agricultura modernizada.

Decorre de tudo isso um fluxo migratório intenso na direção campo-cidade, acarretando nos centros urbanos receptores dessa população uma sobrecarga dos equipamentos existentes, deteriorando cada vez mais as condições de vida já decadentes nos grandes centros.

Torna-se necessário, portanto, a adoção de uma política governamental ordenada, visando dar condições de retorno e fixação do homem no campo, uma vez tendo sido este marginalizado ao longo do tempo.

III -- ESTRATÉGIAS:

Diante tal situação, torna-se imprescindível a aplicação de mecanismos institucionais competentes e implementação de ações capazes de corrigir injustiças sociais contidas na legislação, na estrutura e nas práticas arraigadas no setor público. Isso implica na criação de instrumentos eficazes que possibilitem a participação da comunidade na formulação de políticas e no acompanhamento das ações governamentais. E, objetivando imprimir a ação ordenada tecnicamente, torna-se indispensável o reforço do sistema de Planejamento e Coordenação do Programa de modo a obter o melhor resultado possível dos recursos aplicados, bem como tornar mais ágil e eficiente a implementação das ações.

IV -- OBJETIVOS:

- minimizar o fluxo migratório, através de distribuição de títulos de terra para pequenos posseiros e trabalhadores rurais sem terra;
- fixar o homem no campo, ampliar a oferta de emprego, aumentar a renda das famílias mais carentes e elevar o nível de bem-estar, através do estímulo e apoio às iniciativas da própria comunidade;
- possibilitar ao pequeno produtor o acesso ao crédito e a melhoria de seus processos tecnológicos, através da difusão de conhecimentos práticos relativos às atividades voltadas para a nossa realidade, tornando mais rentáveis as atividades dos agricultores;
- facilitar o acesso à terra, através da regularização fundiária, e aos meios para a sua exploração, através da criação de linhas de crédito específico e da assistência técnica;
- dotar as agrovilas de infra-estrutura mínima necessária nos setores de educação, saúde e transportes;
- estimular a organização em associações formais e informais e em cooperativas.

V -- METAS:

- promover ações discriminatórias nos municípios onde forem constatadas irregularidades fundiárias;
- medir, demarcar e lotear as áreas levantadas;
- adquirir e/ou desapropriar áreas visando conter tensões sociais ou assentar trabalhadores sem terra.

VI -- LINHAS DE AÇÃO:

- 1 – Apoio Técnico.

Um Grupo Executivo, formado por técnicos oriundos de diversos órgãos estaduais, se encarregará de proporcionar o suporte técnico necessário à consecução das metas pretendidas. Assim, esse Grupo estará em constante sintonia com as reais aspirações do público-meta do Programa, possibilitando a promoção da assistência técnica e difusão de tecnologia agropecuária simplificada; criação e manutenção de postos de saúde; abastecimento de água e saneamento, criação e manutenção de escolas de 1o. grau; construção de armazéns para a conservação da produção; abertura e conservação de estradas vicinais; introdução e desenvolvimento de técnicas agroindustriais que possibilitem melhor aproveitamento dos produtos obtidos pela comunidade; implantação e manutenção de biodigestores; implantação de postos de revenda etc.

Os componentes do Grupo Executivo continuarão desempenhando suas atividades normais em seus respectivos órgãos, cumulativamente com a missão de se constituírem representantes diretos dos interesses do Programa junto aos órgãos aos quais estão vinculados.

A critério do responsável direto pelo Programa, esse Grupo Executivo será convocado semanalmente para uma reunião conjunta, onde discutirão as questões pertinentes ao Programa.

2 – Apoio Financeiro.

Com a finalidade de dotar o Programa de uma linha de crédito específica, o Governo determinou ao BEG e à CAIXEGO que fixem tais linhas, com vistas a financiar o custeio e outros investimentos, atendendo às necessidades do ciclo normal das lavouras incluindo desde o preparo do solo até a colheita. Dentre os principais ítems a serem contemplados pelos investimentos destacam-se: desmatamentos, destoca, conservação e correção do solo, construção e/ou reformas de cercas, casas, pequenas represas, aquisição de máquinas e equipamentos de tração animal, animais de trabalho e de criação etc.

VII – AÇÃO GERENCIAL:

Com o objetivo de assegurar o melhor desempenho possível na execução do programa, o processo decisório, além da participação da comunidade, será baseado em estudos, de modo a se obter o melhor retorno social e econômico dos investimentos. As ações setoriais estarão integradas através de um eficaz sistema de coordenação. O desenvolvimento gerencial deverá constituir-se numa atividade contínua, em todos os níveis da administração pública estadual.

Dessa forma, uma série de entidades encontram-se envolvidas no Programa de forma direta ou indireta. Destacam-se entre essas a Secretaria do Planejamento e Coordenação, a Secretaria da Agricultura, o IDAGO, a Secretaria da Educação, a Secretaria da Saúde e a Secretaria da Indústria e Comércio.

APÊNDICE

Situação Atual do Programa:

Desde a sua criação, no início do ano em curso, o Programa "Mutirão da Terra" tem desenvolvido uma série de atividades beneficiando de forma direta cerca de 1.532 famílias, através da entrega de títulos definitivos de terras em diversos municípios goianos, conforme pode ser visto no quadro anexo.

Mas a atuação do Programa não se encerra com a simples entrega do título. Talvez a responsabilidade se acentua mais na fase de assentamento dessas famílias beneficiadas, demandando uma assistência eficiente, de forma a assegurar a efetivação da ação sem paternalismo.

Assim, visa o Governo possibilitar a essas famílias a auto condução em condições seguras, capaz de proporcionar o retorno almejado que é o bem-estar social e econômico.

PROGRAMA MUTIRÃO DA TERRA
QUADRO DEMONSTRATIVO DOS MUNICÍPIOS BENEFICIADOS
PELO PROGRAMA EM 1984.

MUNICÍPIO	Família Beneficiadas	Área Distribuída (Ha)	Média por Família (Ha)
Augustinópolis	201	3.872,00	19,3
Pedro Afonso	290	8.708,00	30,0
Arraias (Combinado)	600	14.170,00	23,6
S. João D'Aliança (Forte)	71	1.200,00	16,9
S. João D'Aliança	106	3.855,00	34,4
S. L. de Montes Belos	12	24,20	2,0
Minaçu	125	9.565,00	76,5
Nova Veneza	40	9,68	26,4
Outros	87	2.300,00	26,5
T O T A L	1.532	43.703,90	28,5

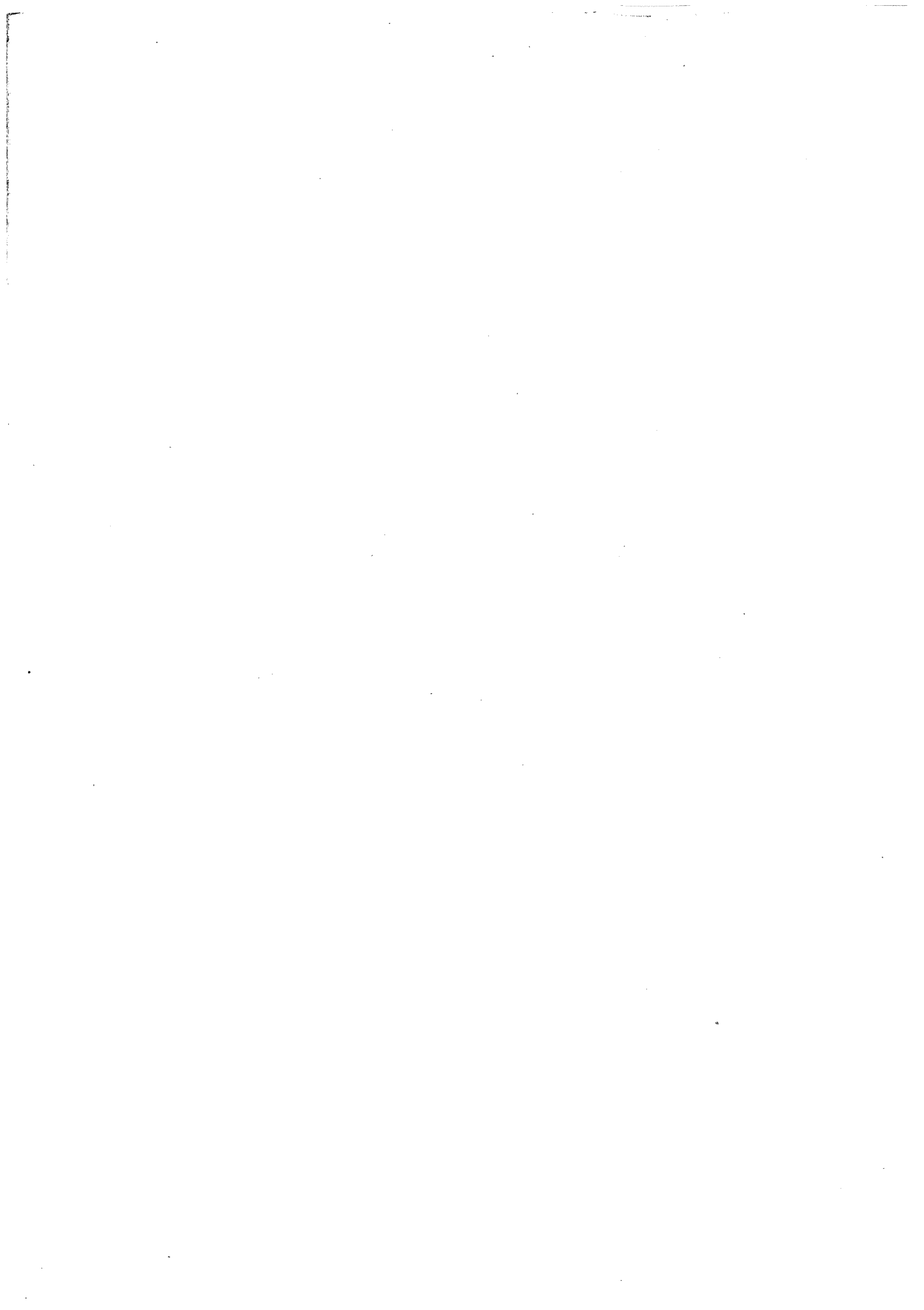
FONTE: Setor Agrícola - SEPLAN/GO.

MUTIRÃO DA MORADIA



– SUMÁRIO –

- 1 – LOCALIZAÇÃO
- 2 – OBJETIVO GERAL
 - 2.1 – Objetivos Específicos
- 3 – SITUAÇÃO SEM O PROGRAMA
- 4 – SITUAÇÃO COM O PROGRAMA
- 5 – METODOLOGIA
- 6 – EXECUÇÃO DO PROGRAMA
 - 6.1 – Órgão Interveniente
 - 6.2 – Forma
 - 6.3 – Característica da Execução
- 7 – METAS
- 8 - FASES
- 9 – FONTES DE RECURSOS



LOCALIZAÇÃO

Áreas do interior do Estado de Goiás onde o incremento demográfico se deu mais acentuadamente:

- A rodovia Belém-Brasília foi terminada na década de 1970/80, o que ocasionou, visto seu potencial de atração e polarização, as elevadas taxas de incremento populacional alcançadas pelos municípios ao longo do seu leito;
- As áreas de mineração constituem-se núcleos absorvedores de mão-de-obra, o que concorre para o adensamento demográfico dos municípios onde ocorre esse fenômeno;
- Os municípios situados no entorno do Distrito Federal tiveram taxas elevadas de crescimento. Estes municípios absorveram parte do contingente migratório de outras regiões com destino à Brasília e foram também influenciados pela área geo-econômica do Distrito Federal;
- A construção da ponte sobre o rio Tocantins, em Porto Nacional, teve grande importância para a região. Tornando mais fácil o acesso à Belém-Brasília, provocou as elevadas taxas de crescimento de municípios situados em suas proximidades;
- Nas áreas onde a produção agropecuária se intensificou, as taxas de incremento demográfico foram igualmente elevadas;
- No entorno de Goiânia, onde o crescimento demográfico tem se efetuado de uma forma altamente desequilibrada, evidenciando uma acentuada concentração populacional na Capital devido ao grande fluxo migratório.

OBJETIVO GERAL

O Programa visa atender, como prioridade máxima, a população de baixa renda do Estado de Goiás, em suas reivindicações ou necessidades básicas (habitação, emprego, educação, saúde etc), através da ação integrada das comunidades envolvidas (entidades de representação) e da administração pública. Essa medida deverá garantir uma ação abrangente, coordenada, dotando de um caráter mais flexível e autônomo as intervenções do setor público e o apoio deste ao desenvolvimento social, aliado à participação comunitária de forma organizada e democrática.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Atender a população situada na faixa de renda de até 3 (três) salários mínimos regionais, no setor de habitação;
- Implementar projetos a custos reduzidos, para absorção de mão-de-obra;
- Dotar os municípios selecionados de infra-estrutura social para atendimento nas áreas de educação, saúde, lazer, cultura, organização comunitária, nutrição/abastecimento e melhorias urbanas.

SITUAÇÃO SEM O PROGRAMA

A expansão demográfica no Estado de Goiás sofreu na última década transformações de vulto. Basicamente, ocorreu um grande esvaziamento da zona rural e concomitantemente incremento da população urbana.

Em 1970, 42,10% da população total do Estado habitava as cidades, enquanto que 57,90% permanecia no campo. Esta situação é invertida em 1980, quando se constatou que 67,17% da população já se encontrava instalada na zona urbana, restando somente 32,83% no campo.

Essa expansão, desacompanhada de igual evolução de suas atividades produtivas, resultou na formação de um segmento da população que, desvinculado daquelas atividades, se vê impossibilitado de adquirir ou manter satisfatórias condições habitacionais

Por outro lado, a estrutura fundiária urbana e de uso da terra é um fator de indução para que as famílias de baixa renda procurem as áreas periféricas para a sua fixação. Estes fatores, entre outros, contribuem para que as habitações sub-normais atinjam um nível elevado (representando uma queda dos padrões de vida), havendo indícios que este número vem se ampliando consideravelmente.

As condições habitacionais revelam-se desfavoráveis para grande parcela da população do Estado, podendo-se afirmar, no que concerne às condições de moradia em si e à extensão e qualidade dos serviços conexos, que as deficiências impedem o cumprimento das funções principais de um ambiente habitacional: abrigo, segurança e acessibilidade. Por outro lado, as soluções até agora propostas para o problema habitacional têm enfatizado o aspecto da oferta de casas, não considerando que o real valor da habitação consiste na qualidade de suas respostas à situação de vida do indivíduo na família e na comunidade local. A solução dos problemas habitacionais representa uma das condições básicas para a melhoria do bem-estar social, posto que determina, em grande parte, os níveis de saúde e da capacidade produtiva da comunidade.

SITUAÇÃO COM O PROGRAMA

Na tentativa de inverter essa situação, o Governo de Goiás começa a mobilizar a comunidade, buscando soluções mais humanas, viáveis e imediatas para minimizar os problemas sociais que comprometem as condições de vida da população de baixa renda, sendo que a questão da moradia aparece como um dos que mais afetam esses segmentos.

Assim foi realizada, em Goiânia, a experiência do Mutirão da Moradia, com a construção de 1.000 (mil) casas, num trabalho comunitário, participativo, do povo e do Governo. O sucesso do empreendimento e o nível de mobilização da comunidade levaram o Governo a propor a extensão dessa experiência a outras cidades do interior do Estado de Goiás.

A extensão das reivindicações populares não permite ao Poder Público soluções definitivas tornando-se necessário o estabelecimento de prioridades e estratégias que venham reduzir pouco a pouco as problemáticas

existentes. Neste sentido, a solução para o problema habitacional não aparece de forma isolada, mas sim, como estratégia para a mobilização popular uma vez que cada projeto aparece acompanhado de outras propostas em áreas diversificadas tais como emprego, saúde, educação, lazer e desenvolvimento de comunidade.

O Mutirão da Moradia é uma proposta de ação junto à população de baixa renda (0 a 3 SM) do interior do Estado de Goiás, pretendendo atingir, numa primeira etapa, 3.000 (três mil) unidades habitacionais e ainda, num segundo momento, mais 2.000 (duas mil) unidades habitacionais, mobilizando as Prefeituras dos municípios responsáveis pela cessão dos terrenos, o Estado, que contribuirá com os materiais e o apoio técnico e as próprias populações pela participação nos processos de auto-construção das moradias.

A continuidade dessa proposta será parcialmente garantida pela liberação de recursos provenientes do Banco Nacional da Habitação – BNH. O retorno dos recursos ao Banco está garantido pela captação dos recursos provenientes das amortizações pagas pelos beneficiários (10 a 15% do salário mínimo regional).

A casa própria é, para o habitante do interior, um dos elementos de sua fixação. Mas o Governo de Goiás pensa em estabelecer, paralelamente com o Mutirão da Moradia, outros elementos fixadores do homem no campo. Para isso tem prontos para implantação Projetos Especiais, geradores de emprego, através de micro unidades de produção, principalmente familiares, que aproveitem matérias primas locais. Neste caso, cada município desenvolverá projetos e/ou atividades com características próprias, de acordo com a realidade local, e que serão elaborados com a participação das lideranças de cada lugar.

Para realizar esse esforço na construção das unidades habitacionais, na interiorização de melhorias urbanas e na fixação do homem no interior, através do Mutirão da Moradia, o Governo de Goiás se propõe a obter recursos necessários para o atendimento de 5.000 (cinco mil) famílias de baixa renda (0 a 3 SM regionais), no interior do Estado, permitindo-lhes a melhoria das condições habitacionais, a implantação de serviços de saúde, saneamento básico e possibilidade de trabalho.

METODOLOGIA

O momento da participação da comunidade envolvida, em especial junto ao Governo, deve compreender todo o planejamento, fases de execução e avaliação dos resultados obtidos. Cada morador deve ser mobilizado a participar junto com os demais, tendo claro os objetivos de tal participação e estar relacionado com os diversos aspectos que envolvem a dinâmica comunitária, ou seja, o desenvolvimento local.

É importante destacar que a metodologia proposta inclui a intenção de tornar independentes as populações beneficiadas na medida em que o Poder Público deverá subsidiar apenas a fase inicial do processo passando, num segundo momento, a responsabilidade para a comunidade interessada através das suas entidades de representação. Portanto, garantir a participação é condição essencial para o alcance dos objetivos, consolidação do programa

e, em última instância, até mesmo a redução dos custos operacionais.

Assim sendo, o processo de intervenção governamental terá como características principais:

– A Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás – CODEG caberá o assessoramento/apoio técnico, ou seja, será o órgão responsável pela interligação da comunidade com os demais órgãos envolvidos diretamente vinculados ao atendimento das reivindicações formuladas pela comunidade.

– O trabalho obedecerá as seguintes etapas:

- 1 – contato direto com a população a ser beneficiada com fins de cadastramento junto ao programa;
- 2 – definição das formas de organização a serem implantadas e consolidação das mesmas;
- 3 – estabelecimento das problemáticas e suas respectivas prioridades-indicadores do ponto de partida do programa;
- 4 – providências junto às Prefeituras Municipais para definição da área (terreno) para a implantação do programa;
- 5 – contato/reunião com os órgãos vinculados ao atendimento das reivindicações para debate das propostas elaboradas pela comunidade;
- 6 – elaboração do cronograma de execução física;
- 7 – acompanhamento, sistematização e avaliação contínua de todas as etapas do Programa.

– Toda a execução do Programa, assim como a definição das estratégias de ação, serão basicamente administradas pela comunidade através das Prefeituras e Associação de Moradores.

– O acompanhamento de qualquer atividade deverá ser realizado pela equipe da Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás – CODEG em conjunto com os órgãos executores e a comunidade tomando-se o cuidado de estabelecer os limites técnicos de cada uma das entidades envolvidas.

– Toda e qualquer atividade deverá ser documentada através de relatórios contendo os seguintes elementos: tipo de atividade, número de participantes, data, local, conteúdo das discussões/ações, descrição de forma de execução da atividade, fatos não identificados anteriormente, avaliação específica da atividade desenvolvida, dentre outros.

– A avaliação terá o caráter permanente, ou seja, qualquer atividade, desde uma simples reunião até uma construção, deverá ser analisada sob dois aspectos: quantitativo e qualitativo. Os mecanismos de avaliação dependerão do tipo do empreendimento realizado, considerando as peculiaridades de cada caso.

– A metodologia ora proposta deverá ser revestida de flexibilidade, pressuposto fundamental, a fim de garantir a real participação da comunidade local, podendo ser alterado o cronograma de execução, caso seja do interesse dos moradores.

ÓRGÃO EXECUTOR

- . Prefeituras
- . Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás - CODEG
- . Associação dos Moradores
- . Associação de Pequenos Produtores (residentes na área)

ÓRGÃO INTERVENIENTE

- . Secretaria do Planejamento e Coordenação do Estado de Goiás

AGENTE FINANCEIRO

- . Companhia de Habitação do Estado de Goiás – COHAB-GO.

FORMA

- . Assessoramento/apoio técnico/financeiro à entidade de representação dos moradores
- . Acompanhamento direto de todas as atividades constantes do projeto e/ou desenvolvidas na área.

CARACTERÍSTICA DA EXECUÇÃO

- . Prazo: início – abril/maio/84
- . Forma: direta/convênio/outras
- . Tipo do Projeto: continuação

METAS DO PROJETO

- Cadastrar/selecionar 5.000 (cinco mil) famílias do interior do Estado, caracterizadas como carentes (0 a 3 SM regionais), que se constituirão na clientela específica do Programa;
- Construir sob a forma de Mutirão 5.000 (cinco mil) unidades habitacionais, aplicando tecnologia alternativa, a custos reduzidos, sendo que numa primeira etapa serão atendidas 3.000 (três mil) famílias e, posteriormente 2.000 (duas mil) famílias;
- Desenvolver o trabalho social junto às famílias selecionadas a fim de estimulá-las a estruturar e administrar os equipamentos relacionados ao seu bem-estar social.

FONTES DE RECURSOS

EM UPC JAN/MAR - 84.

DISCRIMINAÇÃO	PREFEITURAS	ESTADO	UNIÃO	TOTAL
. Aquisição de Área	78.717			78.717
. Melhorias Urbanas	3.976	265.042		269.018
. Construção de Moradias (5.000)			1.028.206	1.028.206
TOTAL	82.693	265.042	1.028.206	1.375.941

A N E X O I

RELAÇÃO DOS MUNICÍPIOS A SEREM BENEFICIADOS PELO PROGRAMA MUTIRÃO DA MORADIA

01. Abadiânia
02. Água Limpa
03. Anápolis
04. Anicuns
05. Aparecida de Goiânia
06. Araçu
07. Aragoiânia
08. Aurilândia
09. Bela Vista de Goiás
10. Bom Jesus de Goiás
11. Brazabrantes
12. Buriti Alegre
13. Caçu
14. Caldas Novas
15. Campestre de Goiás
16. Campo Alegre de Goiás
17. Catalão
18. Caturai
19. Ceres
20. Cristianópolis
21. Cromínia
22. Cumari
23. Edéia
24. Fazenda Nova
25. Goiandira
26. Goianira
27. Goiatuba
28. Heitorai
29. Hidrolândia
30. Inhumas
31. Ipameri
32. Itaberaí
33. Itaguaru
34. Itapaci
35. Itapuranga
36. Itauçu
37. Itumbiara
38. Jandaia
39. Jaraguá
40. Jataí
41. Joviânia
42. Jussara
43. Leopoldo de Bulhões

44. Maripotaba
 45. Morrinhos
 46. Nerópolis
 47. Nova Veneza
 48. Orizona
 49. Palmeiras de Goiás
 50. Palminópolis
 51. Paraúna
 52. Petrolina de Goiás
 53. Piracanjuba
 54. Pirenópolis
 55. Pires do Rio
 56. Pontalina
 57. Rialma
 58. Rio Verde
 59. Rubiataba
 60. Sancrerlândia
 61. São Luiz de Montes Belos
 62. Santa Bárbara de Goiás
 63. Santa Helena de Goiás
 64. Silvânia
 65. Taquaral
 66. Trindade
 67. Uruana
 68. Vianópolis
 69. Quirinópolis
 70. Turvânia
-

DESCRIÇÃO DE PROJETO DE AUTOCONSTRUÇÃO

1 – CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

1.1 – Denominação:

Programa Mutirão da Moradia

1.2 – Fonte de Informação:

Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goiás – CODEG

1.3 – Origem do Projeto:

Prioridade governamental, no atendimento à necessidade de moradia da população com renda até 3 (três) salários mínimos mensais.

2 – CARACTERIZAÇÃO DA DEMANDA

2.1 – População Visada:

17.400 pessoas, em 3.000 famílias.

2.2 – Renda média Mensal:

A renda das famílias é, quase sempre, não comprovada, com predominância dos empregos informais e varia de 0 (zero) a 3 (três) salários mínimos mensais.

2.3 – Localização:

Municípios situados dentro de um raio de cerca de 200 (duzentos) km a partir de Goiânia.

- 2.4 – Forma de Organização e Associativismo:
São diversificadas, quando existem. No geral, são inexistentes e sua criação será fomentada em programa suplementar do Governo.
- 2.5 – Condição Atual das Moradias:
Em geral são barracos de adobe, tábua ou papelão com cobertura de papelão, plásticos, latão ou mesmo telha.
- 2.6 – Condição Física das Áreas:
As áreas, nos vários municípios, são extremamente diversificadas, mas, via de regra, são áreas invadidas nos arrabaldes das cidades.
- 2.7 – Infraestrutura Física Existente:
Os locais destinados, pelas prefeituras, para construção das casas são áreas ainda não loteadas, não contando com infraestrutura alguma.
- 2.8 – O atendimento social (escola, posto de saúde etc.) será feito através das instalações existentes nos bairros mais próximos ou, quando elas não existirem, através dos Centro Multifuncionais, que constarão de projeto suplementar a ser desenvolvido em seqüência do Programa Mutirão da Moradia.
- 3 – DADOS DO PROJETO OU PROPOSTA:
 - 3.1 – Terreno:
O projeto será implantado em terreno urbanizado, em loteamento já existente ou preparado para o projeto.
 - 3.2 – Propriedade do Terreno:
O terreno é de propriedade da Prefeitura de cada município.
 - 3.3 – Localização:
A localização varia de um município para outro, mas é tão próxima quanto possível de região já habitada, onde exista disponibilidade de água e energia elétrica.
 - 3.4 – Disponibilidade de Serviços:
Além daqueles já disponíveis nos bairros próximos ao conjunto, o próprio projeto prevê complementações.
 - 3.5 – Equipamentos e Serviços:
São disponíveis nos quarteirões vizinhos, em loteamentos já anteriormente implantados.
 - 3.6 – Número e Tipo de Unidades Habitacionais:
O Programa cobre, nesta etapa, a construção de 4.261 casas pre-moldadas.
 - 3.7 – Infraestrutura:
As unidades disporão de água potável, energia elétrica e ruas encascalhadas.
 - 3.8 – Equipamentos Comunitários:
Serão utilizados os dos quarteirões adjacentes, de modo geral. Nos conjuntos maiores, o projeto será posteriormente complementado, com unidades multifuncionais e unidades de serviços setoriais específicos (escola, centro multifuncional e área comercial).
 - 3.9 – Promoção de Atividades:

As atividades geradoras de renda constituem objeto de outro programa governamental, o Programa de Desenvolvimento Social Participativo, que complementar \acute{a} a a \acute{c} o \tilde{a} o do Mutir \tilde{a} o da Moradia e atuar \acute{a} em outras comunidades municipais j \acute{a} implantadas.

3.10 – Processos Construtivos:

As casas s \tilde{a} o constru \acute{i} das com placas e pilares de concreto, premoldados, n \tilde{a} o necessitando de funda \tilde{c} o \tilde{e} s. A estrutura do telhado, que trava toda a constru \tilde{c} o \tilde{e} o, as portas e janelas s \tilde{a} o met \acute{a} licas e a cobertura \acute{e} em telhas onduladas de fibrocimento.

A infraestrutura segue processos convencionais.

3.11 – Administra \tilde{c} o \tilde{e} o:

O Programa \acute{e} todo gerido pela Companhia de Desenvolvimento do Estado de Goi \acute{a} s, com a participa \tilde{c} o \tilde{e} o das Administra \tilde{c} o \tilde{e} s municipais.

3.12 – Responsabilidade da Popula \tilde{c} o \tilde{e} o:

A popula \tilde{c} o \tilde{e} o participa da fase de implanta \tilde{c} o \tilde{e} o do projeto, tomando parte, voluntariamente, do mutir \tilde{a} o, que se desenvolve em um s \tilde{o} dia.

3.13 – Previs \tilde{a} o de Custos:

O custo total previsto para o Programa, considerando projetos, implanta \tilde{c} o \tilde{e} s e infraestrutura \acute{e} de Cr\$ 1.375.941 UPC's.

3.14 – Recursos Dispon \acute{i} veis:

O Estado de Goi \acute{a} s participar \acute{a} com Cr\$ 265.042 UPC's e os munic \acute{i} pios, com Cr\$ 82.693 UPC's.

4.15 – Recursos do B.N.H.:

Pretende-se uma participa \tilde{c} o \tilde{e} o do B.N.H. de Cr\$ 1.028.206 UPC's.

3.16 – Situa \tilde{c} o \tilde{e} o Atual:

Em fase de encaminhamento junto ao BNH e de implanta \tilde{c} o \tilde{e} o dos loteamentos nos v \acute{a} rios munic \acute{i} pios.

PROGRAMA MUTIRÃO-GOVERNO ITINERANTE



SUMÁRIO

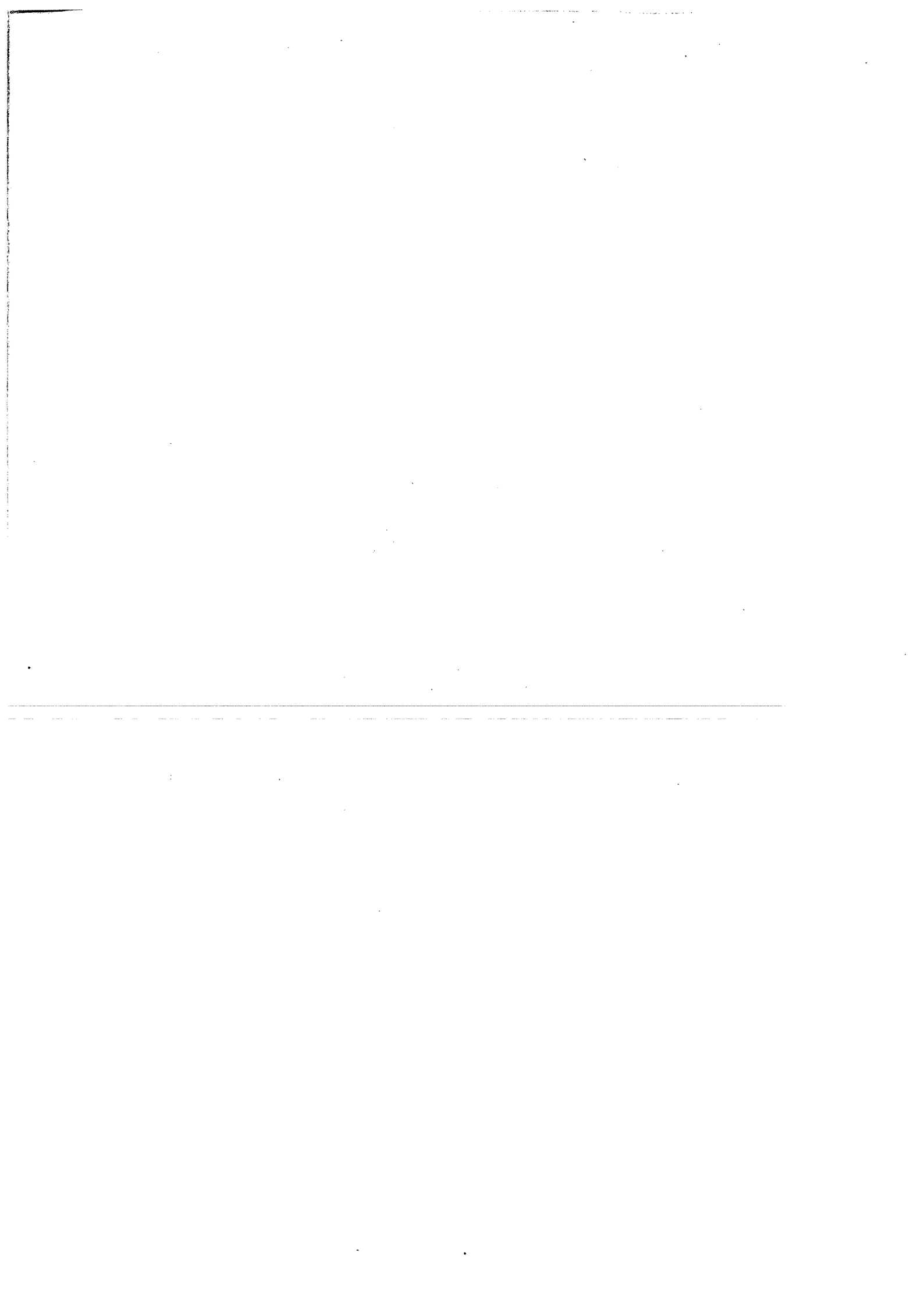
A) JUSTIFICATIVAS

B) OBJETIVOS

C) ESTRATÉGIA DE AÇÃO

D) QUADRO DE ATIVIDADES-PADRÃO/DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA

E) QUADRO DEMONSTRATIVO DE REGIÕES/MUNICIPIOS



PROGRAMA "MUTIRÃO-GOVERNO ITINERANTE"

a) JUSTIFICATIVAS

Cumprindo as diretrizes do seu plano de ação que preconiza a implantação de um governo participativo, o Governo Iris Rezende considera que os Mutirões constituem uma relevante ação governamental, que se justifica por diversas razões, dentre as quais se destacam:

- . Integração governo-povo em mutirões participativos, equacionando problemas mais imediatos das comunidades;
- . Presença do governo estadual nos municípios, conjugando esforços na busca de soluções mais adequadas para os problemas municipais;
- . Racionalização de recursos com maior aproveitamento das ações governamentais.

Considera-se que o Programa "Mutirão-Governo Itinerante" é um importante instrumento para a compatibilização de ações, ordenação de esforços e a identificação de interesses locais.

b) OBJETIVOS

- . Integração de programações intermunicipais e intersetoriais voltadas para o desenvolvimento urbano;
- . Viabilizar a descentralização administrativa, propiciando a presença e atuação do governo junto aos municípios;
- . Integração da força do povo e governo em mutirões participativos;
- . Realizar trabalhos de manutenção e conservação dos prédios pú-

blicos nos municípios;

- . Agregar a máquina governamental para realizações de obras e atividades básicas, através de melhorias urbanas no campo de saneamento, energia, transportes, saúde, esportes, assistência social, lazer etc.;
- . Fortalecer mecanismos que efetivem a abertura de canais de comunicação entre o governo estadual, o municipal e o povo;
- . Racionalizar e otimizar aplicação de recursos nas diversas regiões do Estado;
- . Identificar a realidade local, suas carências e potencialidades.

c) ESTRATÉGIA DE AÇÃO

O Programa Mutirão-Governo Itinerante visa atingir todo o Estado de Goiás em 20 regiões, tendo como base a sede dos municípios. Pretende-se realizar estes mutirões num prazo de três anos, com uma periodicidade mensal e duração de 15 dias, em cada região.

Em 1984, está programada a efetivação de 4 mutirões e para 1985 e 1986, está prevista a realização de 16 mutirões, todos em pontos estratégicos, com vistas a cobrir, gradualmente, o Estado de Goiás como um todo.

As atividades a serem desenvolvidas em cada mutirão, bem como as atribuições de execução, estão detalhadas no "Quadro de Atividades Padrão".

Antes de cada Mutirão serão realizadas visitas aos municípios para levantamento dos problemas locais, de modo a facilitar os trabalhos a serem desenvolvidos no decorrer do evento conforme previsto no Cronograma de Atividades.

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO
PROGRAMA MUTIRÃO-GOVERNO ITINERANTE
QUADRO DE ATIVIDADES (PADRÃO)

ATIVIDADES		GOVERNO ESTADUAL		PREFEITURAS	POPULAÇÃO
SETOR	DISCRIMINAÇÃO	APOIO	EXECUÇÃO		
TRANSPORTES	1. Melhoramentos em campos de pouso 2. Patrolamento e Encascalhamento 3. Abertura de ruas 4. Limpeza e roçagem de terrenos baldios, pintura de meios-fios, etc.	1. Sec. Transportes 2. SETRAN 3. SETRAN 4. SETRAN	1. CRISA 2. CRISA 3. CRISA 4. CRISA	1. Participação e colaboração com recursos materiais, humanos 2. Participação com recursos materiais, humanos 3. Participação com recursos materiais, humanos 4. Participação com recursos materiais, humanos e mobilização	1. 2. 3. 4. Mutirão de Limpeza
REFORMAS DE PRÉDIOS PÚBLICOS E OUTROS	1. Escolas 2. Postos de saúde/hospitais 3. Cadeias/delegacias 4. Unidades regionais do Estado 5. Limpeza e reforma de estações rodoviárias, cemitérios, etc.	1. Sec. da Educação 2. Sec. Saúde/OSEGO 3. SSP-GO 4. 5.	1. SEPLAN 2. SEPLAN 3. SEPLAN 4. SEPLAN 5. SEPLAN	1. Participação com recursos materiais, humanos e mobilização 2. Participação com recursos materiais, humanos e mobilização 3. Participação com recursos materiais, humanos e mobilização 4. Participação com recursos materiais, humanos e mobilização 5. Participação com recursos materiais, humanos e mobilização	1. Mutirão de reformas 2. Mutirão de reformas 3. Mutirão de reformas 4. Mutirão de reformas 5. Mutirão de reformas
SEGURANÇA PÚBLICA	1. Expedição de Cartelas de Identidade 2. Carteira de Habilitação	1. 2. SSP-GO	1. Sec. Segurança Pública. 2. DETRAN	1. Divulgação e cadastramento de população 2. Divulgação e cadastramento de população	1. 2.
CULTURA LAZER E DESPORTOS	CULTURA E LAZER 1. Montagem de biblioteca (cônvênio), Doação de Livros e Apoio Técnico ao Centro Municipal de Cultura Promoção: NOITE CULTURAL E DE LAZER 2. Bandas, teatro, cinema, literatura 3. Folclore Local (danças, núcticos, poetas, cantores, Truco) 4. Construção de Parques Infantis e Ginástica DESPORTOS 5. Construção de Campo de Futebol (Goiânia I) 6. Promoção de MARATONA ESPORTIVA - ESPORTE PARA TODOS	1. Sec. Cultura e Desporto 2. Sec. Cultura e Desporto. 3. Depto. Cultural - S.C.D. 4. Sec. Cultura e Desporto 5. Sec. Cultura e Desporto 6. Sec. Cultura e Desporto.	1. Depto. Cultural - S.C.D. 2. Depto. Cultural - S.C.D. 3. 4. Superint. Estadual de Esportes 5. Superint. Estadual de Esportes 6. Superint. Estadual de Esportes	1. Participação com recursos materiais e humanos 2. Instalação e divulgação 3. Divulgação e cadastramento do folclore local para apresentação 4. Definição do local e participação com recursos humanos e materiais e mobilização 5. Definição do local e participação com recursos humanos e materiais 6. Organização e Divulgação	1. 2. 3. Colaboração e participação direta 4. Mutirão 5. Mutirão 6. Participação direta
EDUCAÇÃO	1. Distribuição de Material didático-pedagógico	-	1. Sec. da Educação	1.	1.
ENERGIA	1. Melhoramento da rede de energia urbana 2. Conservação do sistema de iluminação Pública 3. Manutenção e conservação de grupos, geração energia 4. Pequenas Linhas de transmissão	1. S.M.E.T. 2. S.M.E.T. 3. S.M.E.T. 4. S.M.E.T.	1. CELG/DAE 2. CELG/DAE 3. DAE 4. DAE	1. Participação com recursos materiais e humanos 2. Participação com recursos materiais e humanos 3. Participação com recursos materiais e humanos 4. Participação com recursos materiais e humanos	1. 2. 3. 4.
SAÚDE E SANEAMENTO	1. Assistência Médica-Odontológica 2. Vacinação 3. Distribuição de medicamentos 4. Implantação e extensão de pequenas redes de abastecimento d'água 5. Construção de fossas sanitárias para populações carentes 6. Construção de poços rasos (chafarizes coletivos) 7. Distribuição (doação) de filtros para água potável	1. Sec. de Saúde 2. Sec. de Saúde 3. Sec. de Saúde 4. Sec. de Saúde 5. Sec. da Saúde 6. Sec. da Saúde 7. Sec. da Saúde	1. OSEGO 2. OSEGO 3. OSEGO/IQUEGO 4. SANEAGO 5. SANEAGO/OSEGO 6. SANEAGO 6. FLEBES	1. Divulgação e apoio 2. Divulgação e apoio 3. Divulgação e apoio 4. Participação com recursos humanos e materiais 5. Divulgação, cadastramento e participação com recursos materiais e humanos 6. Definição do local e participação com recursos materiais e humanos 7. Divulgação e cadastramento	1. 2. 3. 4. Mutirão 5. Mutirão 6. Mutirão 7. Mutirão
ASSISTENCIA SOCIAL	1. Implantação de hortas comunitárias 2. Distribuição de sementes 3. Arborização das vias urbanas	1. EMATER 2. EMATER 3. EMATER	1. FLEBES 2. FLEBES 3. FLEBES	1. Definição do local e participação com recursos materiais e humanos 2. Divulgação e cadastramento 3. Definição dos locais e participação com recursos humanos e materiais	1. Mutirão 2. 3. Mutirão
SERVIÇOS EVENTUAIS	1. Serviços não enquadrados nos itens anteriores que eventualmente serão requeridos por determinados municípios e/ou governo estadual 2. Ajuda eventual às prefeituras para cobrir pequenas despesas, para implementação dos programas	1. A definir 2. A definir	1. A definir 2. A definir	1. A definir 2. A definir	

PROGRAMA MUTIRÃO-GOVERNO ITINERANTE
REGIÃO DE GUARAI/IDENTIFICAÇÃO DOS MUNICÍPIOS

MUNICÍPIOS	LEGENDA	DISTRITOS E POVOADOS	POPULAÇÃO ATINGIDA
01 – GUARAI	PMDB	– Mirandópolis (DISTR.) – Tupirama (DISTR.) – Canto do Vazante (POV.) – Fortaleza do Tabocão (POV.)	21.712
02 – PEDRO AFONSO	PMDB	– Bom Jesus do Norte (DISTR.) – Porto Real (POV.)	9.942
03 – MIRACEMA	PMDB	– Barrolândia (DISTR.) – Marianópolis (DISTR.) – Monte Santo (DISTR.) – Divinópolis (POV.) – Lageado (POV.) – Rio do Boi (POV.)	27.935
04 – TOCANTÍNIA	PDS	– Lageado Grande (POV.) – Meira Matos	7.998
05 – MIRANORTE	PMDB	– Mata (POV.)	15.518
06 – RIO DO SONO	PDS	– Mancinha (POV.) – Novo Acordo (POV.)	5.921
07 – LIZARDA	PDS	–	3.589
08 – ITACAJÁ	PDS	– Itaperatins (POV.) – Marajá (POV.)	14.744
09 – COLINAS DE GOIÁS	PMDB	– Martinópolis (POV.)	23.967
10 – PRESIDENTE KENNEDY	PDS	– Tupiratã (DISTR.) – Tupiratins (DISTR.) – Brasilândia (POV.)	14.379
11 – ITAPORÃ DE GOIÁS	PMDB	– Vila Barreiros (POV.)	5.296
12 – COLMÉIA	PMDB	– BERNARDO SAYÃO (DISTR.) – Goiany dos Campos (POV.) – Pequizeiro (POV.)	20.332
13 – COUTO MAGALHÃES	PMDB	– Novo Plano (POV.) – Peixelândia (POV.) – Velho Couto (POV.)	5.586
14 – DOIS IRMÃOS	PMDB	–	9.160
15 – ARAGUACEMA	PDS	– Abreulândia (DISTR.) – Araguaçu (DISTR.) – Caseara (DISTR.) – Goianorte (DISTR.) – Senhor do Bonfim (POV.)	16.774
TOTAL			202.855

QUADRO DEMONSTRATIVO DE REGIÕES/MUNICÍPIOS

REGIÃO DE INHUMAS

- 01 – ITAGUARÚ
- 02 – HEITORAÍ
- 03 – ITABERAÍ
- 04 – TAQUARAL
- 05 – SANTA ROSA
- 06 – ARAÇÚ
- 07 – CATURAI
- 08 – GOIANIRA
- 09 – ITAUÇÚ
- 10 – PETROLINA
- 11 – DAMOLÂNDIA
- 12 – INHUMAS
- 13 – BRAZABRANTES
- 14 – NOVA VENEZA
- 15 – NERÓPOLIS

REGIÃO DE SÃO LUIZ DE MONTES BELOS

- 01 – SÃO LUIZ DE MONTES BELOS
- 02 – PARAÚNA
- 03 – PALMINÓPOLIS
- 04 – TURVÂNIA
- 05 – AURILÂNDIA
- 06 – FIRMINÓPOLIS
- 07 – JANDAIA
- 08 – CÔRREGO DO OURO
- 09 – SANCLERLÂNDIA
- 10 – MOIPORÁ
- 11 – IVOLÂNDIA
- 12 – FAZENDA NOVA
- 13 – IPORÁ
- 14 – ISRAELÂNDIA
- 15 – JAUPACI
- 16 – DIORAMA
- 17 – MONTES CLAROS DE GOIÁS
- 18 – INDIARA
- 19 – CACHOEIRA DE GOIÁS
- 20 – AMORINÓPOLIS

REGIÃO DE RIO VERDE

- 01 – RIO VERDE
- 02 – SANTA HELENA DE GOIÁS
- 03 – ACREÚNA
- 04 – MAURILÂNDIA
- 05 – QUIRINÓPOLIS

- 06 – NOVA PARANAIGUARA
- 07 – SÃO SIMÃO
- 08 – CACHOEIRA ALTA

REGIÃO DE MORRINHOS

- 01 – MORRINHOS
- 02 – JOVIÂNIA
- 03 – ALOÂNDIA
- 04 – VICENTINÓPOLIS
- 05 – GOIATUBA
- 06 – BOM JESUS
- 07 – CACHOEIRA DOURADA
- 08 – ITUMBIARA
- 09 – PANAMÁ
- 10 – BURITI ALEGRE
- 11 – ÁGUA LIMPA
- 12 – MARZAGÃO
- 13 – CALDAS NOVAS
- 14 – EDÉIA
- 15 – PIRACANJUBA
- 16 – PONTALINA
- 17 – CROMÍNIA
- 18 – MAIRIPOTABA

REGIÃO DE PIRES DO RIO

- 01 – PIRES DO RIO
- 02 – CRISTIANÓPOLIS
- 03 – SANTA CRUZ DE GOIÁS
- 04 – PALMELO
- 05 – BELA VISTA DE GOIÁS
- 06 – ORIZONA
- 07 – VIANÓPOLIS
- 08 – SILVÂNIA
- 09 – LEOPOLDO DE BULHÕES
- 10 – CRISTALINA
- 11 – URUTAÍ
- 12 – LUZIÂNIA
- 13 – GOIANÁPOLIS

REGIÃO DE CATALÃO

- 01 – CATALÃO
- 02 – CAMPO ALEGRE DE GOIÁS
- 03 – CORUMBAÍBA
- 04 – NOVA AURORA
- 05 – GOIANDIRA
- 06 – CUMARI

- 07 – ANHANGUERA
- 08 – TRÊS RANCHOS
- 09 – OUVIDOR
- 10 – DAVINÓPOLIS
- 11 – IPAMERI

REGIÃO DE JATAÍ

- 01 – JATAÍ
- 02 – SERRANÓPOLIS
- 03 – APORE
- 04 – ITAJÁ
- 05 – ITARUMÃ
- 06 – CAÇÚ
- 07 – MINEIROS
- 08 – SANTA RITA DO ARAGUAIA
- 09 – PORTELÂNDIA

REGIÃO DE CAIAPÔNIA

- 01 – CAIAPÔNIA
- 02 – PIRANHAS
- 03 – BOM JARDIM DE GOIÁS
- 04 – BALIZA
- 05 – ARAGARÇAS
- 06 – DOVERLÂNDIA
- 07 – ARENÓPOLIS

REGIÃO DE PORANGATÚ

- 01 – PORANGATU
- 02 – SANTA TEREZA DE GOIÁS
- 03 – FORMOSO
- 04 – MINAÇÚ
- 05 – ESTRELA DO NORTE
- 06 – MARA ROSA
- 07 – CAMPINORTE
- 08 – ARAGUAÇÚ
- 09 – PALMEIRÓPOLIS
- 10 – MUTUNÓPOLIS
- 11 – NIQUELÂNDIA
- 12 – CAMPINAÇÚ

REGIÃO DE CERES

- 01 – CERES
- 02 – RIALMA
- 03 – CARMO DO RIO VERDE
- 04 – URUANA
- 05 – NOVA GLÓRIA
- 06 – RUBIATABA

- 07 – NOVA AMÉRICA
- 08 – ITAPACI
- 09 – PILAR DE GOIÁS
- 10 – HIDROLINA
- 11 – SANTA TEREZINHA
- 12 – CRIXÁS
- 13 – URUAÇU
- 14 – GOIANÉSIA
- 15 – BARRO ALTO
- 16 – RIANÁPOLIS
- 17 – JARAGUÁ
- 18 – SANTA IZABEL

REGIÃO DE GURUPI

- 01 – GURUPI
- 02 – FIGUEIRÓPOLIS
- 03 – FORMOSO DO ARAGUAIA
- 04 – ALVORADA
- 05 – PEIXE
- 06 – DUERÉ
- 07 – FÁTIMA
- 08 – CRISTALÂNDIA
- 09 – PIUM
- 10 – PARAÍSO DO NORTE

REGIÃO DE CAMPOS BELOS

- 01 – CAMPOS BELOS
- 02 – ARRAIAS
- 03 – MONTE ALEGRE DE GOIÁS
- 04 – GALHEIROS
- 05 – SÃO DOMINGOS
- 06 – AURORA DO NORTE
- 07 – PARANÁ
- 08 – TAGUATINGA
- 09 – CONCEIÇÃO DO NORTE
- 10 – PONTE ALTA DO BOM JESUS
- 11 – DIANÓPOLIS
- 12 – ALMAS

REGIÃO DE ARAGUAÍNA

- 01 – ARAGUAÍNA
- 02 – VANDERLÂNDIA
- 03 – XAMBIOÁ
- 04 – ARAPOEMA
- 05 – NOVA OLINDA
- 06 – FILADÉLFIA
- 07 – BABAÇULÂNDIA
- 08 – GOIATINS

REGIÃO DE TOCANTINÓPOLIS

- 01 – TOCANTINÓPOLIS
- 02 – NAZARÉ
- 03 – ANANÁS
- 04 – ITAGUATINS
- 05 – SÍTIO NOVO DE GOIÁS
- 06 – AXIXÁ DE GOIÁS
- 07 – ARAGUATINS
- 08 – AUGUSTINÓPOLIS
- 09 – SÃO SEBASTIÃO DO TOCANTINS

REGIÃO DE GUARAI

- 01 – GUARAI
- 02 – PEDRO AFONSO
- 03 – MIRACEMA DO NORTE
- 04 – TOCANTINIA
- 05 – MIRANORTE
- 06 – RIO DO SONO
- 07 – LIZARDA
- 08 – ITACAJÁ
- 09 – COLINAS DE GOIÁS
- 10 – PRESIDENTE KENNEDY
- 11 – ITAPORÃ
- 12 – COLMÉIA
- 13 – COUTO DE MAGALHÃES
- 14 – DOIS IRMÃOS
- 15 – ARAGUACEMA

REGIÃO DE GOIÁS

- 01 – GOIÁS
- 02 – MOSSÂMEDES
- 03 – NOVO BRASIL
- 04 – ITAPIRAPUÃ
- 05 – JUSSARA
- 06 – ARAGUAPAZ
- 07 – ARUANÃ
- 08 – BRITÂNIA
- 09 – ITAPURANGA
- 10 – MOZARLÂNDIA
- 11 – NOVA CRIXÃS
- 12 – MUNDO NOVO
- 13 – SÃO MIGUEL DO ARAGUAIA

REGIÃO DE FORMOSA

- 01 – FORMOSA
- 02 – CABECEIRAS
- 03 – PLANALTINA

- 04 – PADRE BERNARDO
- 05 – SANTO ANTÔNIO DO DESCOBERTO

REGIÃO DE ALVORADA DO NORTE

- 01 – ALVORADA DO NORTE
- 02 – SÍTIO D'ABADIA
- 03 – DAMIANÓPOLIS
- 04 – MAMBAÍ
- 05 – FLÔRES DE GOIÁS
- 06 – IACIARA
- 07 – POSSE
- 08 – GUARANI DE GOIÁS
- 09 – NOVA ROMA
- 10 – ALTO PARAÍSO DE GOIÁS
- 11 – SÃO JOÃO D'ALIANÇA
- 12 – CAVALCANTE

REGIÃO DE ANÁPOLIS

- 01 – PIRENÓPOLIS
- 02 – SÃO FRANCISCO
- 03 – OURO VERDE
- 04 – ANÁPOLIS
- 05 – ABADIÂNIA
- 06 – CORUMBÁ
- 07 – ALEXÂNIA

REGIÃO DE GOIÂNIA

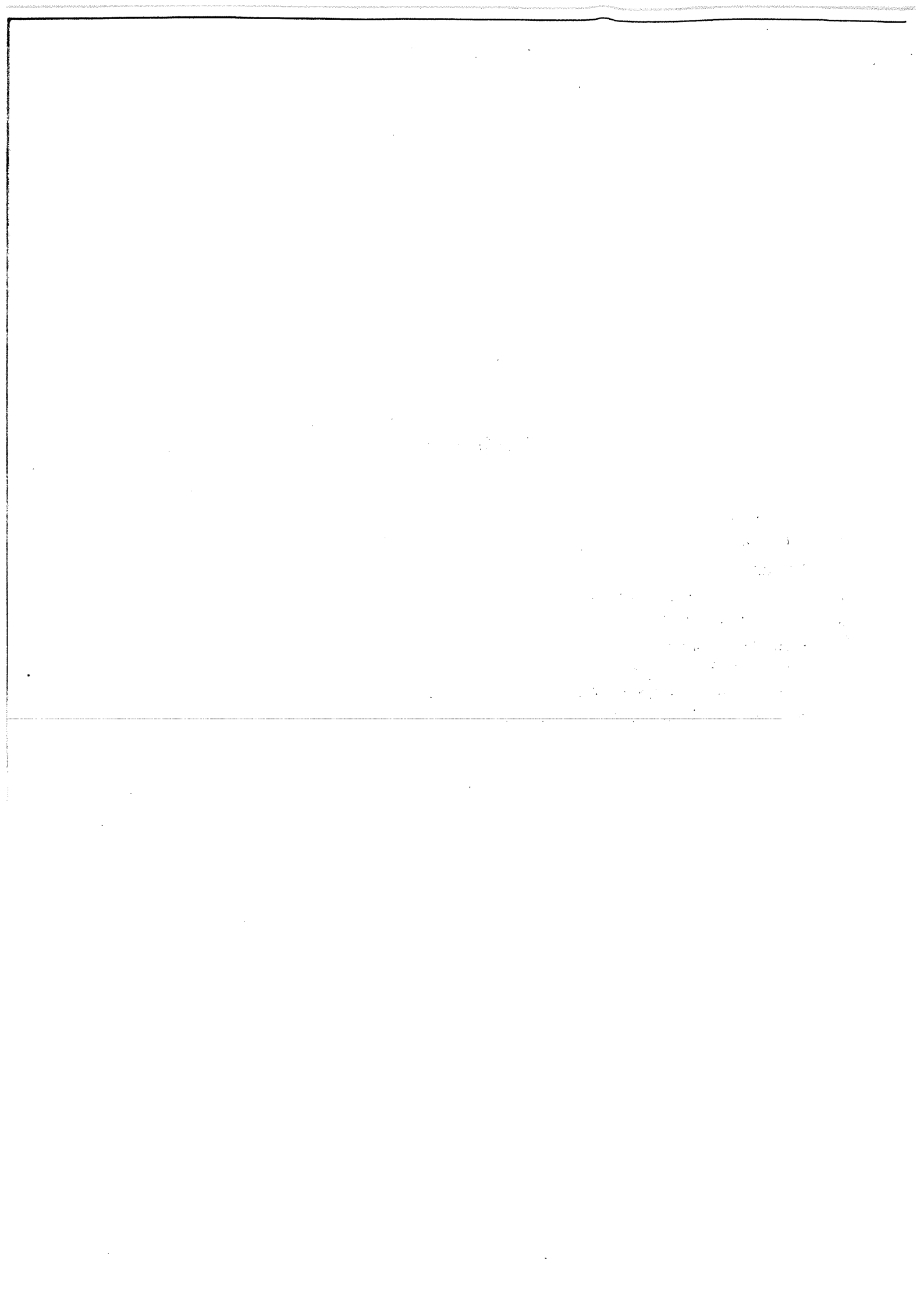
- 01 – GOIÂNIA
- 02 – TRINDADE
- 03 – SANTA BÁRBARA
- 04 – CAMPESTRE
- 05 – PALMEIRAS
- 06 – GUAPÓ
- 07 – ARAGOIÂNIA
- 08 – APARECIDA DE GOIÂNIA
- 09 – VARJÃO
- 10 – HIDROLÂNDIA
- 11 – AMERICANO DO BRASIL
- 12 – ANICUNS
- 13 – NAZÁRIO
- 14 – AVELINÓPOLIS

COMODATO



SUMÁRIO

- 1 – Justificativa**
- 2 – Objetivos**
- 3 – Metas**
- 4 – Estratégia de Execução**
- 5 – Localização Espacial**
- 6 – Órgãos Executores**
- 7 – Recursos Financeiros**
- 8 – Cronograma de Execução**
- 9 – Formas de Avaliação e Controle**



1. JUSTIFICATIVAS

A rápida aceleração do êxodo rural vem contribuindo para o crescimento desordenado das cidades, com sensível degradação da qualidade da vida urbana. No período intercensitário 1970/1980, 83 municípios goianos perderam população e 155 apresentaram redução da população rural. Nesse mesmo período, enquanto para o conjunto do Estado a taxa anual de crescimento foi de 2,7%, Goiânia apresentou o surpreendente crescimento de 6,5% a.a.

O homem do campo que migrou ou está migrando para a cidade, vem engrossando o contingente da população marginalizada nas cidades, seja pela incapacidade do setor industrial e de serviços gerar empregos num ritmo capaz de absorver toda esta população, seja pela falta de capacitação profissional dos migrantes.

A redução do número de lavouras de autoconsumo vem provocando a elevação de preços a nível de consumo final e tem agravado os problemas de abastecimento.

A principal causa do êxodo rural parece situar-se no pacto social que exclui do acesso à propriedade da terra os trabalhadores rurais. O desconhecimento da legislação trabalhista, os baixos salários prevalentes no campo e a precariedade dos serviços de saúde e educação no meio rural têm contribuído para agravar a situação. Por outro lado, a política agrícola vigente, por não proteger os agricultores da imperfeição dos mecanismos de mercado, restringe a rentabilidade das explorações impedindo que a grande maioria da população rural se beneficie do crescimento da produção. A grande maioria dos pequenos produtores continua excluída dos poucos instrumentos de apoio à agricultura.

A atuação dos governos estaduais, no campo da reorganização agrária, é limitada por preceito constitucional e está restrita, apenas, ao aproveitamento das terras devolutas. Estas, além de não serem muitas, estão localizadas em regiões desprovidas de infra-estrutura e de menor fertilidade. À falta de outros instrumentos para enfrentar o êxodo rural e suas conseqüências, agravadas pela atual conjuntura recessiva, lançou-se mão desse instrumento emergencial, o Comodato. O grande êxito obtido pelo "Programa Comodato", recém-lançado e as possibilidades de seu aperfeiçoamento permitem vislumbrar a sua grande contribuição para se encontrar soluções definitivas.

2. OBJETIVOS

- a) Reencontrar o caminho para um novo "pacto social" no campo: o Comodante (dono de terras) cede, gratuitamente, uma ou mais parcelas de terras a um ou mais comodatários; compromete-se a respeitar a liberdade de ação do comodatário dentro das cláu-

sulas do contrato. As relações proprietários e comodatários serão regidas por cláusulas contratuais específicas;

- o comodatário se compromete:
 - . ao fim do prazo do contrato, desocupar a terra sem tergiversações, caso o proprietário não queira renová-lo;
 - . utilizar a terra conforme as normas técnicas e as cláusulas do contrato (culturas anuais);
 - . não exigir indenização por benfeitorias ou melhorias que tiver feito, salvo entendimento formal (escrito), prévio e amigável;
- os agentes financeiros terão como garantia apenas a mão calosa do prestamista.
- b) Reverter o sentido do êxodo rural (campo-cidade para cidade-campo).
- c) Aproveitar a mão-de-obra e as terras ociosas para produzir alimentos de subsistência.
- d) Aliviar a pressão sobre os equipamentos urbanos.
- e) Reorganizar a comunidade rural introduzindo o espírito de compreensão, colaboração e associação cooperativa.

3. METAS

número de famílias de comodatários a serem assentadas por ano.

DISCRIMINAÇÃO	A N O S				
	1983	1984	1985	1986	1987
N. de novas famílias de comodatários a se assentarem	5.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Total acumulado	5.000	25.000	45.000	65.000	85.000

4. ESTRATÉGIA DE EXECUÇÃO

- a) Montar uma estrutura de coordenação e apoio na SAGRI que cuide de:
 - seleção, preparação, assentamento e organização dos comodatários;
 - problemas jurídicos e de financiamentos;
 - assistência técnica à produção;
 - assistência educacional, abastecimento, habitação e recreação;
 - organizar o assentamento dos comodatários estimulando ações cooperativistas como compras conjuntas de insumos, materiais de consumo e outros;
 - contatos e articulações com proprietários rurais, prefeituras e entidades municipais;

- conseguir junto aos bancos, financiamento para manutenção da família durante o período que antecede a colheita.
- b) Organizar Associações Municipais de apoio ao Comodato com representantes de entidades locais: prefeituras, sindicatos, cooperativas, igrejas, etc.
- c) Para facilitar a assistência aos comodatários, procurar assentá-los, tanto quanto possível, em grupos, a fim de evitar o isolamento e a solidão e minorar os custos, se possível montando centros comunitários móveis (escola, serviço religioso, reuniões técnicas e sociais e depósito de insumos).
- d) Atuação intensiva junto aos proprietários de terras a fim de estimular sua adesão ao programa, renovada a cada ano por ocasião do vencimento dos contratos, com vistas também à permanência das famílias já instaladas.
- e) Procurar assentar os comodatários, tanto quanto possível, próximo a vias de comunicação e escoamento.

5. LOCALIZAÇÃO ESPACIAL

O Programa Comodato localizar-se-á em todos os municípios de Goiás que tenham população desempregada ou subempregada e onde existam proprietários dispostos a aderirem ao mesmo.

6. ÓRGÃOS EXECUTORES

- Coordenação geral:
Secretaria do Planejamento e Coordenação
Secretaria da Agricultura
- Assistência Técnica e Social:
Secretaria da Agricultura
Emater/GO
- Apoio Jurídico-Institucional
Procuradoria Geral do Estado.
- Órgãos Financiadores:
Banco do Estado de Goiás S.A. — BEG.
Caixa Econômica do Estado de Goiás — CAIXEGO.
- Órgãos de Apoio Operacional:
Sindicatos, Cooperativas, Prefeituras e Associações Municipais

7. RECURSOS FINANCEIROS

Em Cr\$ 1.000,00 – Fev/84

FONTES	ANOS			
	1984	1985	1986	1987
Tesouro Estadual*	4.000.000	4.000.000	4.000.000	4.000.000
**Bancos (financiamentos)	12.500.000	22.500.000	32.500.000	42.500.000
Outras fontes a negociar	—	—	—	—
— Tesouro Federal	—	—	—	—
— Tesouro Municipal	—	—	—	—
— Comunidade	—	—	—	—
— Convênio Municipais	—	—	—	—

OBS: * Cr\$ 200 mil por família a fundo perdido

** Cr\$ 500 mil por família em financiamentos normais

8. CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO

DISCRIMINAÇÃO	MESES
Montagem da equipe de coordenação de treinamento de pessoal	março/junho
Seleção de Comodatários e sua preparação	março/outubro
Assentamento de Comodatários	abril/outubro
Assistência técnica e Social	todo o período

9. FORMAS DE AVALIAÇÃO E CONTROLE

- Acompanhamento da evolução do número de contratos mês a mês.
Número de pessoas envolvidas.
Área plantada por produto.
- Grau de satisfação dos comodatários e comodantes, 4 em 4 meses.
- Avaliação das condições de alimentação dos comodatários. 4 em 4 meses.
- Condições das lavouras e explorações.

EMPRESAS COMUNITÁRIAS

PROJETO DE EMPRESAS COMUNITÁRIAS

INTRODUÇÃO

Diante da problemática do desemprego que se verifica hoje nas grandes cidades, tanto na Capital como no Interior, o Governo do Estado de Goiás decidiu implantar uma experiência piloto em 11 cidades, visando a geração de empregos principalmente através de empresas comunitárias.

Esta iniciativa reflete a preocupação do governo Iris Rezende na busca de meios que viabilizem a geração de novos empregos, principalmente para a população de baixa renda, através de fomento à atividade produtiva e comercial em pequenas empresas e produtores, nos municípios goianos.

OBJETIVOS

- . Desenvolver pesquisa e atividade de apoio junto às comunidades de baixa renda dos municípios, de forma a motivar seus membros a criarem empresas comunitárias, familiares e outras, observando suas peculiaridades e aspirações;
- . Ampliar o mercado de trabalho, criando novas oportunidades de emprego e evitando o êxodo para as grandes cidades;
- . Fomentar a instalação no município de pequenas indústrias de "fundo de quintal", artesanal e de transformação de produtos primários;
- . Incentivar e apoiar a criação de "centros de comercialização" capazes de ampliar o mercado para os produtos locais e, conseqüentemente, incrementar a produção.
- . Integração Governo — Prefeituras e Comunidades na busca de soluções para os problemas locais.

METODOLOGIA

A metodologia de trabalho, a ser utilizada nas Cidades-Pilotos, desenvolver-se-á em três etapas seguintes, a saber:

1a. ETAPA — CADASTRAMENTO (PESQUISA)

— Esta fase inicial é de relevada importância para o sucesso efetivo do Programa, nas cidades onde será desenvolvido. É fundamental o apoio e participação das Prefeituras e lideranças de cada Município.

— Serão recrutados e treinados pesquisadores de cada região, que coletarão, em fichas específicas, informações junto à mão-de-obra (empregada e desempregada) e às empresas dos setores formal e informal.

— A seguir, os dados levantados passarão por uma fase de tabulação e análise, no intuito de se detectar, nos diversos setores, as pessoas interessadas em implantar empreendimentos produtivos, as empresas com possibilidade de expansão, além de quantificar os desempregados com habilidades e/ou experiências.

2a. ETAPA – DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS

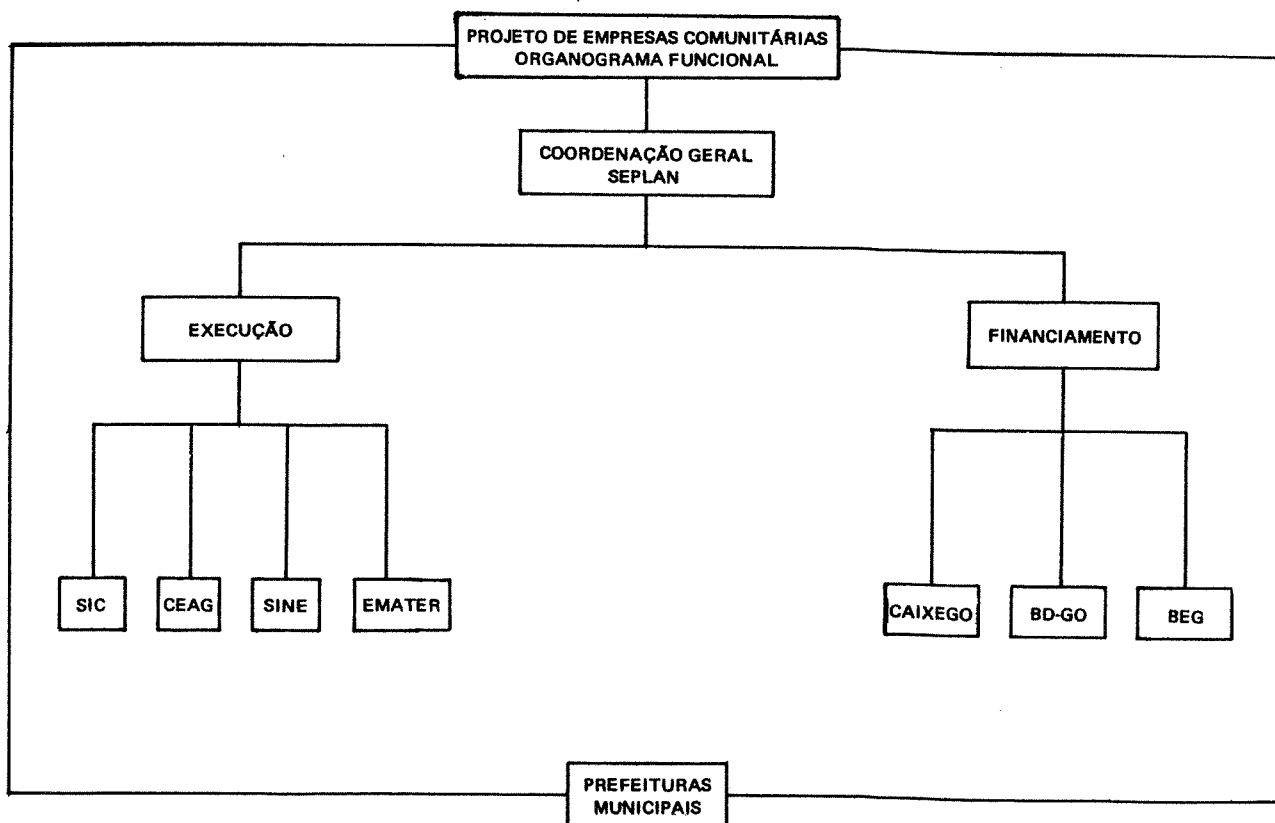
– As informações coletadas na etapa anterior, ou seja, detectando-se as pessoas interessadas em constituir empresas ou associar-se em empreendimentos comunitários, serão contactadas, visando selecionar os projetos com maior viabilidade de implantação em face de parâmetros como matéria-prima, mercado para comercialização, mão-de-obra disponível na região e, principalmente, a relação valor do investimento X geração de empregos.

– Selecionando-se os empreendimentos a serem implantados na região, passa-se à fase de elaboração dos projetos, encaminhando-os em seguida aos órgãos financeiros específicos, bem como (de conformidade com o caso) a reivindicação do incentivo fiscal em que o mesmo se enquadrar.

– Liberados os recursos, os técnicos responsáveis por cada município irão acompanhar a implantação de cada empreendimento, bem como fornecer toda a orientação gerencial que for necessária para que o projeto se viabilize e promova o desenvolvimento econômico de sua região.

3a. ETAPA – AVALIAÇÃO DO PROGRAMA

Ao final da fase anterior proceder-se-á à avaliação do desenvolvimento do programa em cada município, a fim de se verificar sua eficácia, bem como efetuar as correções que se fizerem necessárias, no intuito de um melhor desenvolvimento em outras regiões que por ventura venham a ser beneficiadas.



SUMÁRIO

- 01 – INTRODUÇÃO**
- 02 – OBJETIVOS**
- 03 – METODOLOGIA**
- 04 – ORGANOGRAMA FUNCIONAL (ÓRGÃOS ENVOLVIDOS)**
- 05 – ESQUEMA OPERACIONAL**
- 06 – INCENTIVOS E LINHAS DE CRÉDITO**
- 07 – RELAÇÃO DE PROJETOS COM POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO NAS CIDADES PILOTOS (SUGESTÕES).**

PROJETO DE EMPRESAS COMUNITÁRIAS
CIDADES PILOTOS – SUGESTÕES

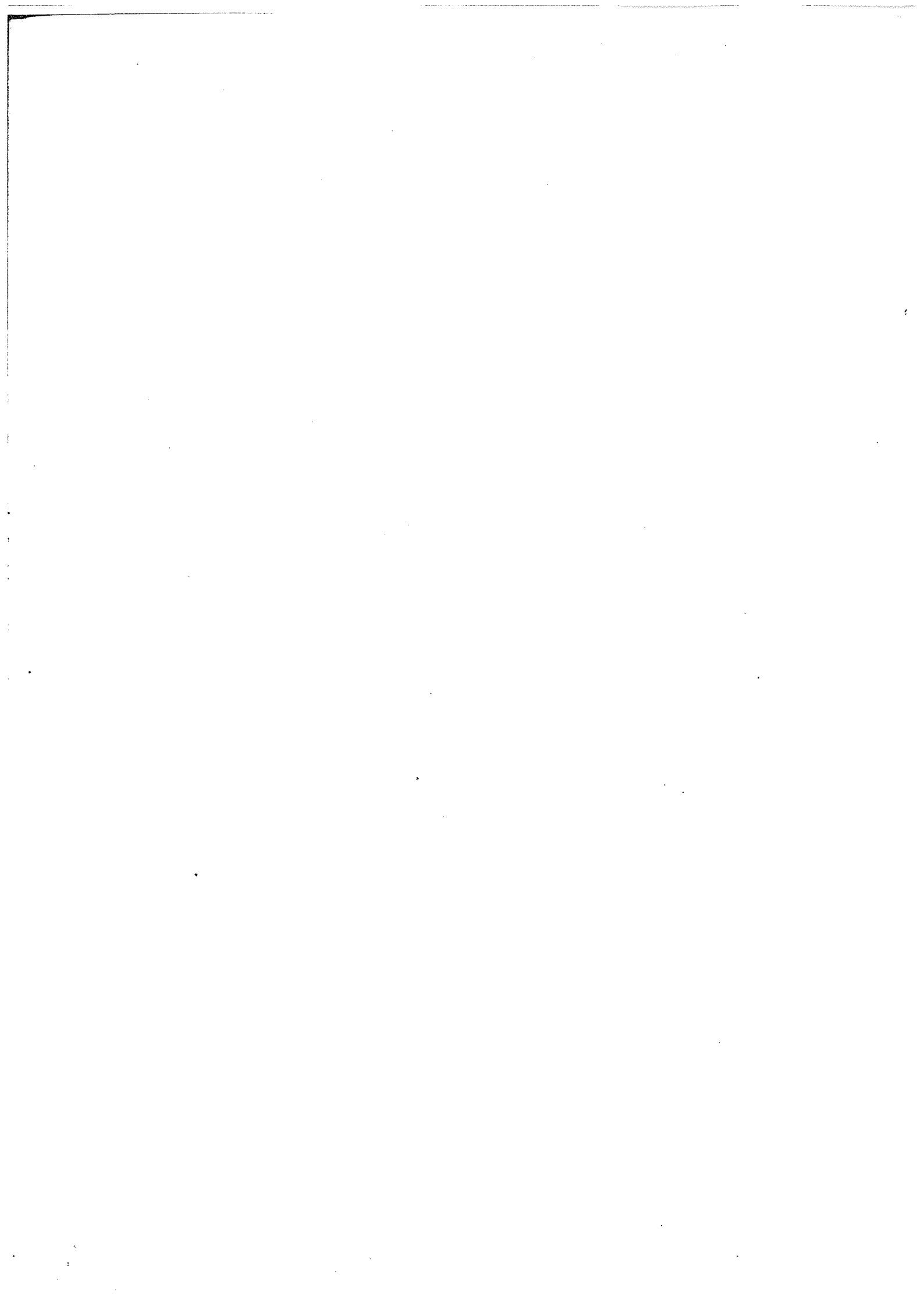
RELAÇÃO DE PROJETOS DE INVESTIMENTO POSSÍVEIS DE SEREM
IMPLANTADOS NAS CIDADES PILOTOS (SUGESTÕES)

- 01) Abajour/luminária
- 02) Abatedouros bovinos e suínos
- 03) Artesanatos
- 04) Abelhas – Apicultura
- 05) Artigos para bebê
- 06) Artigos de Natal
- 07) Bijouterias
- 08) Bolsas/cintos
- 09) Bonecas
- 10) Brinquedos didáticos
- 11) Cabides
- 12) Calçados
- 13) Camisetas/Camisas Social e Esporte
- 14) Cerâmica (modelagem)
- 15) Cerâmica (Olarias) tijolos/telhas/etc.
- 16) Colchas / almofadas / toalhas (tecido)
- 17) Confecções
- 18) Corda / sisal / taboa / vime / cestas
- 19) Couro
- 20) Crochê / tricô / buclé
- 21) Cultivo da banana/abacaxi
- 22) Decoração em cerâmica / vidros decorados
- 23) Decoração em gesso
- 24) Esculturas
- 25) Fabricação de pickles
- 26) Fabricação de sucos – cajú, maracujá
- 27) Fabricação de pasta de alho
- 28) Fábrica de farinha de mandioca/polvilho
- 29) Fábrica de farinha de milho/fubá/canjica
- 30) Fábrica de velas
- 31) Fábrica de vassouras
- 32) Fábrica de calças jeans
- 33) Fábrica de sabão
- 34) Fábrica de lajes pré-modadas
- 35) Fábrica de blocos de concreto
- 36) Fábrica de geléia e compota de laranja
- 37) Fábrica de gelo empacotado
- 38) Frango de corte
- 39) Granja – galinhas poedeiras
- 40) Gravuras/cartões (papelaria) / embalagens
- 41) Industrialização do leite bovino e caprino/queijo/manteiga/requeijão
- 42) Isopor

- 43) Madeira (brinquedos)
- 44) Madeira (utensílios domésticos)
- 45) Madeira (enfeites)
- 46) Panos de prato (aventais, toalhinhas, sacos de pão)
- 47) Perfumes / sachets / velas / sabonetes / sabão
- 48) Porcelanas
- 49) Quadros / pintura
- 50) Roupa infantil
- 51) Tapeçaria
- 52) Vidro
- 53) Doces em Geral
- 54) Mamão — doce / compota
- 55) Maracujá — geléia e néctar
- 56) Goiaba — doce em calda
- 57) Caju em calda
- 58) Compota de abacaxi
- 59) Compota de manga
- 60) Banana — doce em calda
- 61) Marmelada
- 62) Rapaduras / melados / garapa / pinga
- 63) Extrato de tomate
- 64) Molho de pimenta
- 65) Vinagre
- 66) Pão — padarias — utilização de farinhas de trigo e sorgo na fabricação de pão
- 67) Lingüiças
- 68) Leite de soja
- 69) Móveis — marcenarias
- 70) Implantação de Centros de Comercialização

**PLANO ESTADUAL DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

**– DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E
TECNOLÓGICO**



EVOLUÇÃO DA POLÍTICA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Ocorreu no Brasil um despertar para as atividades de Ciência e Tecnologia. Mas não foi suficiente para desencadear um processo de absorção e transferência de Tecnologia pelos setores produtivos Estaduais, das tecnologias desenvolvidas no próprio Estado ou adquiridas externamente. A dificuldade de implantação e consolidação de uma estrutura estadual capaz de deflagrar um processo de desenvolvimento científico e tecnológico e a carência de recursos humanos qualificados no uso e difusão do conhecimento nesse campo são alguns dos pontos de estrangulamento que deverão ser encarados e resolvidos no período de vigência do atual Plano de Trabalho. O Sistema Estadual de Ciência e Tecnologia, criado (em novembro de 1983), deve ser implantado e expandido de forma a integrar todos os órgãos estaduais envolvidos em atividades do setor, permitindo o melhor desenvolvimento da Política Científica e Tecnológica do Estado.

É sabido que essa área tem capital importância devido ao seu valor estratégico para atender às necessidades de elevação do bem-estar social e material da população, bem como para proporcionar melhores condições de eficiência aos setores produtivos estaduais, permitindo maior competitividade no plano nacional e internacional.

A POLÍTICA ESTADUAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA PARA O PERÍODO 1984-1987

A Política Estadual de Ciência e Tecnologia buscará, primordialmente, o desenvolvimento estadual assentado no bem-estar e na promoção da população estadual e objetivará alcançar uma crescente capacitação científica e um desenvolvimento tecnológico, sintonizados com as vocações do Estado.

Os setores que, de imediato, merecerão atenção especial serão: o agrícola, pecuário, mineral e o das micro e pequenas empresas, sobre os quais se deverá fundamentar o progresso social e econômico de Goiás nos próximos anos. As atividades de pesquisa, voltadas ao aproveitamento mais eficiente dos recursos disponíveis e ao aprimoramento dos métodos de produção de bens e serviços serão estimulados consoante as necessidades específicas da realidade Goiana.

O Planejamento de longo prazo leva uma consideração a importância do fortalecimento das estruturas já existentes e à necessidade de serem implantadas bases sólidas para viabilizar o desenvolvimento social econômico do Estado em futuro previsível.

Objetivos Principais:

a) — CAPACITAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA

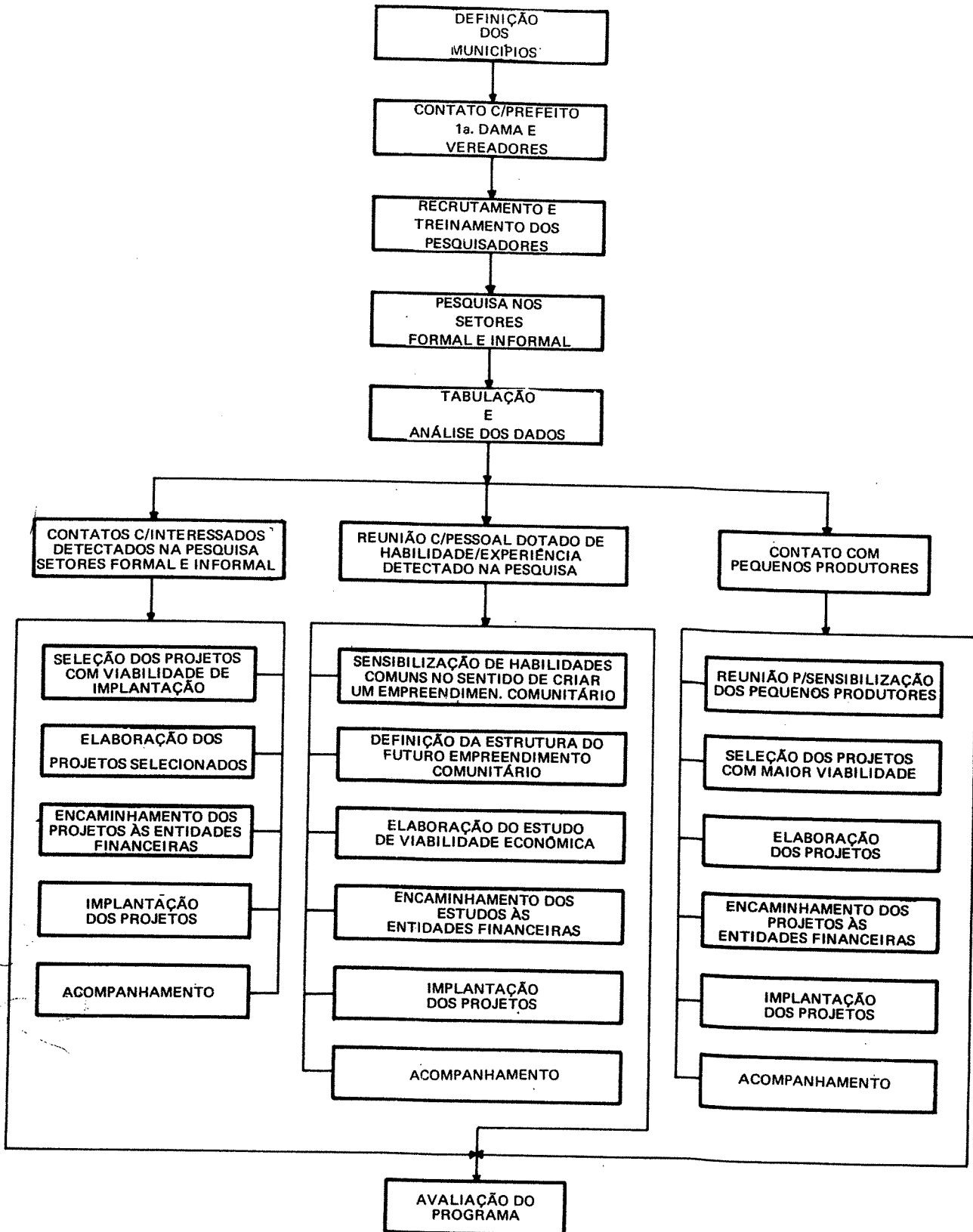
- Apoiar a pesquisa e a formação de recursos humanos, tanto a nível superior nas universidades e institutos de pesquisa, como a nível médio técnico, direta ou indiretamente.

- Fortalecer ou criar estruturas de amparo às pesquisas científicas e tecnológicas, permitindo maior integração entre os pesquisadores autônomos e as entidades particulares ou institucionais e pesquisa.
- Criar infra-estrutura de informação e divulgação de pesquisa e desenvolvimento científico e tecnológico.

b) – TRANSFERÊNCIA E DESENVOLVIMENTO DE TECNOLOGIAS

Procurar utilizar os recursos humanos capacitados nas áreas de ciência e tecnologia existentes no Estado, na definição e orientação da Política Estadual de Ciência e Tecnológico-científico através de programas e projetos especiais voltados, principalmente, para os setores agrícola, pecuário, mineral e das micro empresas.

PROJETO DE EMPRESAS COMUNITÁRIAS
FLUXOGRAMA OPERACIONAL



**PROJETO DE EMPRESAS COMUNITÁRIAS
INCENTIVOS E LINHAS DE CRÉDITO**

INCENTIVOS	OBJETO	BENEFICIÁRIO	RECURSOS PRE-VISTOS P/O PROGRAMA EM 1984	CUSTO DO RECURSO	LIMITE DE CRÉDITO POR BENEFICIÁRIO	CARENCIA	PRAZO DA OPERAÇÃO	GARANTIAS
- FOMENTAR -- Fundo de Participação e Fomento do Desenvolvimento Industrial.	Incentivo Financeiro a Industrialização com reutilização de 70% do ICM pelo período de cinco anos. Pagamento de somente 30% do ICM.	Cooperativas Micro, Pequena e Média Empresa		Juros de 3% ao mês + 30% da ORTN		05 anos		
Diferimento do ICM	Diferimento do ICM para Indústrias que vieram a beneficiar produtos agropecuários. Redução de 17% do ICM.	Cooperativas Empresas Agro-Industriais.						
CAIXEGO Linha de Crédito Especial	Financiamento a implantação de Empresas Comunitárias e Familiar.	Pessoa Física Ass. Comunitárias e Cooperativas.	200.000.000	6% a.a. + IOF	a definir	até 12 meses	24 meses	Poderá exigir Garantias Reais ou Subsidiar.
BD-GOÍÁS (PROMICRO)	Financiamento a Capital de Giro e implantação.	Cooperativas Empresas Comunitárias e Familiar e Micro-Empresa.	300.000.000	7,4 a.a. + IOF	a definir	6 ou 12 meses	24 ou 48 meses	Garantias por aval ou Garantias Reais.
BEG (Resolução 695)	Capital de Giro a Micro-Empresas.	Micro-Empresas	300.000.000	Juros de 3% a.a. + 80% ORTN + IOF	a definir	6 meses	12 ou 24 meses	Aval e/ou Garantias Reais ou Subsidiar.

OUTROS INCENTIVOS GOVERNAMENTAIS	- Disponibilidade de áreas nas imediações escolhidas pelas Empresas que bancarem a implant. de Indústrias.
	- Facilidades na implantação da infra-estrutura para as indústrias, através de Órgãos Estaduais.
	- Elaboração de estudo de viabilidade econômica às empresas em implantação.
	- Assistência gerencial (consultoria e treinamento) às empresas em implantação e/ou expansão
	- Prioridades na obtenção de financiamentos junto às instituições de Crédito Estaduais.